



MUNICÍPIO DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Rua Elias Estevão Colnago, nº 65 - Centro - Itarana/ES
Telefone: (27) 3720 - 4900
<https://www.itarana.es.gov.br/portal/>

Pág. 1
003204/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PROTOCOLO DO PROCESSO
003204/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:

<https://gpi01.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=152B26B45E6E10E42A0A3244A9CA2C85&idFunc=5B69B9CB83065D403869739AE7F0995E&idEcm=617b8201-ee9b-4f2c-a136-2de46504e407>

Chave de acesso: [617b8201-ee9b-4f2c-a136-2de46504e407](#)

AUTUADO EM	Quarta-feira, 9 de Julho de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	PROTOCOLO E ARQUIVO
AUTUADO POR	JHEFFILY DE SOUZA ZEQUINI
INTERESSADO (S)	
SEDECULT- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO CULTURA E TURISMO	

RESUMO

SEDECULT - Solicitação da contratação da dupla THALLES&JUNIOR, visando à realização de apresentação artística durante as festividades da "47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo" de Itarana, a ocorrer entre os dias 10 e 12 de outubro de 2025.

DATA:09/07/2025





OF/SEDECULT/Nº174/2025

Itarana, ES/ 09 de Julho de 2025.

Assunto: Encaminhamento de Documentação – Contratação da dupla Thalles e Junior

Prezado

Encaminhamos, por meio deste, o Documento de Formalização da Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência (TR) e demais documentos necessários relativos ao processo de contratação artística da dupla Thalles e Junior.

Cumpre-nos esclarecer que todos os documentos e o processo de contratação foram integralmente preparados no âmbito do Gabinete, incluindo a definição da atração musical. A Secretaria de Desporto, Cultura e Turismo limitou-se ao protocolo dos documentos, atendendo à solicitação expressa do Gabinete.

Ressaltamos que a escolha da banda não partiu desta Secretaria, cabendo a esta apenas o trâmite administrativo solicitado.

Atenciosamente,

André Fiorotti

Secretario Municipal de Desporto, Cultura e Turismo
Portaria 007/2025





DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1. **ÁREA REQUISITANTE:**

Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo (Sedecult).

1.2. **DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:**

01 de agosto de 2025.

1.3. **DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO:**

Contratação de empresa detentora de representação comercial com exclusividade da dupla sertaneja Thalles & Junior, visando à apresentação artística durante a “47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo”, a ser realizada no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, localizado no município de Itarana/ES.

1.4. **PRIORIDADE:**

A contratação tem grau de prioridade **média**.

1.5. **JUSTIFICATIVA DE PRIORIDADE:**

A contratação de shows artísticos para a “47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo” é considerada de prioridade **média**, tendo em vista que o processo foi iniciado com antecedência suficiente para permitir a tramitação regular das fases administrativas. A definição do grau de prioridade leva em conta a relevância cultural e turística do evento para o município de Itarana/ES, bem como a necessidade de garantir o adequado planejamento e execução das atrações, sem comprometer os prazos legais e operacionais.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:



A presente contratação justifica-se pela realização da tradicional festa municipal de Itarana/ES, evento de grande relevância cultural e turística, previsto no calendário oficial do município e programado para ocorrer no mês de outubro. Considerando a crescente demanda por artistas de renome nacional neste período, por parte de diversos municípios que também organizam festividades, verifica-se uma significativa elevação nos valores dos cachês, bem como uma rápida ocupação das agendas desses artistas.

Diante desse cenário, torna-se necessária a antecipação do processo de contratação, a fim de assegurar a disponibilidade da atração artística desejada — Thalles & Junior — e garantir condições mais vantajosas à Administração Pública, prevenindo o aumento de custos decorrente da postergação da contratação.

3. SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Show artístico, com duração média de 01h40 (uma hora e quarenta minutos), da dupla Thalles e Junior, no dia 10 de outubro de 2025.	SERV.	01	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 65.000,00

4. RESPONSÁVEIS PELA CONTRATAÇÃO:

Os responsáveis por impulsionar o processo de contratação são, o Secretário Municipal de Desporto, Cultura e Turismo, André Fiorotti, Portaria n.º 007/2025, e a servidora Jheffily de Souza Zequini, matrícula n.º 006934.

5. ACOMPANHAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

A fiscalização da contratação será exercida pela Servidora Larissa Macharete Gonçalves, cargo de assessora, matrícula n.º 007212, sendo o seu substituto, nas



ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares, a Servidora Jheffily de Souza Zequini, cargo chefe de serviço, matrícula: 006934.

O Gestor do contrato será o Secretário Municipal de Desporto, Cultura e Turismo.

JHEFFILY DE SOUZA ZEQUINI

Chefe de Serviço
Matrícula n ° 006934.

ANDRÉ FIOROTTI

Secretário Municipal de Desporto, Cultura e Turismo
Portaria n ° 007/2025.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA THALLES & JUNIOR

JANEIRO 2025



1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Art. 18, § 1º, I, da Lei n. 14.133/2024

1.1. A “47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo de Itarana” é o evento mais grandioso e significativo do município de Itarana/ES. De caráter marcante, ele transcende o mero aspecto festivo, sendo uma expressão sublime da cultura local, que resgata e celebra a rica história de nossa cidade. Este evento, ao mesmo tempo que exalta as tradições regionais, funciona como um elo que une gerações e reforça os laços de pertencimento e identidade entre os filhos de Itarana.

1.1.1. Organizada com primor pela Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo (Sedecult), a festividade é uma verdadeira homenagem à memória coletiva da cidade, representando não apenas uma celebração das origens, mas também uma plataforma de projeção da cultura e do patrimônio imaterial. Além de seu valor cultural, o evento desempenha um papel fundamental na economia local, fomentando oportunidades de trabalho para diversos setores, como o comércio, o artesanato e a gastronomia. Através de sua realização, Itarana se afirma como um destino turístico que alia tradição e modernidade, ao mesmo tempo em que gera um impacto direto na geração de renda e no fortalecimento das atividades econômicas.

1.1.1.2. A edição de 2025 se realizará entre os dias 10 à 12 de outubro, no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, um local de grande simbolismo, que será transformado no epicentro de uma vasta programação cultural e festiva. Durante esses dias, o município se encherá de vida e cores, com uma infinidade de atividades, como apresentações musicais, feiras, exposições e, especialmente, a tradicional Festa dos Itaranenses Ausentes, que evoca o reencontro daqueles que, embora distantes, nunca se esquecem de suas raízes.

1.1.1.3. Para assegurar que este evento tenha a magnitude e o esplendor que ele merece, a Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo busca contratar uma



atração musical de renome, cuja presença seja capaz de elevar ainda mais o nível da festividade. A dupla Thalles e Junior, ícones incontestáveis do sertanejo universitário, surge como a escolha perfeita. Com seu repertório envolvente e uma energia contagiante, eles têm o dom de estabelecer uma conexão única com o público, criando um ambiente de celebração genuína e vibrante.

1.1.1.4. A escolha por essa renomada atração musical não visa apenas enriquecer a programação, mas também assegurar que a festa seja um evento de grande impacto, tanto em termos de público quanto de repercussão. O talento e a presença de Thalles e Junior, com sua capacidade de emocionar e entusiasmar as plateias, serão determinantes para a criação de uma atmosfera de alegria e comunhão. Sua atuação proporcionará momentos inesquecíveis e consolidará o evento como um marco na história das festividades do município.

1.1.1.5. Além disso, a contratação da dupla não só contribuirá para o sucesso imediato da festividade, como também potencializará a visibilidade de Itarana, colocando a cidade no centro das atenções de um público vasto e diversificado. A repercussão nacional de Thalles e Junior contribuirá para o fortalecimento da imagem de Itarana como um destino culturalmente vibrante e atraente, destacando suas riquezas históricas e naturais para além dos limites regionais. A presença de artistas de renome de tal magnitude não apenas acrescenta prestígio ao evento, mas também amplia sua projeção, com reflexos positivos na divulgação do município em outras localidades, atraindo turistas, investidores e novas oportunidades para a cidade.

1.1.1.6. Esse impulso à visibilidade é, sem dúvida, uma oportunidade ímpar para Itarana, que poderá consolidar-se como um ponto de referência cultural no Espírito Santo e além, atraindo novos visitantes, ampliando sua base de turistas e estimulando o crescimento da economia local. O evento, ao ganhar a atenção de públicos de fora, gera uma cadeia de benefícios, desde o aumento da circulação de recursos no comércio local até a valorização do potencial turístico e das expressões culturais próprias do município.



1.1.1.7. Portanto, a contratação de Thalles e Junior é uma decisão estratégica de grande envergadura, que visa não apenas a realização de uma festa de sucesso, mas também a promoção da cidade como um centro cultural pulsante e inovador. Este evento será um marco na história de Itarana, unindo tradição e modernidade, e refletindo a grandiosidade e o potencial da nossa comunidade. A 47ª edição da Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo de Itarana não será apenas uma festividade, mas um acontecimento de relevância histórica, que permanecerá na memória de todos e fortalecerá os vínculos que unem Itarana ao seu passado, ao seu presente e ao futuro promissor que se avizinha.

1.2. História de Thalles & Junior

1.2.1.1. Os dois são de Goiás, Thalles, nasceu em Posse e Júnior é natural da capital Goiânia, mas desde recém-nascido foi criado na cidade de Iaciara. Essa história iniciou em 2013, quando se conheceram em um encontro de família, mais especificamente, aniversário de uma prima, onde começaram a cantar juntos, assim gerando uma conexão incrível. Desde então, a estrada é a casa mais próxima que eles têm, correndo em busca de um sonho que é levar a música para todos! Em 2017, gravaram o primeiro projeto, que ganhou o nome "Do nosso jeito", que reúne grandes músicas do cenário sertanejo já gravadas e outras inéditas, como a "Dona do hospício", "Último beijo", "Tá faltando", etc.

1.2.1.2. No começo deste ano de 2018, lançaram a música "Dona do Hospício" que atingiu mais de três milhões de visualizações no YouTube. Os planos para outros projetos eram ainda melhores e mais ousados, mas era tudo "Do nosso jeito". Em 2019, lançaram o segundo projeto (EP), com cinco faixas inéditas, que ganhou o nome de "Thalles e Júnior ao vivo em casa". Assim como no primeiro e segundo projeto, usando recursos próprios, contrataram músicos, estúdio, cenário e sonorização aqui mesmo da região, interior de Goiás.

1.2.1.3. Familiares, amigos e muitos outros que acreditam nesse sonho, ajudaram a fazer acontecer, e a gratidão é imensa por essas pessoas tão especiais que contribuíram e



contribuem para o crescimento do Thalles e Júnior.

1.2.1.4. A dupla sertaneja de Posse (GO), Thalles e Júnior chegaram ao 10º lugar de músicas virais do Spotify com a canção “Dona do hospício”, lançada há a cerca de sete anos. A música tem sido compartilhada por milhares de pessoas nas redes sociais, principalmente no TikTok, influenciadores também estão compartilhando a música que virou febre nacional.

O Top Viral do Spotify é uma playlist atualizada diariamente pela própria plataforma, que inclui as 50 músicas mais compartilhadas nas redes sociais. Entre os ouvintes do Brasil, ele é a 10ª colocada no Top Viral.

“A música viralizou sete anos depois do seu lançamento, em várias plataformas, a única explicação é Deus”, comemorou o cantor Thalles.

Alguns pontos importantes sobre a história da dupla:

Origem:

Thalles e Júnior são de Goiás, com Thalles de Posse e Júnior de Goiânia/Iaciara.

Conhecimento:

A dupla se conheceu em um encontro de família em 2013.

Carreira:

A dupla iniciou sua carreira em 2013 e rapidamente conquistou fãs pela irreverência e criatividade em suas músicas.

Estilo:

A música de Thalles e Júnior é caracterizada pela mistura de elementos sertanejos com outros gêneros, criando um som único e divertido.

Lançamentos:

Eles lançaram diversos álbuns e músicas ao longo dos anos, com destaque para "Precipício / Dona do Hospício", "Do Nosso Jeito" e "Ao Vivo em Casa".

Em resumo: Thalles e Júnior são uma dupla sertaneja irreverente e criativa, que conquistou fãs com seu estilo único e divertido, explorando a vida e o amor em suas músicas.

A música "Precipício / Dona do Hospício" da dupla Thalles e Júnior é a mais popular e



estourada, com mais de 9 milhões de reproduções no [Spotify](#). A música "Dona do Hospício" (ao vivo) também é muito popular, com mais de 1,5 milhão de reproduções na plataforma.

A música "Precipício / Dona do Hospício" é um dos sucessos da dupla e é frequentemente mencionada em contextos de sucesso e relevância. A versão ao vivo de "Dona do Hospício" também demonstra a popularidade da música e da dupla, com um número significativo de reproduções.

Outras músicas populares da dupla incluem "Deixa Eu Te Amar / Agarrado em Mim" (ao vivo), que tem mais de 300 mil reproduções no [Spotify](#).

- Youtube: + 18,8 mil, + 6.133.484 visualizações
- Spotify: + 311.637 mil de ouvintes mensais, + 12 milhões de reproduções com a música "Precipício / Dona do Hospício" da dupla Thalles e Júnior é a mais popular e estourada
- Instagram: + 25,6 mil de seguidores, + 1.147 publicações
- Facebook: + 4,4 mil de seguidores
- TikTok: + 19.2K curtida, + 3.018 seguidores, + 9 milhões de reproduções na música Dona do Hospício

2. ALINHAMENTO ENTRE COMPRA/CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO

Art. 18, § 1º, II, da Lei n. 14.133/2021

2.1. A presente demanda se encontra alinhada com o planejamento da Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo (Sedecult), estando a presente contratação prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) para o ano de 2025, na linha de despesa de Outros Serviços de Terceiros, proveniente da Manutenção das Atividades da Cultura.

2.1.1. Destacamos que a presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual, mais especificamente no Processo nº 001432 de 26 de março de 2024, este considera o estabelecimento de previsão orçamentária para a execução das despesas desta contratação para o exercício de 2025.



2.2. REFERÊNCIA A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

2.2.1. Plano de Ação da Secretaria de Desporto, Cultura e Turismo para o ano de 2025, que prevê os principais eventos de cunho cultural.

2.2.2. Calendário de eventos no Município de Itarana/ES, onde constam os eventos que ocorrerá no ano de 2025.

2.2.3. Lei Orçamentária anual nº 1.527/2024, onde a Secretaria de Cultura, inclui Projeto/Atividade voltado para a Realização de Eventos.

3. DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO

Art. 18, § 1º, III, da Lei n. 14.133/2021

3.1. Diretrizes

• **Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021**, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

II - Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

• **Decreto Municipal Nº 2011**, de 15/01/2024, que regulamenta a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional do Município de Itarana/ES;

• A empresa deverá preencher todos os requisitos de regularidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, previstos na Lei nº 14.133/2021 e atender o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**;

• Os bens têm **natureza de bens comuns**, tendo em vista que seus padrões de desempenho e



qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. Exigências Jurídicas

- **Contrato ou declaração de exclusividade** com validade comprovada, emitida diretamente pela dupla ou por sua representação oficial.
- **Proibição de intermediários não exclusivos** (empresas ou pessoas sem vínculo contratual com o artista).
- **Parecer jurídico prévio obrigatório**, atestando a viabilidade da contratação direta.
- **Publicação resumida do contrato** no Diário Oficial, com indicação do fundamento legal da inexigibilidade.

3.3. Parâmetros Técnicos

- **Justificativa da escolha do artista**, baseada em critérios objetivos:
 - Notoriedade nacional (premiações, ranking, presença midiática);
 - Adequação ao público-alvo do evento;
 - Potencial de atração turística e cultural;
- **Duração e formato do show**;
- **Infraestrutura técnica mínima exigida** (rider técnico da dupla);
- **Requisitos de logística** (transporte, hospedagem, alimentação), se incluídos.

3.4. Levantamento de Preços

- Realização de **pesquisa de mercado**:
 - Consultas a contratações anteriores por entes públicos (portais da transparência, TCEs);
 - Orçamentos fornecidos pelo empresário exclusivo;
 - Valores praticados por artistas de mesmo porte e popularidade.
- **Justificativa de preço compatível com o mercado**.

3.5. Documentos Essenciais para Instrução do Processo

- Projeto Básico ou Termo de Referência com descrição completa do show;
- Declaração ou contrato de exclusividade;
- Portfólio artístico da dupla (clipping, links, prints de redes sociais);
- Parecer jurídico;



- Pesquisa de preços;
- Minuta contratual.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Art. 18, § 1º, IV, da Lei n. 14.133/2021

Considerando que a festividade “47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo” ocorrerá no município de Itarana nos dias 10, 11 e 12 de outubro de 2025, justifica-se a contratação da dupla Thalles e Junior para apresentação no dia 10 de outubro (sexta-feira), como forma de fomentar a cultura e incentivar o turismo local.	QUANT.
	01

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Art. 18, § 1º, V, da Lei n. 14.133/2021

5.1. Da Inexigibilidade de Licitação. Art. 74, Inciso II, da Lei 14.133/2021

5.1.1. A inexigibilidade de licitação é uma forma de contratação direta, prevista nos artigos 74 a 76 da Lei nº 14.133/2021. Ela se fundamenta na inviabilidade de competição, ou seja, quando não há pluralidade de prestadores capazes de atender às especificações do objeto com equivalência, tornando a competição impraticável.

✎ Não é uma hipótese de dispensa por conveniência, mas sim de impossibilidade técnica e jurídica de competição.

5.1.1.2. Em eventos culturais como a “47ª Concentração Comunitária, Festas dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo”, há um reconhecimento de que artistas consagrados — como a dupla Thalles e Junior — possuem uma demanda única e específica que não pode ser atendida por outros profissionais. A exclusividade do



espetáculo e a notoriedade pública são os elementos que tornam impossível a competição, legitimando, assim, a contratação direta.

5.2. Aspectos Jurídicos Fundamentais

5.2.1. A Lei nº 14.133/2021, no Art. 74, estabelece que a licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição, como ocorre na contratação de profissionais do setor artístico, desde que este seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

5.2.1.2. O inciso II do artigo específico ressalta que, para esse tipo de contratação, deve-se demonstrar que o profissional artístico ou a empresa contratada possui exclusividade de representação, e que sua consagração seja reconhecida publicamente, seja pela mídia especializada, seja pela aceitação do público. Esse dispositivo visa garantir que a administração pública, ao contratar artistas para eventos de relevância cultural e social, não apenas cumpra o princípio da legalidade, mas também atenda ao interesse público, fomentando a cultura e o turismo local, sem comprometer o valor econômico e a eficiência.

5.3. Princípios Administrativos Aplicáveis à Inexigibilidade de Licitação

5.3.1. A inexigibilidade de licitação não se dá de forma irrestrita, mas sim dentro dos princípios que regem a Administração Pública, como legalidade, eficiência, transparência e impessoalidade, previstos na Constituição Federal e reforçados pela Lei nº 14.133/2021.

- **Princípio da Legalidade:** A Administração Pública deve agir conforme a norma legal. A contratação de artistas, como Thalles e Junior, deve ser embasada em justificativa técnica robusta, cumprindo a exigência legal de exclusividade e notoriedade pública.
- **Princípio da Eficiência:** A contratação deve ser voltada para a maximização do



resultado e para a promoção do interesse público. A escolha de Thalles e Junior atende a esses requisitos, pois sua popularidade e qualidade artística garantem um evento de sucesso, impactando positivamente no turismo e na economia local.

- **Princípio da Impessoalidade:** A decisão deve ser objetiva e técnica, fundamentada nas qualidades artísticas do artista e na exclusividade do contrato com o empresário. A contratação de Thalles e Junior deve ser feita com base em dados objetivos sobre sua notoriedade e potencial de atração de público.
- **Princípio da Publicidade:** Mesmo sendo uma contratação inexigível, é necessário garantir transparência no processo. A justificativa para a contratação deve ser devidamente fundamentada e publicada, assegurando que a sociedade compreenda as razões da escolha e tenha acesso à documentação pertinente, como estudo de viabilidade e orçamento comparativo.

5.4. Justificativa Técnica e Fundamentação na Inexigibilidade

5.4.1. A justificativa técnica para a contratação de Thalles e Junior deve ser estruturada com base em uma análise detalhada do impacto que a dupla pode gerar no evento, bem como na compatibilidade de preços com outros artistas do mercado. Eles alcançaram notoriedade com a música "Dona do Hospício", que chegou ao 10º lugar entre as músicas virais do Spotify no Brasil e hoje considerados artistas nacionais. Deve-se argumentar que a escolha de um artista consagrado tem impacto direto na qualidade do evento e na atração de público, sendo este um dos principais objetivos da contratação pública.

5.4.2. Além disso, a exclusividade do empresário da dupla deve ser comprovada por meio de documentos oficiais que atestem a vinculação exclusiva da dupla ao representante artístico, o que impossibilita qualquer outra negociação com outro artista para o evento em questão.

5.5. Aspectos Práticos da Inexigibilidade e sua Aplicação em Eventos Culturais



5.5.1. Em um evento cultural de grande porte, como a “47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo”, a contratação de Thalles e Junior visa não apenas garantir uma programação de alta qualidade, mas também fomentar a economia local, atraindo turistas e gerando movimento comercial no município. Ao escolher artistas consagrados, o município de Itarana não está apenas contratando entretenimento, mas também reforçando seu potencial turístico e promovendo a cultura regional.

5.5.2. A exclusividade da dupla assegura que o evento não perca seu caráter autêntico, e o custo-benefício da contratação é justificado pela expectativa de público e pela projeção mediática do evento, com ampla cobertura em mídias sociais, rádios e televisão.

5.6. Comissão Organizadora e Processo de Escolha das Atrações Artísticas

5.6.1. Para a definição das atrações artísticas da “47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo” do município de Itarana/ES, é instituída uma Comissão de Festas especialmente designada para organizar a festividade. Trata-se de um colegiado de natureza consultiva e propositiva, composto por membros da sociedade civil, representantes de entidades culturais e turísticas locais, bem como por servidores indicados pela Administração Pública Municipal, de modo a garantir representatividade social e técnica no processo decisório.

5.6.2. As escolhas das atrações de nível nacional para este ano ficaram definidas por sondagem de nomes através de indicação popular e definição e escolha do Chefe do Poder Executivo, ficando a cargo da Comissão de Festa a escolha das atrações das bandas de nível regional, levando em consideração critérios objetivos e subjetivos como a relevância cultural dos artistas, sua popularidade regional, bem como seu potencial de atratividade turística, especialmente em se tratando de artistas em evidente ascensão no cenário musical.



5.6.3. A referida comissão é formalmente instituída por meio de Portaria, expedida pela Prefeitura Municipal de Itarana, e devidamente validada por ato do Chefe do Poder Executivo, cuja vigência tem início na data de publicação oficial do ato administrativo. Essa formalização assegura a legalidade, transparência e legitimidade das decisões adotadas, fortalecendo o caráter técnico e participativo da escolha das atrações regionais que irão compor a programação oficial do evento.

5.7. Justificativa Técnica e de Preço da Contratação da Atração Thalles e Junior

5.7.1. Foi realizado um levantamento detalhado de artistas e bandas disponíveis no mercado, considerando diversos estilos musicais que se alinham ao perfil do evento, tais como sertanejo, samba, axé, pop, entre outros gêneros populares. A análise buscou identificar opções artísticas com reconhecimento público e compatibilidade temática com a proposta da festividade.

5.7.2. Com o intuito de adotar boas práticas nas contratações públicas, também foi realizada pesquisa de mercado com base em apresentações recentes da dupla Thalles e Junior, em eventos contratados por outras administrações públicas nos anos de 2024 e 2025. Considerando a natureza da contratação — apresentação artística de dupla consagrada com exclusividade de representação —, não é possível realizar pesquisa de preços com múltiplos fornecedores, conforme exigido em aquisições ordinárias.

5.7.3. O levantamento de mercado foi, portanto, realizado com base em análises de contratações análogas por entes públicos, no período recente, para a mesma dupla musical. Tal prática está em conformidade com orientações da doutrina, do TCU e da IN SEGES/ME nº 65/2021, que admitem, em casos de inexigibilidade por notório reconhecimento artístico, o uso de contratações similares para justificar a viabilidade e compatibilidade do valor proposto.

5.7.4. Propõe-se a contratação da dupla Thalles e Junior pelo valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), compatível com os valores praticados em outros entes



públicos, conforme demonstrado. A proposta apresentada contempla todos os custos associados à apresentação, incluindo cachê artístico, transporte terrestre e aéreo, efeitos especiais, equipamentos, manutenção, materiais, tributos e pró-labore dos artistas.

5.7.5. A escolha pela modalidade de **inexigibilidade de licitação** está fundamentada nos artigos **23, § 4º** e **74, inciso II**, da **Lei nº 14.133/2021**, considerando:

- A consagração pública da dupla Thalles e Junior, reconhecida nacionalmente;
- A aprovação da Comissão de Festas local quanto à escolha da atração, com base em critérios de relevância cultural e impacto turístico;
- A proposta apresentada compatível com os valores de mercado;
- A contratação ser realizada exclusivamente por meio de seu empresário ou empresa detentora de direitos de representação exclusiva, conforme documentação apresentada.

5.7.6. O demandante consigna expressamente nos autos a motivação da escolha, atestando que a dupla é consagrada pela opinião pública e pela crítica especializada, com forte apelo popular. A contratação será realizada por meio da empresa **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**, inscrita no **CNPJ nº 28.906.468/0001-69**, que detém a exclusividade da representação dos artistas, conforme declaração formal e documentos comprobatórios anexados ao processo.

6. ESTIMATIVA DO VALOR

Art. 18, § 1º, VI, da Lei n. 14.133/2021

6.1. Considerando que a presente contratação se enquadra como inexigível de licitação nos termos do art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021, em razão de envolver a



apresentação artística de dupla consagrada, representada com exclusividade, a estimativa de valor foi elaborada com base em contratações similares realizadas por outros entes públicos no período recente.

6.2. Foram consultados contratos administrativos e notas fiscais eletrônicas emitidas nos anos de 2025, referentes à contratação da mesma dupla artística, cujos valores giram em torno de R\$ 80.000,00 por apresentação.

6.3. A proposta apresentada para a Prefeitura de Itarana é de **R\$ 65.000,00**, valor inferior à média praticada, e já contempla todos os custos relacionados à apresentação (cachê artístico, transporte aéreo e terrestre até o local do evento, impostos e encargos).

MUNICÍPIO	DATA DA APRESENTAÇÃO	VALOR CONTRATADO	CONTRATO	NOTA FISCAL
Posse/GO	01/01/2025	R\$ 85.000,00	Contrato com empresa RC Eventos e Produções Ltda para show Thalles e Junior posse prefeita de Divinópolis/GO	NF-e nº 0000000115
MUNICIPIO DE SIMOLANDIA	10/06/2025	R\$ 80.000,00	Contrato para os festejos da Festa do Peão de Simolandia-GO	NF-e nº 45
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DE	12/07/2025	R\$ 40.000,00	Festa Junina de Monte Alegre/GO Ordem de	NF-e nº 0000000113



GOIAS			Empenho nº88363/25 Fornecimento 21146/2025	
MUNICIPIO DE DIVINOPOLIS DE GOIAS	26/07/2025	R\$ 60.000,00	Show Thalles e Junior na Festa Tradicional de Vaquejada	NFS-e nº 48

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Art. 18, § 1º, VII, da Lei n. 14.133/2021

7.1. A presente contratação será viabilizada por meio de **inexigibilidade de licitação**, fundamentada no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, diante da inviabilidade de competição para a contratação da dupla artística **Thalles e Junior**, consagrada pela opinião pública e representada com exclusividade pela **empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**.

7.2. A solução proposta está alinhada ao objetivo de fomento à cultura, valorização da identidade local e incentivo ao turismo regional durante a realização da “47ª Concentração Comunitária, Festas dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo” de Itarana, evento tradicional e de grande relevância para o município e entorno, agendado para os dias 10, 11 e 12 de outubro de 2025. A apresentação artística contratada será realizada no **dia 10 de outubro** (sexta-feira), compondo a programação principal do evento e contribuindo para a mobilização social e fortalecimento da economia criativa local.

7.3. A proposta contempla uma apresentação com duração mínima de 1h40min, no valor de **R\$ 65.000,00**, abrangendo integralmente os custos com deslocamentos terrestre e aéreo, equipe técnica, estrutura, tributos e encargos, não cabendo à Administração



quaisquer ônus adicionais.

7.4. A forma de pagamento acordada, conforme proposta apresentada pelo representante exclusivo, **prevê a antecipação de 50%** do valor contratual até 10 (dez) dias após a assinatura e publicação do contrato, com o saldo remanescente de 50% quitado até 10 (dez) dias úteis após a execução do show. Tal condição é justificada pela empresa diante do valor negociado abaixo da média praticada em outras contratações públicas recentes.

7.5. A antecipação parcial de pagamento, por sua vez, será tratada com a devida cautela jurídica, nos termos do **art. 145 da Lei nº 14.133/2021**, que admite tal prática em caráter excepcional, desde que:

- haja **justificativa formal** no processo, com demonstração da **indispensabilidade para a prestação do serviço ou economia de recursos públicos**;
- a cláusula esteja expressamente prevista no instrumento contratual;
- e se avalie a **exigência de garantia** adicional, nos termos do §2º do mesmo artigo, para mitigação de riscos em caso de inadimplemento.

7.6. A Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo (Sedecult) apresenta justificativa para o pagamento antecipado de parte do cachê artístico como medida excepcional, com base na condição imposta pelo representante exclusivo da atração como pré-requisito indispensável à confirmação da apresentação. Essa exigência está diretamente relacionada à notoriedade do artista no mercado nacional, à elevada demanda e à necessidade de garantia mínima para reserva da data. A proposta apresentada contempla valor abaixo da média de mercado e está acompanhada de documentação comprobatória, em conformidade com o art. 145 da Lei nº 14.133/2021, que permite a antecipação de pagamento em hipóteses devidamente justificadas e formalmente previstas no contrato.



7.7. Não se aplicam cláusulas de manutenção ou assistência técnica, tendo em vista que o objeto da contratação se refere exclusivamente à execução de serviço artístico com data e escopo previamente definidos, não envolvendo fornecimento de bens duráveis, sistemas, nem prestação continuada. A contratada responderá integralmente por encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e eventuais danos causados a terceiros ou ao patrimônio público durante a execução contratual, conforme previsto na legislação vigente e nas cláusulas do instrumento contratual.

7.8. A presente contratação está inserida em uma estratégia institucional de fomento à cultura e dinamização da economia local, respaldada nas diretrizes das políticas públicas municipais voltadas à valorização da identidade cultural e ao fortalecimento do turismo regional. A seleção da atração musical seguiu critérios definidos por Comissão de Festas nomeada por portaria, composta por membros da sociedade civil, do segmento artístico-cultural e da administração pública, assegurando transparência e participação social. A escolha da dupla Thalles e Junior atende aos critérios de representatividade, notoriedade e potencial de mobilização popular.

7.9. A prestação do serviço será realizada em data e horário previamente estabelecidos no cronograma do evento, cabendo à Administração Pública disponibilizar a infraestrutura mínima necessária conforme acordado. À contratada, por sua vez, compete cumprir integralmente as condições técnicas e artísticas descritas na proposta aceita. O cumprimento da obrigação será objeto de fiscalização e atesto formal por servidor designado, mediante relatório circunstanciado que comprove a execução conforme pactuado.

7.10. Considerando que se trata de contratação de artista com atuação consagrada, a inexigibilidade de licitação se justifica pela inviabilidade de competição, conforme disposto no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. A contratação se dará por intermédio de empresa detentora de representação exclusiva da dupla, com apresentação de declaração de exclusividade, contrato de agenciamento e documentos comprobatórios da notoriedade da atração, tais como presença em rankings musicais, premiações,



veiculações na mídia e histórico de apresentações públicas para entes públicos.

7.11. Em face da excepcionalidade do pagamento parcial antecipado, será analisada a conveniência de exigência de garantia adicional (como caução em dinheiro ou seguro-garantia), conforme previsto no art. 145, §2º, da Lei nº 14.133/2021, com vistas a mitigar riscos financeiros à Administração Pública. Serão incluídas cláusulas que assegurem a devolução proporcional ou integral dos valores antecipados, em caso de descumprimento contratual, assegurando a responsabilidade civil objetiva da contratada.

7.12. A viabilidade econômica da contratação foi confirmada por meio de levantamento de mercado com dados de contratações similares por outros entes públicos, demonstrando compatibilidade do cachê proposto com os valores praticados no setor. Além da adequação financeira, a iniciativa representa uma solução eficaz do ponto de vista sociocultural e econômico, pois movimentará a cadeia produtiva local durante os dias do evento, gerando impactos positivos diretos nos setores de hospedagem, alimentação, comércio e transporte, além de consolidar o calendário cultural do município.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

Art. 18, § 1º, VIII, da Lei n. 14.133/2021

8.1. Trata-se de prestação de serviço singular, com objeto único e indivisível — a realização de apresentação artística em data e hora específica — o que dispensa fracionamento de contratação, parcelamento de objeto ou contratação por lotes, sendo a proposta avaliada em sua totalidade.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Art. 18, § 1º, IX, da Lei n. 14.133/2021

9.1. A presente demanda visa alcançar resultados estruturais e socioculturais relevantes, alinhados às políticas públicas de promoção cultural e desenvolvimento local sustentável.



São eles:

- **Promoção do acesso à cultura e valorização da tradição local**, por meio da continuidade de um evento consolidado há 46 anos e que, em 2025, alcançará sua 47ª edição. A festividade representa um importante instrumento de integração social, oferecendo à população uma programação de lazer gratuita, inclusiva e segura, pautada na diversidade musical e no entretenimento de qualidade, fortalecendo o sentimento de pertencimento e identidade comunitária;
- **Impulso à economia criativa e ao turismo regional**, com a expectativa de aumento no fluxo de visitantes e geração de renda para os setores de comércio, serviços, alimentação e hospedagem. A realização do evento tem potencial para estimular a circulação de capital no município e fomentar a atividade turística como vetor de desenvolvimento econômico e social, beneficiando empreendedores locais e promovendo visibilidade ao município como destino cultural e turístico.

9.2. Nesse sentido, a realização da Festividade da “47ª Concentração Comunitária, Festas dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo” *de Itarana* contribuirá para consolidar a cidade como polo de eventos regionais, incentivando práticas de gestão participativa, sustentabilidade econômica e valorização dos saberes e manifestações culturais locais.

9.3. A presente solicitação visa, ainda, contribuir para o aperfeiçoamento dos processos administrativos e a consolidação das obrigações institucionais da Administração Pública Municipal, assegurando o alinhamento com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021. Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

- a) A garantia de atendimento satisfatório quanto à execução contratual, mediante a entrega integral do serviço artístico conforme pactuado;



b) A efetiva prestação do serviço com elevado padrão de qualidade, no tempo e forma estabelecidos, assegurando que a execução das atividades vinculadas à festividade atenda às metas da gestão pública e promova impactos positivos junto à população.

9.4. A contratação decorrente do presente processo também observará os princípios da sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, conforme diretrizes da nova Lei de Licitações. A contratada deverá adotar boas práticas que contribuam para a otimização dos recursos públicos, redução de desperdícios e minimização dos impactos ambientais, respeitando as condições locais e a estrutura disponibilizada pelo Município, além de promover ações compatíveis com eventos de grande porte no âmbito da gestão cultural sustentável.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Art. 18, § 1º, IX, da Lei n. 14.133/2021

10.1. Para a contratação pretendida haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração:

a) Levantamento das Necessidades de Estrutura para o Evento: Realizar um diagnóstico completo das demandas estruturais essenciais para a realização da festividade, com base nas exigências técnicas do artista e na logística do evento. Devem ser listados e orçados previamente todos os itens indispensáveis para viabilizar a apresentação, como palco com dimensões compatíveis, sistemas de iluminação cênica e técnica, sonorização profissional, painéis de LED, camarins móveis ou estruturados, geradores de energia para garantir autonomia durante o show, banheiros químicos, grades de contenção, tendas, e outros equipamentos complementares, observando o rider técnico apresentado pela atração.

b) Elaboração de Especificações Técnicas para Itens Correlatos: Desenvolver especificações detalhadas para cada item ou serviço que será contratado de forma



complementar à atração principal. As especificações devem considerar aspectos como potência sonora, alcance de iluminação, capacidade dos camarins, dimensionamento dos geradores, requisitos de segurança, e compatibilidade com a estrutura da praça ou espaço público onde o evento será realizado.

c) Levantamento Mercadológico Prévio: Com base em eventos anteriores e nos parâmetros atuais de mercado, a Administração deverá levantar os preços médios dos serviços correlatos à apresentação artística, como sonorização, iluminação, palco, segurança, geradores, entre outros, para subsidiar a composição da estimativa de custos globais do evento. Esse levantamento também auxiliará na reserva de recursos orçamentários e na definição dos termos de referência das contratações complementares.

d) Planejamento Logístico e Cronograma de Execução: Organizar com antecedência todas as etapas logísticas necessárias para a montagem e desmontagem das estruturas, testagem dos equipamentos e chegada da equipe artística. O planejamento deve considerar horários de carga e descarga, transporte de materiais, bloqueios de vias, controle de acesso do público, instalação dos camarins, áreas de apoio e deslocamento dos artistas. Esse planejamento é fundamental para assegurar que a estrutura esteja integralmente pronta antes do horário da apresentação.

e) Avaliação de Sustentabilidade e Impacto Ambiental: Prever ações voltadas à sustentabilidade durante a realização do evento, como gestão adequada de resíduos, uso racional de energia e água, incentivo ao uso de copos reutilizáveis, logística de transporte coletivo para o público e avaliação do impacto sonoro. A Administração deve buscar alternativas que reduzam os impactos ambientais e promovam o uso eficiente dos recursos públicos.

f) Capacitação e Treinamento da Equipe de Apoio: Promover reuniões e capacitações com as equipes técnicas e operacionais da Prefeitura e da Comissão de Festas envolvidas no evento, para garantir que todos conheçam suas atribuições e estejam aptos a acompanhar a execução dos serviços e fiscalizar os contratos celebrados. Isso inclui



orientações quanto à logística do evento, recebimento dos prestadores de serviço, organização do espaço e mediação com o público.

g) Definição de Metas e Indicadores de Sucesso: Estabelecer metas objetivas para a realização do evento e a apresentação da atração artística, como pontualidade, qualidade da estrutura, nível de satisfação do público, segurança do local e geração de impacto positivo na economia local. Esses indicadores permitirão à Administração mensurar os resultados alcançados e avaliar a efetividade da contratação.

10.2. O Gestor do contrato designará os servidores responsáveis pela fiscalização do contrato, sendo um titular e um substituto.

A Administração Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo (Sedecult), deverá formalizar a designação de servidores públicos para atuarem como fiscais do contrato, conforme prevê o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Os fiscais terão a responsabilidade de acompanhar todas as fases da execução contratual, desde o cumprimento das cláusulas estabelecidas até a entrega final do objeto.

10.3. Para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que as demais etapas administrativas sejam concluídas, quais sejam:

- a)** elaboração de minuta do edital;
- b)** realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c)** designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d)** elaboração de minuta do contrato;
- e)** encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f)** análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g)** publicação e divulgação do edital e anexos;
- h)** resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i)** realização do certame, com suas respectivas etapas;



- j) realização de empenho; e
- k) assinatura e publicação da ARP e/ou contrato.

10.4. As providências prévias à celebração do contrato envolvem a definição orçamentária compatível com a proposta cultural do evento e o cronograma das apresentações artísticas. É imprescindível verificar previamente a disponibilidade das atrações musicais considerando critérios como estilo musical, compatibilidade com o perfil do evento, custos e viabilidade da proposta, especialmente quanto ao valor do cachê. As propostas recebidas serão avaliadas pela Secretaria demandante com base em critérios técnicos, financeiros e culturais. Somente após a validação dessas condições será formalizado o contrato, contendo cláusulas claras sobre data, horários, forma de pagamento, obrigações da contratada e condições para a prestação do serviço.

10.5. Antes da assinatura contratual, a Administração deverá realizar a verificação completa da documentação legal exigida, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, incluindo, mas não se limitando a:

- Contrato social ou documento equivalente da contratante, atualizado;
- Inscrição no CPF ou CNPJ da empresa proponente;
- Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, quando aplicável;
- Certidões de regularidade fiscal com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- Certidões de regularidade perante o FGTS e a Seguridade Social;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- Documentos de identidade e CPF do(s) representante(s) legal(is);
- Contrato formal de exclusividade da representação da atração artística, devidamente registrado em cartório, demonstrando que se trata de empresário exclusivo nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

10.6. Durante a execução do contrato, especialmente no momento da apresentação artística, caberá à Administração monitorar a performance da banda ou artista contratado, verificando o cumprimento integral das cláusulas contratuais. O gestor do contrato, preferencialmente o servidor responsável pela demanda, atuará em conjunto com fiscal



designado, que deve ser servidor efetivo do quadro permanente da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, com atribuições ou conhecimentos compatíveis com o objeto da contratação. Após a realização do evento, serão efetuados os pagamentos conforme estabelecidos no contrato, sendo também elaborado um relatório de avaliação de desempenho da contratada, registrando eventuais falhas, atrasos ou descumprimentos.

11. COMPRA/CONTRATAÇÕES CORRELATA E/OU INTERDEPENDENTE

Art. 18, § 1º, XI, da Lei n. 14.133/2021

11.1. Para viabilizar a execução adequada da apresentação artística contratada, é imprescindível que a Administração Pública realize contratações complementares e interdependentes, responsáveis por garantir a infraestrutura técnica, operacional e logística necessária para a realização da festividade com segurança, qualidade e compatibilidade técnica com as exigências da atração musical. Dentre os principais serviços e aquisições correlatas previstos, destacam-se:

- **Palco:** Estrutura física modular de grande porte, com cobertura e piso antiderrapante, dimensionado conforme as exigências técnicas e de segurança da atração contratada;
- **Sistema de Iluminação Cênica e Técnica:** Equipamentos de iluminação profissional (rampa de LED, moving heads, refletores, canhões de luz, strobo, entre outros), compatíveis com o rider técnico da banda/artista e com a ambientação visual do evento;
- **Sistema de Sonorização Profissional (PA e monitoramento de palco):** Equipamentos de áudio de alta performance, mesa digital, microfones, cabos e periféricos, em conformidade com as especificações técnicas do show e do rider técnico da atração;
- **Estrutura de Grades de Contenção e Isolamento:** Itens para organização e



segurança do público e proteção da área do palco, equipamentos e bastidores;

- **Geradores de Energia:** Módulos geradores de alta capacidade (em kVA), com autonomia suficiente para suportar todo o consumo elétrico do evento, incluindo equipamentos de palco, iluminação e som, com sistemas de segurança e abastecimento ininterrupto;

Camarim: Estrutura reservada, equipada com mobiliário básico, climatização, iluminação, sanitários, espelhos, itens de consumo e atendimento às exigências contratuais e de conforto da equipe técnica e artística;

- **Segurança Desarmada (Apoio Operacional):** Equipe especializada para controle de acesso, monitoramento do público e prevenção de incidentes, além de profissionais capacitados para atendimento emergencial e;
- **Banheiros Químicos:** Locação e manutenção periódica durante o evento, considerando o público estimado.

Tais contratações são complementares à contratação principal e serão objeto de processos específicos, conforme planejamento da Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo, com o devido acompanhamento orçamentário e observância à legislação vigente.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Art. 18, § 1º, XII, da Lei n. 14.133/2021

12.1. A realização de shows e eventos musicais, como o da "47ª Concentração Comunitária, Festas dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo", pode gerar diversos impactos ambientais, que necessitam ser minimizados por meio de ações responsáveis e coordenadas com as Secretarias Municipais competentes. Abaixo, listam-se os principais impactos e as soluções propostas para mitigá-los:



➤ **Consumo de energia:** A utilização intensiva de eletricidade para iluminação, sistemas de som e outros equipamentos é uma das principais fontes de impacto ambiental durante eventos de grande porte. Para mitigar esse impacto, recomenda-se:

- A adoção de tecnologias eficientes, como iluminação LED de baixo consumo e sistemas de som de alta eficiência;
- A implementação de geradores de energia com baixa emissão de poluentes e que respeitem os limites ambientais estabelecidos;
- Avaliação e, se possível, uso de fontes alternativas de energia, como a energia solar, para complementar o fornecimento durante o evento.

➤ **Geração de resíduos:** Eventos desse porte geram grandes volumes de resíduos, como copos plásticos, embalagens de alimentos, materiais promocionais descartáveis e outros. Para reduzir esse impacto, as seguintes ações são necessárias:

- Implementação de sistemas de coleta seletiva durante o evento, com a disponibilização de coletores de lixo claramente identificados em diferentes pontos do evento;
- Realização de uma limpeza contínua e eficaz do local, com horários de coleta e remoção programados durante e após o evento;
- Realização de campanhas de conscientização voltadas ao público para incentivar a redução do uso de plásticos descartáveis e a correta disposição dos resíduos;
- Utilização de materiais biodegradáveis ou reutilizáveis sempre que possível (ex: copos, pratos e talheres).

➤ **Poluição sonora:** A poluição sonora é uma preocupação recorrente em eventos musicais, especialmente ao ar livre, podendo afetar a qualidade de vida da comunidade local. Para minimizar esse impacto:

- O controle do volume dos sistemas de som é essencial, assegurando que o nível de emissão de som esteja dentro dos limites legais estabelecidos para eventos ao ar livre;
- Respeito rigoroso aos horários de realização dos shows, evitando eventos após o



horário estabelecido, o que pode perturbar o descanso da comunidade local;

- A realização de análises prévias do impacto acústico, caso necessário, para definir as melhores estratégias de distribuição do som.

➤ **Uso de água:** A demanda por água durante os eventos, especialmente para banheiros e serviços de alimentação, pode gerar um grande impacto. As soluções incluem:

- A instalação de sanitários químicos de baixo consumo de água, que são ideais para eventos temporários e não sobrecarregam a rede de abastecimento local;
- A utilização de equipamentos e práticas de conservação de água, como torneiras com temporizadores, sistemas de recirculação de água para lavagem de utensílios, entre outros;
- Parcerias com empresas especializadas para captar e reutilizar águas pluviais durante o evento, especialmente para a limpeza e uso nos banheiros.

➤ **Outros impactos ambientais:** Além dos pontos mencionados, é importante considerar outras ações para reduzir impactos ambientais, como:

- Uso racional de recursos materiais: Avaliar a quantidade e o tipo de materiais utilizados nas estruturas montadas (palco, stands, etc.), priorizando os materiais recicláveis e reutilizáveis;
- Apoio ao transporte sustentável: Incentivar o uso de transporte coletivo, bicicletas ou caronas para reduzir a emissão de gases poluentes durante a chegada e saída do público;
- Compensação ambiental: Quando possível, compensar as emissões de carbono do evento por meio de ações de plantio de árvores ou apoio a projetos ambientais locais.

12.2. Em síntese, os impactos ambientais causados por shows e eventos de grande porte são significativos, mas podem ser minimizados com a implementação de **práticas sustentáveis** e a **conscientização do público**. Essas ações devem ser coordenadas com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Saúde, Urbanismo e Turismo, além de serem acompanhadas por fiscalizações para garantir o cumprimento das medidas e o



sucesso de uma gestão ambiental responsável, alinhada com as políticas públicas de sustentabilidade.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Art. 18, § 1º, II, da Lei n. 14.133/2021

13.1. A contratação de serviços para a realização da "47ª Concentração Comunitária, Festas dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo", com a contratação das atrações artísticas, está em conformidade com as exigências da Lei 14.133/2021, que rege as licitações e contratações públicas. Além da adequação legal, a seleção da atração artística e a gestão do evento, que envolvem aspectos como cachê, logística, e execução de serviços, são estratégias que visam otimizar a oferta cultural e garantir que o evento aconteça com excelência para o público, ao mesmo tempo em que busca maximizar os impactos sociais e turísticos para o município.

13.1.1. Para garantir que o evento seja realizado de forma responsável e sustentável, é importante que os contratados, incluindo a atração musical e seus representantes, adotem práticas sustentáveis, como o uso de materiais recicláveis e a redução de desperdícios para a operação do evento. A escolha de fornecedores e parceiros que sigam esses princípios contribuirá para o sucesso do evento e para a diminuição da pegada ambiental da festividade.

13.2. Com base na justificativa sobre o objeto e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) e seus anexos, além da previsão orçamentária para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e valores de mercado. A escolha de atrações de alto nível para o evento promoverá a valorização cultural do município e trará benefícios tanto sociais quanto econômicos. A implementação e execução do evento garantirão um retorno positivo, contribuindo para a promoção do turismo e geração de fluxo econômico local.



Considerações finais:

- a) A contratação alinha-se às finalidades do evento e do município, sendo viável do ponto de vista cultural, estratégico e econômico, conforme demonstrado neste estudo;
- b) Os requisitos relevantes para a contratação da atração artística foram adequadamente levantados e analisados, incluindo a viabilidade financeira e os aspectos logísticos da produção do evento;
- c) As quantidades sugeridas para contratação, como o número de apresentações e os recursos exigidos para a infraestrutura do evento, estão adequadas à demanda prevista;
- d) Existe a solução proposta no mercado, com artistas e bandas que atendem aos requisitos de exclusividade e reputação estabelecidos;
- e) As estimativas preliminares de custos e requisitos foram elaboradas com base na pesquisa de mercado, e estão devidamente documentadas neste Estudo Técnico Preliminar, garantindo a conformidade com o orçamento previsto para o evento.

14. DO MAPA DE RISCOS

Art. 18, § 1º, XII, da Lei n. 14.133/2021

14.1. Assim como toda contratação, vislumbram-se alguns riscos em curso. Não se incluem, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam ao processo que permeia até a formalização da contratação.

FASE DE ANÁLISE:

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

Risco 01 - Não haver disponibilidade orçamentária	
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta () Não se aplica
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta () Não se aplica
Dano	
Não havendo disponibilidade orçamentária, poderá ser feita a revisão orçamentária ou a suplementação orçamentária para os recursos.	
Ação Preventiva	Responsável



Verificar a existência de dotação orçamentária capaz de suportar a despesa proposta.	Ordenador de Despesas.
Ação de Contingência	Responsável
Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, juntamente com revisão da necessidade imediata do item demandado.	Ordenador de Despesas.

Risco 02 - Atraso na conclusão da licitação	
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta () Não se aplica
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta () Não se aplica
Dano	
O não atendimento à demanda no prazo necessário pode ocasionar a não realização do serviço ou um procedimento indenizatório, ou seja, busca receber uma compensação financeira por danos sofridos.	
Ação Preventiva	Responsável
Rever todas as cláusulas dos Instrumentos a fim de reduzir a possibilidade de eventuais impugnações e demais instrumentos que possam até causar a paralisação do procedimento licitatório.	Demandante, Diretoria Jurídica e Agente Contratação/Pregoeiro.
Ação de Contingência	Responsável
Supressão de itens que porventura possam impactar na morosidade e continuidade do certame.	Demandante, Diretoria Jurídica e Agente Contratação/Pregoeiro.

Risco 03 - Dificuldade na formação do preço de referência para a contratação	
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta () Não se aplica



Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta () Não se aplica
Dano	
Atraso na licitação e não atendimento à demanda no prazo necessário, podendo ocasionar a morosidade na realização do procedimento licitatório.	
Ação Preventiva	Responsável
Utilização de todos os parâmetros definidos nas legislações correlatas a matéria.	Área técnica responsável pela elaboração da pesquisa mercadológica.
Ação de Contingência	Responsável
Comunicação à Diretoria Jurídica da quanto a eventual entrave enfrentado, a fim de verificar possíveis inconsistências no Edital e seus Anexos e verificação de estratégias paralelas a fim de possibilitar a conclusão de tal fase.	Área técnica responsável pela elaboração da pesquisa mercadológica, Demandante, Diretoria Jurídica e Agente Contratação/Pregoeiro.

15. ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Anexo VI da Instrução Normativa TCEES 68/2020

15.1. Nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa TCEES 68/2020, detalhamos informativo dos atos de responsabilidades pela elaboração deste instrumento, como segue:

Elaboração:

JHEFFILY DE SOUZA ZEQUINI
Chefe de Serviço
Matrícula n ° 006934.



Autoridade responsável:

ANDRÉ FIOROTTI
Secretário Municipal de Desporto, Cultura e Turismo
Portaria n º 007/2025.

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br> Chave: efcea7af-f2c4-43e6-9a0e-c2c776fc6b6
Estudo Técnico Preliminar Nº 000123/2025



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação da empresa Thalisson Felipe Vieira de Souza-ME, detentora da representação exclusiva da dupla **Thalles e Junior**, visando à realização de apresentação artística durante as festividades da “47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo” de Itarana, a ocorrer entre os dias 10 à 12 de outubro de 2025, no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, localizado no município de Itarana/ES.

1.2 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

1.2.1. A contratação será realizada por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão da notória exclusividade da empresa para a intermediação da atração artística referida.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	Show artístico, com duração mínima de 01h40 (uma hora e quarenta minutos), da dupla Thalles & Junior, no dia 10 de outubro de 2025.	01	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00

1.3. DA NATUREZA DO OBJETO

1.3.1. O objeto desta contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente



encontradas no mercado, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar;

1.3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de consumo de luxo, conforme artigo 35 do Decreto Municipal nº 2011/2024.

1.4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.4.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias contados do(a) primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES).

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar que fundamenta a presente contratação, constatou-se que a solução mais adequada para atendimento da demanda consiste na formalização de contrato administrativo com o representante exclusivo da dupla Thalles e Junior, para a futura realização de apresentação artística ao vivo, conforme proposta previamente apresentada à Administração Pública.

2.2. A contratação se mostra imprescindível para o atendimento da programação oficial do evento municipal a ser promovido pela Prefeitura de Itarana/ES, cujo objetivo é fomentar a cultura, incentivar o turismo local, promover lazer à população e valorizar as festividades populares. A escolha de atração nacionalmente reconhecida, como a dupla Thalles e Junior, busca garantir a atratividade do evento, o fortalecimento da identidade cultural e a ampliação da participação popular, resultando em benefícios diretos e indiretos à economia local, especialmente para os setores de comércio e serviços.

2.3. A fundamentação para a contratação direta, bem como a definição dos quantitativos, justificativas técnicas e escolha da solução, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar anexo a este Termo de Referência, elaborado em conformidade com as diretrizes legais e considerando a viabilidade técnica, jurídica e orçamentária da contratação.

2.4. A presente contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seus dispositivos que tratam da contratação por inexigibilidade de licitação, tendo em vista a natureza singular do objeto e a notória especialização do artista contratado. Também se observará o Decreto Municipal nº



2011/2024 e as demais disposições normativas estabelecidas neste Termo de Referência.

3 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Visando atender à demanda da Administração Municipal por meio da Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo (Sedecult) para a realização de show artístico para a desta da cidade, foi elaborado Estudo Técnico Preliminar (ETP), com a devida justificativa da inviabilidade de competição, nos termos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a contratação ser feita por meio de representante exclusivo da atração artística, conforme documentação comprobatória apresentada pela empresa.

3.2. Considerando a natureza singular do objeto – apresentação artística de atração consagrada pela crítica especializada ou pela opinião pública – e a inviabilidade de competição decorrente da exclusividade da representação, a solução mais adequada para o atendimento da necessidade administrativa é a formalização direta do contrato, por inexigibilidade de licitação.

3.3. O contrato será firmado com prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados do primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), conforme previsto neste Termo de Referência, período considerado suficiente para garantir a realização do objeto dentro das condições operacionais, administrativas e legais.

3.4. A celebração do contrato administrativo por inexigibilidade de licitação apresenta vantagens à Administração, tais como:

- a) **Segurança jurídica**, com respaldo legal na Lei nº 14.133/2021;
- b) **Eficiência e economicidade**, evitando custos com processos licitatórios inviáveis para o caso;
- c) **Responsabilidade contratual** definida, com atribuições claras entre as partes;
- d) **Planejamento adequado**, com prazo contratual compatível com os preparativos e execução do evento;
- e) **Controle e fiscalização**, permitindo o acompanhamento da execução conforme as cláusulas contratuais pactuadas.



3.5. Ressalta-se que, por se tratar de contratação por inexigibilidade voltada à execução de evento único e previamente agendado, não há previsão de prorrogação automática da vigência contratual, sendo eventual extensão condicionada às hipóteses legais previstas nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa formal da Administração.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa estará encarregada a cumprir as especificações deste Termo de Referência, para plena execução do objeto contratado.

4.2. QUANTO AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE DEVEM SER OBSERVADOS OS SEGUINTE REQUISITOS:

- a) Adotar, sempre que possível, práticas que minimizem impactos ambientais durante a execução do show, tais como a redução de resíduos, uso consciente de energia elétrica e água, e descarte adequado de materiais;
- b) Estimular condutas de responsabilidade socioambiental no escopo de suas atividades, especialmente quanto ao tratamento adequado de resíduos gerados no backstage, camarins e demais áreas sob sua responsabilidade;
- c) Evitar qualquer conduta discriminatória ou que possa violar direitos humanos no tratamento de seus colaboradores, artistas e equipe de apoio.

No caso específico da contratação de show artístico por inexigibilidade, os critérios de sustentabilidade previstos na Lei 14.133/2021 (art. 11, §1º) podem ser observados de forma limitada, uma vez que o objeto não envolve bens ou serviços que tenham impacto ambiental direto e mensurável como em fornecimentos contínuos, obras ou logística operacional complexa.

4.3. DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS PARA A CONTRATAÇÃO DO SHOW ARTÍSTICO

- a) Carta de exclusividade emitida pelo empresário ou agente exclusivo da atração artística, contendo autorização expressa para negociação e contratação do show;
- b) Documentação que comprove a consagração pela crítica especializada e pelo público, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a exemplo de:
 - Certificados, reportagens, prêmios ou reconhecimentos de público;



- Registros de apresentações em eventos de grande porte ou participação em mídia nacional;
- Presença em rankings de popularidade, plataformas de streaming ou premiações artísticas relevantes.

c) Declaração do proponente de que assumirá total responsabilidade pela execução da apresentação, incluindo aspectos técnicos, logísticos e contratuais.

d) Proposta comercial detalhada, contendo valor global, condições de pagamento e todos os itens incluídos (cachê, transporte, hospedagem, alimentação, tributos, etc.), devidamente assinada pelo representante legal.

4.4. DAS OBRIGAÇÕES

4.4.1. DA CONTRATADA:

- a) Assegurar a realização do show artístico na data, horário e local definidos pelo Município de Itarana, com todos os elementos necessários para a apresentação, incluindo deslocamento, logística de palco, de som e de iluminação e demais condições acordadas;
- b) Fornecer, previamente à execução do serviço, documentação que comprove a exclusividade da representação da dupla artística, bem como material promocional, ficha técnica e demais informações solicitadas pela Administração;
- c) Responsabilizar-se integralmente pelos custos relacionados à logística e execução do show, incluindo transporte aéreo e terrestre até o local do evento e quaisquer outras despesas correlatas;
- d) Garantir que o espetáculo ocorra dentro dos padrões de segurança, qualidade e pontualidade previamente definidos, sob pena de responsabilização por eventuais falhas ou cancelamentos não justificados;
- e) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 horas, qualquer imprevisto que possa comprometer a execução do show, apresentando documentação comprobatória e propondo solução viável para readequação, se possível;
- f) Reparar, sem ônus para o Município, qualquer dano causado a bens públicos ou a terceiros em decorrência de sua atuação, bem como responder por eventuais ações civis, administrativas ou penais decorrentes da execução contratual;
- g) Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de regularidade



jurídica, fiscal e técnica exigidas para a contratação.

4.4.2. DA CONTRATANTE:

- a) Garantir as condições mínimas para a realização do evento, tais como infraestrutura física adequada no local da apresentação, som, palco, iluminação, painel de Led, alimentação, hospedagem, abastecimento de camarim, apoio operacional, carregadores, direitos autorais, segurança pública, liberação de licenças e autorizações necessárias;
- b) Fornecer à contratada todas as informações e documentos necessários à execução do objeto;
- c) Realizar o pagamento conforme as condições estabelecidas no contrato, mediante apresentação de nota fiscal válida e após a devida conferência da execução do objeto;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados, lavrando relatórios e registros de conformidade ou eventual não conformidade, para controle e responsabilização, quando for o caso.

4.5. SUBCONTRATAÇÃO:

4.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto da contratação.

4.6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1.1. O show de Thalles e Junior será realizado de acordo com a agenda previamente acordada entre as partes, garantindo que todas as condições operacionais estejam alinhadas. A execução será feita conforme o cronograma estabelecido na proposta, respeitando os horários definidos e as exigências logísticas acordadas entre o representante exclusivo e a Prefeitura Municipal de Itarana.

5.1.2. O serviço poderá ser rejeitado, total ou parcialmente, caso não atenda às



especificações técnicas e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às condições previstas na proposta apresentada, cabendo à contratada promover, às suas expensas, as correções ou substituições necessárias no prazo estipulado pela Administração.

5.1.3. A contratada será responsável pela montagem, execução e desmontagem de toda a estrutura do show, incluindo a coordenação das equipes técnicas e artísticas envolvidas. A Prefeitura Municipal de Itarana não terá nenhuma responsabilidade por custos adicionais relacionados à infraestrutura, transporte ou equipamentos, salvo quando expressamente acordado em cláusulas específicas do contrato.

5.1.4. O show será realizado no local previamente estabelecido, com datas e horários ajustados de acordo com a disponibilidade das partes. Caso haja necessidade de alteração de data ou local, a contratada deve comunicar à Prefeitura com antecedência mínima de 10 dias, para que ajustes logísticos sejam feitos, sem prejuízo da execução do contrato.

5.1.5. Caso seja necessário a execução do show fora do horário previamente estipulado, como em eventos especiais ou exigências da Administração Municipal, a contratada deverá estar disponível para atender a essas condições, mediante ajuste de valores e prazos, de acordo com a natureza da solicitação.

5.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA O SHOW

5.2.1. A contratada deverá garantir que os artistas estejam vestidos de acordo com as normas e expectativas do evento, respeitando o padrão de imagem do show e da Prefeitura Municipal. A produção do evento deverá incluir todos os aspectos relacionados à apresentação pública, como vestuário, maquiagem e acessórios, conforme acordado entre as partes.

5.2.2. A apresentação deverá respeitar os valores sociais, culturais e educativos da festividade, sendo vedada a exibição de conteúdo que contenha conotação ofensiva, discriminatória, obscena ou que contrarie os princípios da moralidade administrativa.

5.2.3. A equipe da contratada, incluindo os artistas, deverá manter conduta profissional, cordial e compatível com o ambiente institucional do evento, sob pena de registro de ocorrência e aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

5.3. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES



5.3.1. A contratada será responsável pela coordenação e execução dos serviços de transporte de artistas, equipamentos e demais itens necessários para a realização do show. A logística de transporte deve ser planejada com antecedência, garantindo que todos os itens sejam entregues no local com segurança e no prazo estipulado. Quaisquer custos adicionais relacionados ao transporte, que não estejam previstos no orçamento do contrato, devem ser informados com antecedência.

5.3.2. A contratada será responsável por providenciar, instalar e operar, por meios próprios e às suas expensas, todos os equipamentos, estruturas e serviços técnicos complementares indispensáveis à realização do show, de forma a preservar o padrão técnico e artístico característico da apresentação. Isso inclui, entre outros, a montagem e desmontagem de sistemas de painéis de LED, efeitos especiais, e demais itens desde que não fornecidos diretamente pela Prefeitura como parte da estrutura básica do evento.

5.3.3. A contratada deve garantir que as condições de alimentação e descanso para os artistas e equipe estejam em conformidade com as necessidades do evento.

5.3.4. A contratada deverá garantir que o local do evento esteja limpo e organizado antes, durante e após o show. Isso inclui serviços de limpeza do espaço, remoção de lixo e cuidados gerais com a manutenção do ambiente. A contratada deverá disponibilizar uma equipe de limpeza para agir de maneira eficiente e ágil, mantendo o local seguro e apresentável para o público.

5.3.5. A contratada deverá providenciar a segurança específica voltada à apresentação artística, especialmente no que se refere ao controle rigoroso de acesso à área do palco durante a realização do show, permitindo a entrada apenas de pessoas devidamente autorizadas pela equipe técnica e de produção do artista. Caberá à contratada garantir o monitoramento constante da área, prevenindo situações que possam comprometer a integridade física dos artistas, da equipe técnica e do público presente, podendo solicitar o auxílio da segurança desarmada contratada pela Prefeitura Municipal de Itarana.

5.3.6. Durante a execução do show, a contratada deverá manter uma equipe técnica de suporte no local para resolver problemas que possam surgir com a infraestrutura ou equipamentos. Caso haja falhas no sistema de som, iluminação ou outros itens técnicos essenciais para a realização do evento, a contratada se compromete a junto a contratante solucionar o problema de maneira rápida e eficaz, sem prejudicar o andamento da apresentação.



5.5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DO SHOW DE THALLES E JUNIOR

5.5.1. O pagamento referente à contratação do show de Thalles e Junior será realizado conforme as condições específicas acordadas entre as partes, em consonância com as disposições legais aplicáveis. A proposta de pagamento estipula uma antecipação de 50% do valor total do contrato até 10 (dez) dias após a assinatura e publicação do contrato, com o saldo remanescente de 50% a ser pago até 10 (dez) dias úteis após a execução do show, conforme os termos acordados pela contratante e a contratada.

5.5.2. A antecipação de 50% do valor contratual, como previsto na proposta de pagamento, é justificada pela contratada com base na negociação do valor do show, que ficou abaixo da média praticada em contratações públicas recentes de artistas de renome. Esse valor reduzido, somado à solicitação da antecipação, tem como finalidade garantir o compromisso financeiro da contratante, permitindo à contratada cobrir custos antecipados com a preparação e logística do evento, como transporte de equipamentos, contratação de equipe técnica e contratação de serviços auxiliares necessários para a execução do show.

5.5.3. A antecipação de valores no contexto de contratações públicas está regulamentada pelo art. 145 da Lei nº 14.133/2021. O pagamento antecipado, de acordo com o referido artigo, é admitido em caráter excepcional, desde que haja uma justificativa formal no processo licitatório, demonstrando a indispensabilidade do adiantamento para a boa execução do contrato e a otimização do uso de recursos públicos. No caso específico da contratação do show de Thalles e Junior, o adiantamento se justifica pela necessidade de garantir a realização do evento conforme os requisitos acordados, incluindo a contratação de toda a infraestrutura técnica e logística necessária para a apresentação.

5.5.4. A Lei nº 14.133/2021 exige que, para a prática de antecipação de pagamento, a cláusula de pagamento esteja expressamente prevista no contrato. No caso do show de Thalles e Junior, essa cláusula já foi acordada entre as partes e está devidamente formalizada no contrato, conforme as especificações do item 7.4 do Estudo Técnico Preliminar (ETP). A antecipação de 50% será paga conforme o cronograma estabelecido, desde que todas as condições formais de execução do contrato sejam atendidas pela contratada, com a devida entrega dos serviços e cumprimento das obrigações acordadas.

5.5.5. O art. 145 da Lei nº 14.133/2021 também prevê que, caso haja a antecipação de pagamento, o gestor público deve avaliar a exigência de garantia adicional para a



mitigação de riscos relacionados ao inadimplemento por parte da contratada. No caso da contratação do show, a Prefeitura Municipal de Itarana, em consulta com a assessoria jurídica, poderá avaliar a necessidade de exigir uma garantia adicional da contratada, como caução, seguro ou fiança bancária, para assegurar que o valor antecipado será utilizado conforme o planejamento acordado, e que o show será executado de acordo com as condições pactuadas no contrato.

5.5.6. O saldo remanescente de 50% será pago até 10 (dez) dias úteis após a execução do show, conforme estipulado no contrato. Este pagamento será realizado após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais pela contratada, incluindo a execução do show e o cumprimento das condições de infraestrutura e serviços complementares acordados. A Prefeitura Municipal de Itarana se compromete a realizar o pagamento do saldo remanescente de forma célere, desde que todas as condições previstas no contrato tenham sido atendidas e que o show tenha sido executado de acordo com as especificações técnicas e operacionais previstas.

5.5.7. Caso ocorra qualquer atraso no pagamento das parcelas acordadas, será aplicada a penalidade prevista no contrato, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. O atraso poderá gerar juros, multa e outras penalidades que garantam a execução do contrato de maneira eficiente e a proteção dos interesses da Administração Pública.

5.5.8. As condições de pagamento para a contratação do show de Thalles e Junior estão em conformidade com as normas da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à transparência, à justificativa formal para a antecipação de pagamento e à proteção dos recursos públicos. A estrutura contratual foi desenhada para garantir que a execução do show ocorra sem prejuízos financeiros à Administração Pública, com os devidos controles e procedimentos legais estabelecidos.

5.6. COMUNICAÇÃO FORMAL

5.6.1. Toda comunicação entre as partes deverá ser formalizada por escrito, e será considerada válida se enviada para os endereços eletrônicos ou físicos fornecidos no contrato. A Administração poderá notificar o fornecedor sobre qualquer descumprimento das cláusulas contratuais, e o fornecedor deverá tomar as providências necessárias dentro do prazo estabelecido, que não poderá ultrapassar 5 (cinco) dias úteis após a notificação.

5.7. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR



5.7.1. Para garantir a perfeita execução deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990.

6 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. As condições contratuais deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas previstas, no Edital de Licitação e seus anexos e dentro das normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura da ARP ou contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) indicado(s) pela(s) Unidade(s) Requisitante(s), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput; Decreto Municipal nº 2011/2024, em especial os artigos 223 a 225).

6.6. Os responsáveis por impulsionar o processo de contratação foram os membros da Comissão de Planejamento das Contratações (CPC), instituída através da Portaria nº 1.494/2024.

6.7. Para a fiscalização teremos a figura do Fiscal Administrativo, cujas atribuições estão descritas na Instrução Normativa SCL nº 06/2015.

6.7.1. Para garantir o adequado acompanhamento e fiscalização das atividades, a designação dos fiscais administrativos e técnicos responsáveis por cada área de atuação, foi formalmente elaborado e encontra-se anexado a este documento o **Termo de**



Indicação/Designação de Gestor e Fiscal de Contrato. O referido termo define as responsabilidades e atribuições de cada fiscal designado, visando assegurar o cumprimento das diretrizes e obrigações estabelecidas.

6.8. Os responsáveis pela gestão do contrato serão os secretários municipais, que terão a incumbência de supervisionar sua execução, assegurar o cumprimento das cláusulas estabelecidas e garantir que todas as obrigações sejam atendidas até sua vigência final.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma, sendo 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato até 10 (dez) dias após a assinatura e publicação do contrato, com o saldo remanescente de 50% (cinquenta por cento) a ser pago até 10 (dez) dias úteis após a execução do show mediante a emissão da nota fiscal que deverá ser enviada via e-mail sedecult@itarana.es.gov.br ou entregue à Secretaria requerente, juntamente com os documentos de regularidades fiscais e tributárias exigidas no procedimento de contratação. Estes documentos depois de conferidos e revisados, serão encaminhados para pagamento;

7.1.1. A CONTRATANTE realizará o pagamento nos prazos estipulados e da apresentação do documento fiscal correspondente.

7.1.2. Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF * \frac{0,33}{100} * ND$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira;

VF = Valor da Nota Fiscal;

ND = Número de dias em atraso.

7.2. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), ou outra circunstância impeditiva, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à empresa CONTRATADA para correção, sendo que o recebimento definitivo será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo



documento fiscal, devidamente corrigido;

7.3. A NOTA FISCAL ELETRÔNICA deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados quando na proposta, assim como, o número da contratação, o (s) objeto (s), os valores unitários e totais;

7.4. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto deverá ser comunicado ao Município de Itarana/ES, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

7.5. Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições relativas à proposta de preço e a habilitação;

7.6. O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL ELETRÔNICA será feito, preferencialmente, por Ordem Bancária.

7.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato;

7.8. É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste contrato.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, por meio de **INEXIGIBILIDADE**.

8.2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.2.1. Será verificado se a empresa detentora da exclusividade atende às condições de participação da contratação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedora - SICAF;

II - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

III - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



8.3. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- b) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- d) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- f) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



8.3.1.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do prestador, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste termo de referência;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do prestador, relativa à atividade em cujo exercício credencia ou concorre;
 - f.1) Caso o prestador seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto deste termo de referência, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - f.2) O prestador enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.



123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, e inciso II) ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, conforme Acórdão de Relação TCU 8271/2011-Segunda Câmara;

8.3.1.3.1. Fica dispensada apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, nas circunstâncias previstas no art. 70, III da Lei n.º 14.133 de 2021 e à luz do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

8.3.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Carta de exclusividade emitida pelo empresário ou agente exclusivo da atração artística, contendo autorização expressa para negociação e contratação do show;

b) Documentação que comprove a consagração pela crítica especializada e pelo público, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a exemplo de:

- Certificados, reportagens, prêmios ou reconhecimentos de público;
- Registros de apresentações em eventos de grande porte ou participação em mídia nacional;
- Presença em rankings de popularidade, plataformas de streaming ou premiações artísticas relevantes.

c) Declaração do proponente de que assumirá total responsabilidade pela execução da apresentação, incluindo aspectos técnicos, logísticos e contratuais

8.3.1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES / DECLARAÇÕES

8.3.1.5.1. Declaração subscrita atestando que:

a) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da



- obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
 - c) Que a proposta foi elaborada de forma independente;
 - d) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - e) Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991

9 - ESTIMATIVA(S) DO VALOR(ES)

9.1. A contratação da dupla Thalles e Junior está proposta pelo valor total de **R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)**, considerado compatível com os preços usualmente praticados em contratações similares por entes da Administração Pública, conforme evidenciado na pesquisa de mercado realizada. O valor ofertado contempla todos os encargos e despesas inerentes à apresentação artística, tais como cachê, deslocamentos terrestre e aéreo, efeitos de palco, equipamentos técnicos, serviços de montagem e operação, insumos, tributos e remuneração da equipe técnica e artística envolvida.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Ficha/Fonte: 422/1500

17 - DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

17.1. Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a



envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

17.1.1. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

17.1.2. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

17.1.2.1. Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

17.1.2.2. Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

17.1.2.3. Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

17.2. Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

17.2.1. As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

17.2.2. A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

17.3. Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais



ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.3.1. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

17.3.2. As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

17.4. Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

17.5. Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

17.5.1. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

17.5.2. A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

17.5.3. A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.



17.5.4. Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

17.6. Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

18 - DAS SANÇÕES

18.1. As falhas de execução, a inexecução parcial ou total da presente aquisição está sujeita às sanções administrativas estabelecidas nos arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- b) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do instrumento de contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do instrumento de contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução do instrumento de contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as



seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Instrumento de contratação, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);

d) Multa:

1. Moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo:

1.1 - 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

1.2 - 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

1.3 - 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

1.4 - Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 18.2, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.

3. Compensatória, para a inexecução total do instrumento de contratação prevista na alínea “c” do subitem 18.2, de 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.



4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 18.2, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Instrumento de contratação.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 18.2, a multa será de 5 % (cinco por cento) do valor do Instrumento de contratação.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 18.2, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Instrumento de contratação.
7. Compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
 - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
 - c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
 - e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
 - f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
 - g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
 - h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
 - i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
 - k) deixar de repor funcionários faltosos;
 - l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;



n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

18.4. A aplicação das sanções previstas neste Instrumento de contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

18.5. As sanções previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do item 18.3 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

18.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

18.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

18.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

18.9.1. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

18.9.2. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da



penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

18.9.3. O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea “a” do subitem 18.2 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

18.9.4. O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do instrumento de contratação, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

18.9.5. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021.

18.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e instrumento de contratação da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Instrumento de contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos



aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

18.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.15. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do instrumento de contratação;

18.16. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

18.17. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do instrumento de contratação, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

19 - DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1. Nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa TCEES 68/2020, detalhamos informativo dos atos de responsabilidades pela elaboração deste instrumento, como segue:

Elaboração:



JHEFFILY DE SOUZA ZEQUINI

Chefe de Serviço
Matrícula n ° 006934.

Autoridade responsável:

ANDRÉ FIOROTTI

Secretário Municipal de Desporto, Cultura e Turismo
Portaria n ° 007/2025.



A/C: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA – ES.

Posse-GO, 09 de julho de 2025.

PROPONENTE: THALLES & JUNIOR - THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA ME, CNPJ.28.906.468/0001-69, com sede na Rua Antônio Barbosa de Souza, Qd 17 Lt 07, Setor Augusto Jose Valente Nº 2, Posse–GO. Representado por THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, RG.5809267SSP/GO, CPF.047.285.411-93, residente na cidade de Posse-GO.

DO OBJETO: A presente proposta de contratação da Dupla THALLES E JUNIOR para uma apresentação de Show Musical no dia 10 de outubro de 2025 na cidade de Itarana ES. Horário as 23 horas. Com duração de até 1 hora e 40 minutos.

PROPOSTA COMERCIAL: Para a execução do show o valor será de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). O pagamento será realizado 50% apos assinatura do contrato e 50% até 10 dias após do evento.

DESCRIMINAÇÃO	VALOR
IMPOSTO COM NOTA FISCAL	9.000,00
PASSAGENS AERIA	R\$ 15.000,00
EQUIPE (MUSICOS, ROADIE'S E TECNICA)	R\$ 17.000,00
VAM AERPORTO ATÉ CIDADE	R\$ 4.000,00
CACHÊ DOS ARTISTAS	R\$ 20.000,00
TOTAL	R\$ 65.000,00

BANCO	AGENCIA E CONTA	CHAVE PIX
033 - SANTANDER	AG. 4504 C/C/: 13.005130-0	CNPJ: 28906468000169

OBRIGAÇÕES DE PRODUÇÃO LOCAL: Hospedagem para a banda. Abastecimento de Camarim. Carreadores e Alimentação.

EXTRUTURA: Fica na responsabilidade do contratantate a extrura de palco, som, luz, geradores, Ecad e licenças necessárias ao evento.

Validade da Proposta: 60 dias.

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA ME - CNPJ.28.906.468/0001-69,
THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, RG.5809267SSP/GO, CPF.047.285.411-93



Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato 2.º de Notas da Comarca de Posse-GO

Oficial Titular: Osmar Rodrigues de Aquino

Rua Dr. Antônio Marcos Gouveia, Quadra 15, Lote 04 , 00 - Augusto José Valente

Tel.: (62) 3481-1390 - Email: cartorio@2oficiopossego.com

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA EM RELAÇÃO A TERCEIROS

Nº 10052 de 06/06/2025

Certifico e dou fé que o documento eletrônico anexo, contendo **2 (dois) páginas**, foi apresentado em 06/06/2025, o qual foi protocolado sob nº 18606, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **10052** no Livro B deste Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos, Protestos e Tabelionato 2.º de Notas da Comarca de Posse-GO na presente data.

Apresentante

VIEMAR ANTONIO ANDRADE JUNIOR

Natureza

Documento - Outros > Contrato - Outros

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado as seguintes assinaturas digitais:

GILBERTO BRANDALIZE:017.181.879-20 (Padrão: Gov.br)

THIAGO VIEIRA DE SOUZA:020.258.371-60 (Padrão: Gov.br)

VIEMAR ANTONIO ANDRADE JUNIOR:018.344.681-08 (Padrão: Gov.br)

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA:047.285.411-93 (Padrão: Gov.br)

Posse - GO, 06 de junho de 2025

Assinado eletronicamente

OSMAR RODRIGUES DE AQUINO

Oficial de Registro

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 35,53	R\$ 21,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19,78
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 0,00	R\$ 2,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 79,47



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:

RTDBRASIL.ORG.BR/CERTIDAOREGISTRO

e informe a chave ao lado ou utilize um leitor de qr code.

10052



CONTRATO DE EXCLUSIVIDADE ARTÍSTICA.

CLÁUSULA 1ª: Contrato de Exclusividade em Território Nacional de acordo com a Lei 14.133/2021, Declara a exclusividade para a empresa a **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA ME, THALLES & JUNIOR** CNPJ: 28.906.468/0001-69, sediada na Rua Antonio Barbosa de Souza, S/N, Bairro Jose Augusto Valente II, Posse, GO. Representada por **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**, Empresário, CPF.047.285.411-93 e RG. 5809267 SSP/GO residente na Rua Ana Rodrigues de Souza, Setor Guarani, Qd 10 Lt 09, Posse, GO. CEP. 73920-000 (62) 99863-8871.

De outro lado a DUPLA THALLES E JUNIOR (**INPI 929913990**) **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**, (**THALLES**) Cantor e compositor, CPF.047.285.411-93 e RG.5809267 SSP/GO, residente na Rua Ana Rodrigues de Souza, Setor Guarani, Qd 10 Lt 09, Posse, GO. CEP.73920-000 Fone (62) 99863-8871 E **VIEMAR ANTONIO ANDRADE JUNIOR**, (**JUNIOR**) Cantor e compositor, CPF.018.344.681-08 e RG.4954511 SSP/GO residente na Rua Abilio de Oliveira, Setor Augusto Jose Valente II, Qd 14 Lt 16, Posse, GO. CEP.73920-000 fone (62) 99863-8871.

Parágrafo Único. O Artista Declara que o Empresário é o único representante com a exclusividade para vendas de Shows, emissão de nota fiscal, recibos de quitação.

CLÁUSULA 2ª: O representante receberá 10% (dez por cento) do valor líquido de cachê pelo trabalho de Empresário do Artista.

CLÁUSULA 3ª: O contrato é permanente de acordo com o Artigo 74 parágrafo 2º da Lei 14.133/2021 a contar da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA 4ª: Este contrato se ajusta as partes e contratantes sem herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA 5ª: O presente contrato não poderá ser cancelado, sem anuência das partes.

CLÁUSULA 6ª: Fica eleito o fórum da comarca da Posse, GO. Para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do presente contrato.



Documento assinado digitalmente
THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA
Data: 06/06/2025 13:57:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Posse/GO, 06 de maio de 2025.

Representante: Thalisson Felipe Vieira de Souza ME Thalles e Junior CNPJ: 28.906.468/0001-69. Thalisson Felipe Vieira de Souza CPF 047 285 411-93 e RG. 5809267 SSP/GO



Documento assinado digitalmente
THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA
Data: 06/06/2025 13:56:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Representado: Thalisson Felipe Vieira de Souza (**THALLES**) CPF 047.285.411-93 e RG.5809267 SSP/GO.



Documento assinado digitalmente
VIEMAR ANTONIO ANDRADE JUNIOR
Data: 06/06/2025 13:52:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Representado: Viemar Antonio Andrade Junior (**JUNIOR**) CPF 018.344.681-08 e RG.4954511 SSP/GO



Documento assinado digitalmente
GILBERTO BRANDALIZE
Data: 06/06/2025 13:36:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Testemunha 1: Gilberto Brandalize CPF 018.344.681-08 e RG. 7779028 SSP DF.



Documento assinado digitalmente
THIAGO VIEIRA DE SOUZA
Data: 06/06/2025 13:48:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Testemunha 2: Nome Thiago Vieira de Souza CPF 020.258.371-60 e RG 5102753





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIÁS
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS,
DOCUMENTOS E PROTESTOS E TABELIONATO 2º DE NOTAS
OSMAR RODRIGUES DE AQUINO - RESPONDENTE
Rua Dr. Antonio Marcos Gouveia, Quadra 15, Lote 04, Setor Augusto José Valente,
Posse/GO - Cep: 73900-031 - Telefone: (62) 3481-1390 e (62) 98591-4390 (WhatsApp)



2º CARTÓRIO

TÍTULOS E DOCUMENTOS - Livro B

Apresentado hoje para REGISTRO no Livro B, protocolizado e digitalizado sob o nº 18.806, e registrado sob o nº 10.052.
Dou fé. Posse-GO 06/06/2025.
Emoi: R\$ 48,19 Tx Jud.: R\$ 19,78
Fundos 40% (Lei 19191): R\$13,50 Total: R\$ 79,47.
Selo Digital: 03872506012273330230001



OSMAR RODRIGUES DE AQUINO - Oficial Respondente



As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN

2 - Nome e Sobrenome / Name / Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primeira Licença de Condução - 3- Data de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificação - Autoridade Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permisso de Condução - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license class / Categoría de Permisos de Condução - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filialion / Filiación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA041863172<576<<<<<<<<<
8903255M3410233BRA<<<<<<<<<4
VIEMAR<<ANTONIO<ANDRADE<JUNIOR

QR-CODE



As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth /DDMM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4. Data de Emissão / Issuing Date /DDMM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Emissão / Expiration Date /DDMM/YYYY / Válido Hasta - 4c. Documento / Identificação / Orgão emissor / Identity Document / Issuing Authority / Documento de Identificação / Autoridad Emissora - 4d. CPF - 5. Número de Registro / CNH / Driver License Number / Número de Permisso de Conducir - 6. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filialiação - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA056333527<099<<<<<<<<<
9408056M3409109BRA<<<<<<<<<4
THALISSON<<FEL<VIEIRA<PE<SOUZA



BANCO SANTANDER 033
AGENCIA: 4504
CONTA CORRENTE: 13005130-0
CNPJ: 28.906.468/000169
THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.906.468/0001-69 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 20/10/2017
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) THALLES & JUNIOR	PORTE ME
--	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 90.01-9-02 - Produção musical
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)
--

LOGRADOURO R ANTONIO BARBOSA DE SOUZA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO QUADRA17 LOTE 7
--	---------------	--------------------------------

CEP 73.906-042	BAIRRO/DISTRITO AUGUSTO JOSE VALENTE II	MUNICÍPIO POSSE	UF GO
-------------------	--	--------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FAGUNDESCONTABILIDADE@HOTMAIL.COM	TELEFONE (62) 9662-9120
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/10/2017
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO
CNPJ: 28.906.468/0001-69
THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, Brasileiro, Solteiro, natural da cidade de Posse – GO, nascido em 05/08/1994, EMPRESARIO, número do documento 047.285.411-93, residente e domiciliado no(a): RUA R ANA RODRIGUES DE SOUZA S N, SETOR GUARANI, QUADRA 10 LOTE 09, Posse - GO, CEP 73900-000, na qualidade de titular da **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**, com sede na RUA 19 DE JULHO, Nº S/N, QUADRA 33 ;LOTE 07, AUGUSTO JOSE VALENTE I, CEP 73900-000, Posse - GO, com registro nessa Junta Comercial, inscrito no CNPJ sob o Nº 28.906.468/0001-69, resolve alterar seu instrumento de inscrição sob as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I: ALTERAÇÃO DA SEDE (art. 968, III, CC)

Alterar o endereço da sede, que passa a localizar-se na RUA ANTONIO BARBOSA DE SOUZA, Nº S/N, QUADRA17 LOTE 7, AUGUSTO JOSE VALENTE II, CEP: 73906-042, Posse - GO.

CLÁUSULA II: DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas constantes no instrumento e que não tenham sido mencionadas na presente alteração continuam inalteradas.

E, por estar assim ajustado, o empresário assina o presente instrumento.

Posse - GO, 15 de Outubro de 2024

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA
Empresário Individual



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04728541193	THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA



CERTIFICO O REGISTRO EM 18/10/2024 14:25 SOB Nº 20243560508.
PROTOCOLO: 243560508 DE 17/10/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12414896834. CNPJ DA SEDE: 28906468000169.
NIRE: 52803677408. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 15/10/2024.
THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA

SUZANA FONTES BORGES FILETI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

INSTRUMENTO DE 2ª ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA

CNPJ 28.906.468/0001-69

NIRE 52803677408

Pelo presente instrumento particular de alteração de Empresário Individual:

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, brasileiro, solteiro, empresário, natural da cidade Posse - Goiás, nascido em 05/08/1994, inscrito no CPF/MF Sob o nº 047.285.411-93 e do documento de identidade nº 5809267 SSP/GO, residente e domiciliado á Rua Ana Rodrigues de Souza S/Nº Quadra 10 Lote 09, no Setor Guarani da Cidade de Posse, Estado de Goiás, CEP 73.900-000, titular da Empresa **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA** com sua sede na Rua 19 de Julho S/Nº Quadra 33 Lote 07 no Setor Augusto José Valente I da Cidade de Posse, Estado de Goiás, CEP 73.900-000, registrado na Junta Comercial de Goiás, sob o NIRE nº 52803677408, **CNPJ 28.906.468/0001-69**, resolve:

ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA - Altera as atividades comerciais e objeto social que será: **PRODUÇÃO MUSICAL, PRODUÇÃO DE ESPETACULOS DE DANÇA, SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS, ATIVIDADES DE GRAVACAO DE SOM E DE EDICAO DE MUSICA, TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL, ALUGUEL**

ESPAÇO ABAIXO DESTINADO A JUNTA COMERCIAL

DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO, EXCETO ANDAIMES, ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA - Em consequência das alterações, resolve o empresário consolidar o instrumento de 2ª alteração, que, já refletido nas alterações acima, passa a ter a seguinte redação:

**CONSOLIDAÇÃO DE INSTRUMENTO DA 2ª ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO
INDIVIDUAL**

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA

CNPJ 28.906.468/0001-69

NIRE 52803677408

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, brasileiro, solteiro, empresário, natural da cidade Posse - Goiás, nascido em 05/08/1994, inscrito no CPF/MF Sob o nº 047.285.411-93 e do documento de identidade nº 5809267 SSP/GO, residente e domiciliado á Rua Ana Rodrigues de Souza S/Nº Quadra 10 Lote 09, no Setor Guarani da Cidade de Posse, Estado de Goiás, CEP 73.900-000, titular da Empresa **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA** com sua sede na Rua 19 de Julho S/Nº Quadra 33 Lote 07 no Setor Augusto José Valente I da Cidade de Posse, Estado de Goiás, CEP 73.900-000, registrado na Junta Comercial de Goiás, sob o NIRE nº 52803677408, **CNPJ 28.906.468/0001-69.**

CLÁUSULA PRIMEIRA - A empresa gira sob o nome empresarial de **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**, e adota como nome fantasia **THALLES & JUNIOR.**

ESPAÇO ABAIXO DESTINADO A JUNTA COMERCIAL

CLÁUSULA SEGUNDA - A empresa tem sua sede na Rua 19 de Julho S/Nº Quadra 33 Lote 07, Setor Augusto José Valente I na cidade de Posse, Estado de Goiás, CEP 73.900-000.

CLÁUSULA TERCEIRA - O Objeto Social é, **PRODUÇÃO MUSICAL, PRODUÇÃO DE ESPETACULOS DE DANÇA, SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS, ATIVIDADES DE GRAVACAO DE SOM E DE EDICAO DE MUSICA, TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL, ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO, EXCETO ANDAIMES, ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO.**

CLAUSULA QUARTA - CAPITAL SOCIAL - O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalmente integralizado em moeda corrente nacional do país.

CLAUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO - A administração da empresa caberá ao titular já qualificado acima, **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto.

CLAUSULA SEXTA - DA DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR - O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos público, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA SETIMA - A empresa iniciou suas atividades em 20/10/2017 e seu prazo de duração é indeterminado (**art. 997, II, CC/2002**).

CLÁUSULA OITAVA - DO ENQUADRAMENTO - O empresário declara que a atividade se enquadra em Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art.3º, I, da Lei Complementar nº 123, de 2006).

CLÁUSULA NONA - DO DESEMPEDIMENTO, - O empresário declara sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no art.299 do

ESPAÇO ABAIXO DESTINADO A JUNTA COMERCIAL

Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o foro de Posse - GO para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E assim assina a presente alteração para registro na Junta Comercial do Estado de Goiás.

E por estar de perfeito acordo quanto à alteração, assina o presente Instrumento de alteração de Empresário Individual, para que se produza os efeitos legais.

Posse, Goiás 01 de Dezembro de 2022.

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA

CPF: 047.285.411-93

ESPAÇO ABAIXO DESTINADO A JUNTA COMERCIAL



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04728541193	THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/12/2022 14:46 SOB Nº 20222014784.
PROTOCOLO: 222014784 DE 23/12/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12216420748. CNPJ DA SEDE: 28906468000169.
NIRE: 52803677408. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 01/12/2022.
THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA

PAULA NUNES LOBO VELOSO ROSSI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO
CNPJ: 28.906.468/0001-69
THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, Brasileiro, Solteiro, natural da cidade de Posse – GO, nascido em 05/08/1994, EMPRESARIO, número do documento 047.285.411-93, residente e domiciliado no(a): RUA R ANA RODRIGUES DE SOUZA S N, SETOR GUARANI, QUADRA 10 LOTE 09, Posse - GO, CEP 73900-000, na qualidade de titular da **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**, com sede na RUA 19 DE JULHO, Nº S/N, QUADRA 33 ;LOTE 07, AUGUSTO JOSE VALENTE I, CEP 73900-000, Posse - GO, com registro nessa Junta Comercial, inscrito no CNPJ sob o Nº 28.906.468/0001-69, resolve alterar seu instrumento de inscrição sob as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I: ALTERAÇÃO DA SEDE (art. 968, III, CC)

Alterar o endereço da sede, que passa a localizar-se na RUA ANTONIO BARBOSA DE SOUZA, Nº S/N, QUADRA17 LOTE 7, AUGUSTO JOSE VALENTE II, CEP: 73906-042, Posse - GO.

CLÁUSULA II: DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas constantes no instrumento e que não tenham sido mencionadas na presente alteração continuam inalteradas.

E, por estar assim ajustado, o empresário assina o presente instrumento.

Posse - GO, 15 de Outubro de 2024

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA
Empresário Individual



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04728541193	



**ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITO**

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 53562087

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA

CNPJ

28.906.468/0001-69

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do art. 68 da Leinr. 14.133, de 01 de abril de 2021.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<https://goias.gov.br/economia/>

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.527.447.346

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 8 JULHO DE 2025

HORA: 14:6:28:2



TJDFT

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 08/07/2025, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA 04728541193
28.906.468/0001-69

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) As certidões de Falência e Recuperação Judicial, Cível ou Especial atendem ao disposto no inciso II do artigo 69 da Lei 14133/2021.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 08/07/2025

Selo digital de segurança: **2025.CTD.8901.F8JO.MPUE.7AC0.K755**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA
CNPJ: 28.906.468/0001-69

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:48:36 do dia 24/02/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/08/2025.

Código de controle da certidão: **0A6A.5D9A.A941.25E3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 28.906.468/0001-69
Razão Social: THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA 04728541193
Endereço: RUA ANA RODRIGUES DE SOUZA SN QUADRA 10 LOTE 09 / SETOR GUARANI / POSSE / GO / 73900-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/07/2025 a 04/08/2025

Certificação Número: 2025070604214980543409

Informação obtida em 08/07/2025 14:10:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE
SECRETARIA DA FAZENDA
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
NÚMERO 14343 / 2025

CERTIFICAMOS que, até a presente data, NÃO CONSTA(M), nas bases informatizadas e integradas do sistema de arrecadação da Secretaria de Fazenda do Município, débito(s) ou pendência(s) fiscal(is), em nome do(a) Contribuinte abaixo indicado(a):

I - Identificação do Contribuinte

Nome: **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**

CNPJ: **28.906.468/0001-69**

Matrícula:

Inscrição Municipal: **4306047**

Atividade Econômica: **134522**

Endereço: **19 DE JULHO, QD: 33, LT: 07, AUGUSTO JOSE VALENTE I, CEP: 73.900-000**

Cidade: **POSSE - GO**

Ficam ressalvadas os direitos da PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE, por quaisquer omissões ou irregularidades verificadas posteriormente.

Setor de cadastro e informações fiscais da Secretaria da Fazenda do Município.

Chave eletrônica de identificação: **Pagb\$Z58teX**

Data Validade: **07/08/2025**

Número Via: **1**

Data Emissão: **08/07/2025**

Esta certidão terá validade de 30 dias após a data de emissão. Conforme lei 871/2002





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 28.906.468/0001-69

Certidão nº: 38794554/2025

Expedição: 08/07/2025, às 14:12:46

Validade: 04/01/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **28.906.468/0001-69**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Prefeitura Municipal de Itarana
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIDÃO 3553 / 2025

CERTIFICO: para os devidos fins que:

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA

Devidamente inscrito sob o CPF/CNPJ nº: **28.906.468/0001-69**

Rua antonio barbosa de souza Nºs/n - augusto jose valente - POSSE-GO CEP: 73906-042

Com fundamento no artigo 205 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1996)
CERTIFICAMOS que **NÃO CONSTAM** em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, **DÉBITOS COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL.**

Observação:

Chave de Validação da certidão: cb4e0f18

Validade 90 dias

Certidão Emitida em: 09/07/2025

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE
01.743.335/0001-62
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA- NFS-e

Número da Nota
0000000115
Data e Hora de Emissão
27/05/2025 18:23:58
Código de Verificação
7249

PRESTADOR DE SERVIÇOS



Razão Social: **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**
Nome Fantasia: **THALLES & JUNIOR**
CNPJ: **28.906.468/0001-69** Inscrição Municipal: **4306047**
Endereço: **19 DE JULHO, QD: 33, LT: 07, AUGUSTO JOSE VALENTE I, CEP: 73.900-000**
Município: **POSSE - GO** Telefone:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: **RC EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA**
Nome Fantasia: **RC PRODUÇÕES E EVENTOS**
CNPJ/CPF: **46.799.105/0001-53**
Endereço: **RUA ANA RODRIGUES DE SOUZA, QD: 10, LT: 09, NR: SN, CASA, GUARANI, CEP: 73906-114**
Município: **POSSE - Goiás** Telefone:
E-mail:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição: REF. SHOW THALLES E JUNIOR POSSE PREFEITA DE DIVINOPOLIS/GO

Serviço / Item-Serviço

12.12.00 - EXECUÇÃO DE MÚSICA.

CNAE / Atividade Município

7319002 / PROMOCAO DE VENDAS

RETENÇÕES FEDERAIS	PIS 0,00	COFINS 0,00	INSS 0,00	IR 0,00	CSLL 0,00
Demonstrativo			Demonstrativo		
Valor dos Serviços	R\$	85.000,00	Valor dos Serviços	R\$	85.000,00
(-) Desconto Condicionado	R\$	0,00	(-) Desconto Condicionado	R\$	0,00
(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00	(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00
(-) Retenções Federais	R\$	0,00	(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00
(-) Outras Retenções	R\$	0,00	(=) Valor da Nota	R\$	85.000,00
(-) ISS Retido pelo Tomador	R\$	0,00	(-) Deduções	R\$	0,00
(=) Valor Líquido	R\$	85.000,00	(=) Base de Cálculo	R\$	85.000,00
Serviço prestado em	Imposto Devido em		(X) Alíquota	%	3,00
Divinópolis de Goiás - GO	POSSE - GO		(=) Valor do Imposto (ISS)	R\$	2.550,00
Valor dos Serviços	Desconto		Valor da Nota		
85.000,00	0,00		85.000,00		

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.

Recolhimento: ISS a recolher pelo PRESTADOR

Essa nota não gera direito a crédito fiscal do ISS.

NFSe instituída Nº 179/2011

<https://app.centi.com.br/posse/portalcidadao/?nfse>





ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE POSSE
01.743.335/0001-62
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA- NFS-e

Número da Nota
0000000113
Data e Hora de Emissão
08/05/2025 15:02:34
Código de Verificação
a4f8

PRESTADOR DE SERVIÇOS



Razão Social: **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**
Nome Fantasia: **THALLES & JUNIOR**
CNPJ: **28.906.468/0001-69** Inscrição Municipal: **4306047**
Endereço: **19 DE JULHO, QD: 33, LT: 07, AUGUSTO JOSE VALENTE I, CEP: 73.900-000**
Município: **POSSE - GO** Telefone:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DE GOIAS**
CNPJ/CPF: **01.126.341/0001-70**
Endereço: **PRAÇA DA MATRIZ, NR: 01, PRAÇA DA MATRIZ, CENTRO, CEP:73830-000**
Município: **Monte Alegre de Goiás - Goiás** Telefone:
E-mail:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

Descrição: REF SHOW THALLES E JUNIOR NA FESTA JUNINA NO DIA 12/07/2025 EM MONTE ALEGRE DE GOIAS
EMPENHO: 88363/25
ORDEM DE FORNECIMENTO: 21146/2025

DADOS BANCARIOS

BANCO SANTANDER 033
AGENCIA: 4504
CONTA CORRENTE: 13005130-0
CNPJ: 28.906.468/000169
THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA

Serviço / Item-Serviço

12.12.00 - EXECUÇÃO DE MÚSICA.

CNAE / Atividade Município

7319002 / PROMOCÃO DE VENDAS

RETENÇÕES FEDERAIS	PIS 0,00	COFINS 0,00	INSS 0,00	IR 0,00	CSLL 0,00
Demonstrativo			Demonstrativo		
Valor dos Serviços	R\$	40.000,00	Valor dos Serviços	R\$	40.000,00
(-) Desconto Condicionado	R\$	0,00	(-) Desconto Condicionado	R\$	0,00
(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00	(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00
(-) Retenções Federais	R\$	0,00	(-) Desconto Incondicionado	R\$	0,00
(-) Outras Retenções	R\$	0,00	(=) Valor da Nota	R\$	40.000,00
(-) ISS Retido pelo Tomador	R\$	0,00	(-) Deduções	R\$	0,00
(=) Valor Líquido	R\$	40.000,00	(=) Base de Cálculo	R\$	40.000,00
Serviço prestado em	Imposto Devido em		(X) Alíquota	%	3,00
Monte Alegre de Goiás - GO	POSSE - GO		(=) Valor do Imposto (ISS)	R\$	1.200,00
Valor dos Serviços	Desconto		Valor da Nota		
40.000,00	0,00		40.000,00		

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

ME ou EPP optante pelo Simples Nacional.
Recolhimento: ISS a recolher pelo PRESTADOR
Essa nota não gera direito a crédito fiscal do ISS.
NFSe instituída Nº 179/2011
<https://app.centi.com.br/posse/portalcidadao/?nfse>



INFORMAÇÕES DE PAGAMENTO

Forma Pagamento: Crédito em Conta Qtd Parcela: 1
Observação: 28906468000169

Chave de Acesso da NFS-e
52183002252664172000163000000000004525057021099028

Número da NFS-e
45

Competência da NFS-e
27/05/2025

Data e Hora da emissão da NFS-e
27/05/2025 14:28:59

Número da DPS
104

Série da DPS
900

Data e Hora da emissão da DPS
27/05/2025 14:28:59



A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e Prestador do Serviço	CNPJ / CPF / NIF 52.664.172/0001-63	Inscrição Municipal -	Telefone (62) 8152-4973
Nome / Nome Empresarial 52.664.172 PEDRO GABRIEL GOMES FONSECA ANDRADE		E-mail CONTATO@THALLESEJUNIOR.COM.BR	
Endereço ANTONIO BARBOSA DE SOUZA, QD 17 LT 7, SN, AUGUSTO JOSE VALENTE 2		Município Posse - GO	CEP 73900-000
Simplex Nacional na Data de Competência Optante - Microempreendedor Individual (MEI)		Regime de Apuração Tributária pelo SN -	
TOMADOR DO SERVIÇO	CNPJ / CPF / NIF 24.855.058/0001-85	Inscrição Municipal -	Telefone -
Nome / Nome Empresarial MUNICIPIO DE SIMOLANDIA		E-mail -	
Endereço DAS FLORES, 01, CENTRO		Município Simolândia - GO	CEP 73930-000

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO			
Código de Tributação Nacional 12.12.01 - Execução de música.	Código de Tributação Municipal -	Local da Prestação Simolândia - GO	País da Prestação -
Descrição do Serviço REF. SHOW THALLES E JUNIOR PARA OS FESTEJOS DA FESTA DO PEÃO DE SIMOLANDIA-GO.			

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL			
Tributação do ISSQN Operação Tributável	País Resultado da Prestação do Serviço -	Município de Incidência do ISSQN Simolândia - GO	Regime Especial de Tributação Nenhum
Tipo de Imunidade -	Suspensão da Exigibilidade do ISSQN Não	Número Processo Suspensão -	Benefício Municipal -
Valor do Serviço R\$ 80.000,00	Desconto Incondicionado -	Total Deduções/Reduções -	Cálculo do BM -
BC ISSQN -	Alíquota Aplicada -	Retenção do ISSQN Não Retido	ISSQN Apurado -

TRIBUTAÇÃO FEDERAL			
IRRF -	CP -	CSLL -	TOTAL TRIBUTAÇÃO FEDERAL -
PIS -	COFINS -	Retenção do PIS/COFINS -	

VALOR TOTAL DA NFS-E			
Valor do Serviço R\$ 80.000,00	Desconto Condicionado R\$	Desconto Incondicionado R\$	ISSQN Retido -
IRRF, CP,CSLL - Retidos R\$ 0,00	PIS/COFINS Retidos -	Valor Líquido da NFS-e R\$ 80.000,00	

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS			
Federais -	Estaduais -	Municipais -	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NBS: 125029000 | Cod Evt: 001/2025

Chave de Acesso da NFS-e
52183002252664172000163000000000004825070933618470

Número da NFS-e
48

Competência da NFS-e
07/07/2025

Data e Hora da emissão da NFS-e
08/07/2025 14:02:09

Número da DPS
107

Série da DPS
900

Data e Hora da emissão da DPS
08/07/2025 14:02:09



A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e Prestador do Serviço	CNPJ / CPF / NIF 52.664.172/0001-63	Inscrição Municipal -	Telefone -
Nome / Nome Empresarial 52.664.172 PEDRO GABRIEL GOMES FONSECA ANDRADE		E-mail -	
Endereço ANTONIO BARBOSA DE SOUZA, QD 17 LT 7, SN, AUGUSTO JOSE VALENTE 2		Município Posse - GO	CEP 73900-000
Simplex Nacional na Data de Competência Optante - Microempreendedor Individual (MEI)		Regime de Apuração Tributária pelo SN -	
TOMADOR DO SERVIÇO	CNPJ / CPF / NIF 01.067.206/0001-00	Inscrição Municipal -	Telefone -
Nome / Nome Empresarial MUNICIPIO DE DIVINOPOLIS DE GOIAS		E-mail -	
Endereço SAO JOAO BATISTA, S/N., CENTRO		Município Divinópolis de Goiás - GO	CEP 73865-000

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO			
Código de Tributação Nacional 12.12.01 - Execução de música.	Código de Tributação Municipal -	Local da Prestação Divinópolis de Goiás - GO	País da Prestação -
Descrição do Serviço REF. SHOW THALLES E JUNIOR NA FESTA TRADICIONAL DE VAQUEJADA NO DIA 26 DE JULHO DE 2025.			

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL			
Tributação do ISSQN Operação Tributável	País Resultado da Prestação do Serviço -	Município de Incidência do ISSQN Divinópolis de Goiás - GO	Regime Especial de Tributação Nenhum
Tipo de Imunidade -	Suspensão da Exigibilidade do ISSQN Não	Número Processo Suspensão -	Benefício Municipal -
Valor do Serviço R\$ 60.000,00	Desconto Incondicionado -	Total Deduções/Reduções -	Cálculo do BM -
BC ISSQN -	Alíquota Aplicada -	Retenção do ISSQN Não Retido	ISSQN Apurado -

TRIBUTAÇÃO FEDERAL			
IRRF -	CP -	CSLL -	
PIS -	COFINS -	Retenção do PIS/COFINS -	TOTAL TRIBUTAÇÃO FEDERAL -

VALOR TOTAL DA NFS-E			
Valor do Serviço R\$ 60.000,00	Desconto Condicionado R\$	Desconto Incondicionado R\$	ISSQN Retido -
IRRF, CP,CSLL - Retidos R\$ 0,00	PIS/COFINS Retidos -		Valor Líquido da NFS-e R\$ 60.000,00

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS			
Federais -	Estaduais -	Municipais -	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
NBS: 125029000	

**THALLES
& JÚNIOR**



RHARO
BAR

SÁBADO
15.03- 23H

URB Mobilidade
@urbmob

A P R E S E N T A

**THALLES
& JÚNIOR**

DONOS DO HIT: DONA DO HOSPÍCIO

PATROCÍNIO: **Budweiser**

GARANTA ANTECIPADAMENTE EM **Sympla**

PC. GERALDO DA SILVA MAIA, 226 - CENTRO, PASSOS MG

**THALLES
& JÚNIOR**

SÃO JOÃO DO IVAÍ - PR

**DIRETO DE GOIÂNIA
SHOW NACIONAL**

**SUCESSO NACIONAL
PRECIPÍCIO**

SÁB 15 FEV

**THALLES
& JÚNIOR**







5º Festival Gastronômico

Piraema Mirim Grande

LEGIÃO

MEM

THALLES & JÚNIOR

DOJ

DIA 09/05

...
...
...
...
...

DIA 10/05

...
...
...
...
...

DIA 11/05

...
...
...
...
...

DIA PIRA

Piraema

COMUNIDADE



THALLES
& JÚNIOR



PREMIAÇÕES

1º PRÊMIO 01 MOTO ZERO
Tendência, ferramentas Benetton, duas Aniversários materiais para construção, Ferramenta elétrica, material para construção

2º PRÊMIO R\$ 4.000,00
Supermercado Viana e Alul token Cash value

3º PRÊMIO R\$ 3.000,00
Machado Pirelli e Agrícola Jompa

4º PRÊMIO R\$ 2.000,00
Gratificação morte

5º PRÊMIO R\$ 1.500,00
Terra planagem 2 linha

32 IACIARRA-GO
FESTA DO PEÃO

12 DOMINGO
RODEIO MIRIM
WINTON PEREIRA LACHOOR

09 a 12 junho

09 QUINTA
GUILHERME & BENUTO
NEGÃO LACHOOR
GUILHERME SILVA
M¹ MOSES

10 SEXTA
BILHO PISEIRO
KALLEBY

11 SABADO
NETTO HENRIQUE
DANIEL VITOR LUAN
TAWANN

12 DOMINGO
NETO LX

PEPEU SANTOS
BINHA LOPES
MESSIAS JOSÉ
CLEBER GILDO
ROGERIO PEREIRA
GOYA PEREIRA

Wangler
PAVÃO
BEKIP ROZETA

PATROCINADORES:

JUSTI
FERNANDO
CIASEEDS
SAO JOSE
MEGA POPULAR
NOCUEIRA
Tendência
VIANA
GILSON DA SUCAM
XAVIER
LIRIOS

5G ENERGIA

**THALLES
& JÚNIOR**





thallesejunioroficial



Thalles & Junior

thallesejunioroficial

2.410 seguidores



Seguir

Mencionar

Threads

Respostas

Mídia

Reposts



thallesejunioroficial 1 d



Hoje fomos surpreendidos pelos alunos do @cepiargemiro que nos receberam com uma energia incrível pela manhã. Falamos um pouco da nossa história, tomamos um café juntos e teve muuuuuuuita música! Traduzir

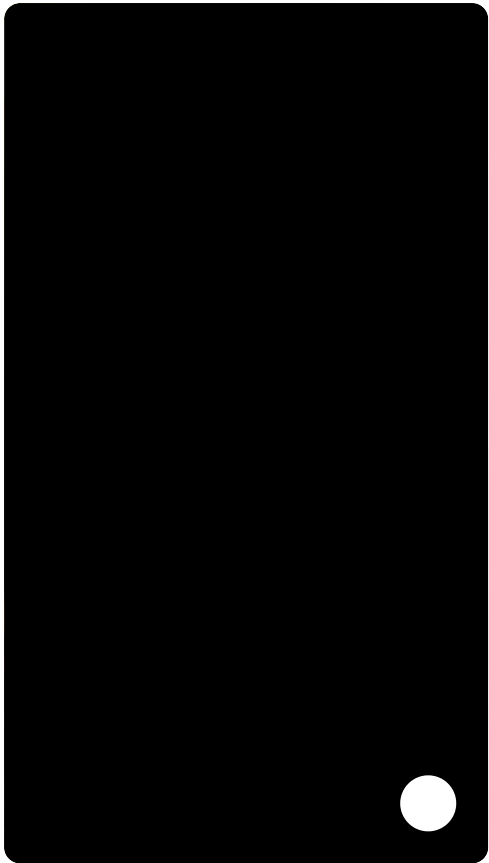


Posse, Goiás, Brazil

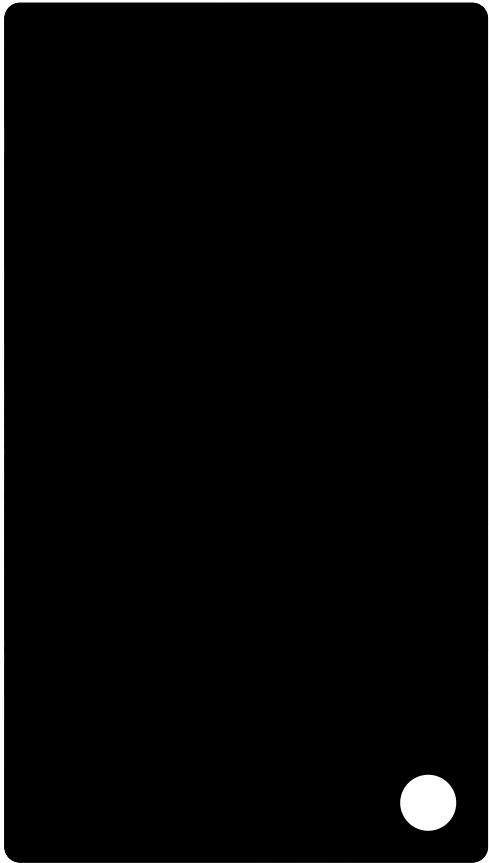


thallesejunioroficial 5 d



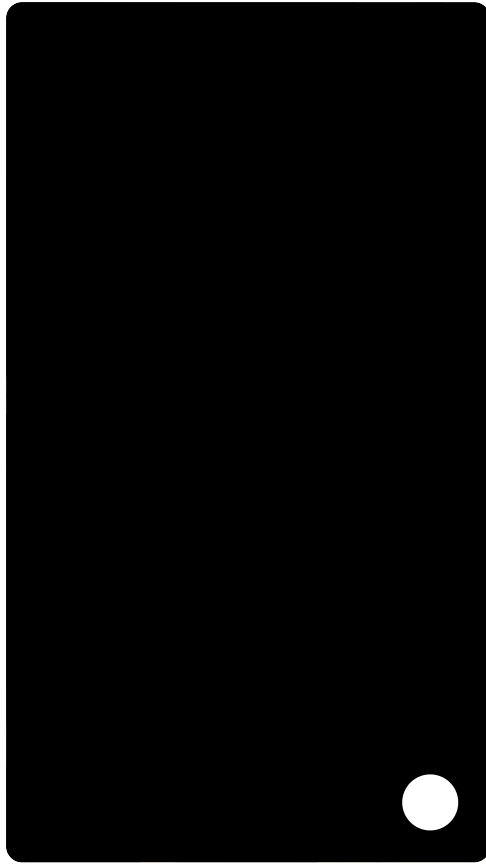


thallesejunioroficial 24/5/2025
Alguém do 062 aí?? Traduzir



**thallesejunioroficial** 18/5/2025

Valeu Itapagipe - MG, que festa diferente 🔥

[@festavipoficial](#)

Itapagipe, Minas Gerais, Brazil



2

**thallesejunioroficial** 17/5/2025

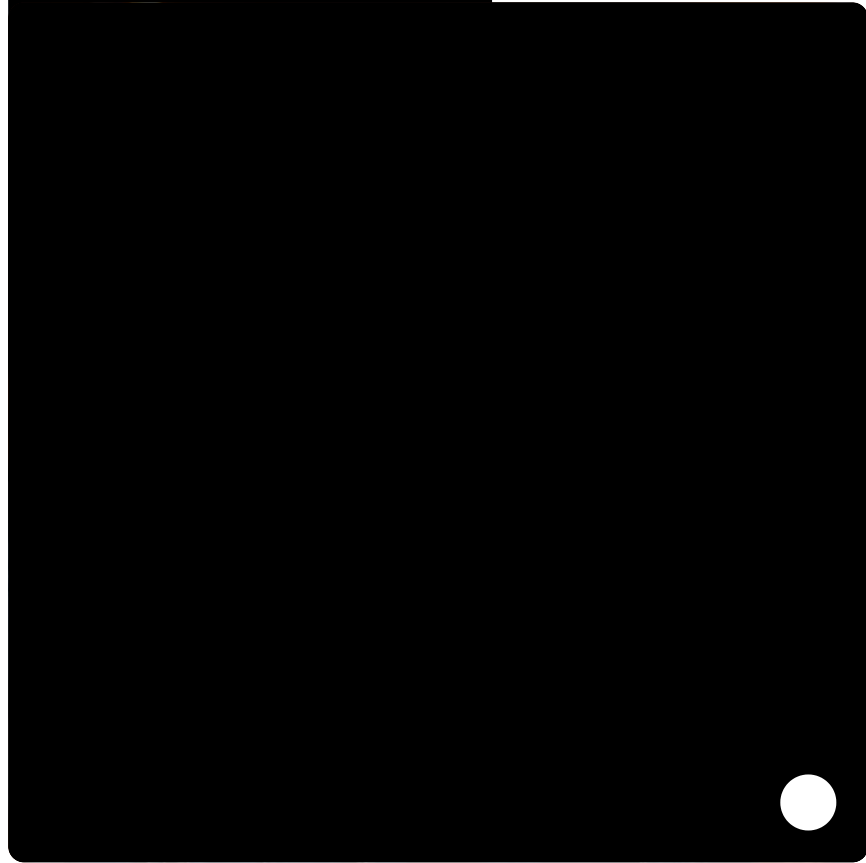
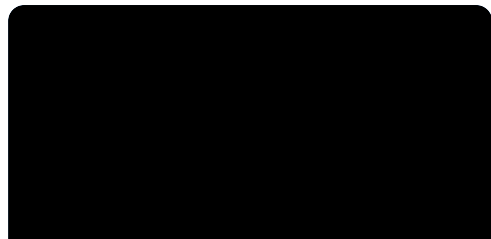
Já aprenderam essa aqui? Traduzir





16/5/2025

Traduzir



4



thallesejunioroficial 12/5/2025

Colecionando milhões, e compondo uma baita história pro Thalles e Júnior! Traduzir





11/5/2025

acema - MG, mas a culpa foi de



Traduzir



thallesejunioroficial 9/5/2025

Quem é dessa época aqui?

Se tiver 100 comentários nesse vídeo, regravaremos essa moda pra ONTEM! Traduzir





2/5/2025

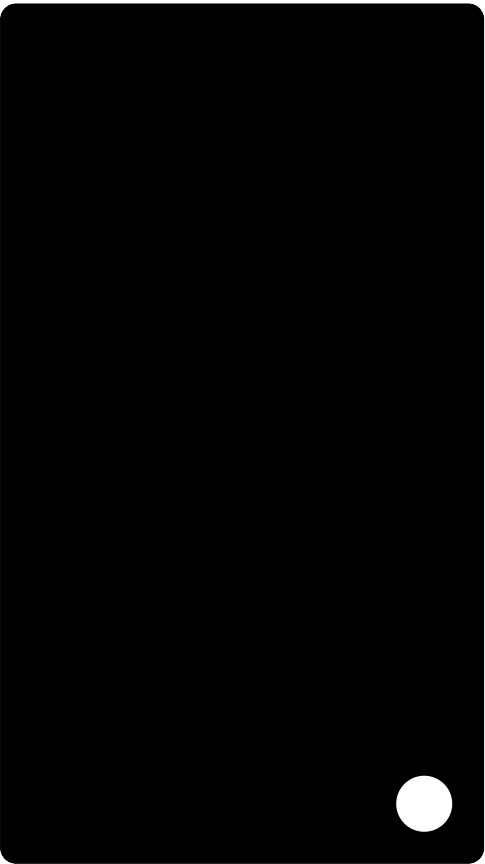
tórico raba!



@diegoevictorhugo

@diegodvh

@victorhugodvh Traduzir

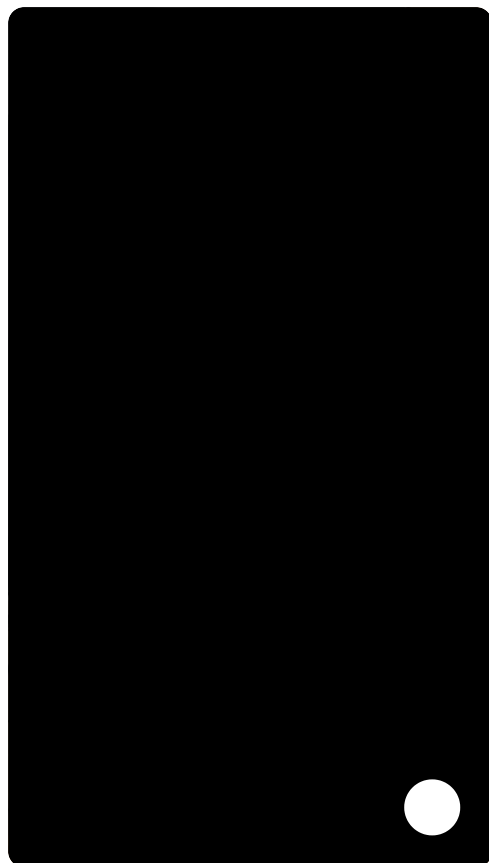


Maringá - Paraná - Brasil



**thallesejunioroficial** 1/5/2025

Entendeu?



Maringá - Paraná - Brasil



2

**thallesejunioroficial** 25/4/2025O parabéns hoje vai pro [@junior_tej](#)

Pessoa do coração gigante 🌟🙏 Traduzir





24/4/2025



o certo!"

pre 🙏 Traduzir



thallesejunioroficial 24/4/2025



E Deus segue sussurrando: Confiem, vai dar certo! 🙏 Traduzir





23/4/2025

aqui!
quele jeito espontâneo que a
sica "Noite Louca" de fundo!
a gente no collab — vamos
do jeitinho que a gente vive:

#NoiteLouca #ThallesJunior #ReelsChallenge Traduzir















20+



Thalles & Júnior

seguidores 4,4 mil • seguindo 10

WhatsApp

Mensagem

Seguir

Posts

Sobre

Menções

Avaliações

Reels

Fotos

Mais ▼



Apresentação

Irreverência e criatividade são características fortes deles. Os dois são do interior de Goiás



Página · Artista



Rua Antônio Barbosa de Souza, Qd 17 Lt 7, Augusto José Valente II, Posse, GO, Brazil



+62 998 638871



contato@thallesejunior.com.Br

[thallesejunioroficial](#)<https://open.spotify.com/artist/5jm3AW4tgaVmCksuPuMfbH?si=yOJbhUXYQaKE35NuzAFrLQ>[thallesejunioroficial](#)



20+



thallesejuniior.com.br



Aberto agora



Sem classificação ainda (0 avaliações)

Fotos

[Ver todas as fotos](#)[Privacidade](#) · [Termos](#) · [Publicidade](#) · [Escolhas para anúncios](#) · [Cookies](#) · [Mais](#) · Meta © 2025

Posts

[Filtrar](#)



20+

E eu ja to pensando na nossa ficada... 🍷🍷

 Curtir Comentar Compartilhar

Comente como Fabiano Toniato Gonçalves





20+



 Rádio

1/1



Biografia de Thalles&Junior

Os dois são de Goiás. Thalles, nasceu em Posse e Júnior é natural da capital Goiânia, mas desde recém-nascido foi criado na cidade de Iaciara. Essa história iniciou em 2013, quando se conheceram em um encontro de família, mais especificamente, aniversário de uma prima, onde começaram a cantar juntos, assim gerando uma conexão incrível. Desde então, a estrada é a casa mais próxima que eles têm, correndo em busca de um sonho que é levar a música para todos! Em 2017, gravaram o primeiro projeto, que ganhou o nome "Do nosso jeito", que reúne grandes músicas do cenário sertanejo já gravadas e outras inéditas, como a "Dona do hospício", "Último beijo", "Tá faltando", etc.

No começo deste ano de 2018, lançaram a música "Dona do Hospício" que atingiu mais de três milhões de visualizações no YouTube. Os planos para outros projetos eram ainda melhores e mais ousados, mas era tudo "Do nosso jeito". Em 2019, lançaram o segundo projeto (EP), com cinco faixas inéditas, que ganhou o nome de "Thalles e Júnior ao vivo em casa". Assim como no primeiro e segundo projeto, usando recursos próprios, contrataram músicos, estúdio, cenário e sonorização aqui mesmo da região, interior de Goiás.

Familiares, amigos e muitos outros que acreditam nesse sonho, ajudaram a fazer acontecer, e a gratidão é imensa por essas pessoas tão especiais que contribuíram e contribuem para o crescimento do Thalles e Junior.

Com 'Dona do Hospício', Thalles & Júnior chegam no 10º lugar de músicas virais do Spotify

A dupla sertaneja de Posse (GO), Thalles & Júnior chegaram ao 10º lugar de músicas virais do Spotify com a canção "Dona do hospício", lançada há a cerca de sete anos.

A música tem sido compartilhada por milhares de pessoas nas redes sociais, principalmente no TikTok, influenciadores também estão compartilhando a música que virou febre nacional.

O Top Viral do Spotify é uma playlist atualizada diariamente pela própria plataforma, que inclui as 50 músicas mais compartilhadas nas redes sociais. Entre os ouvintes do Brasil, ele é a 10ª colocada no Top Viral.

A música está presente em milhares de vídeos que circulam pelas redes sociais.

"A música viralizou sete anos depois do seu lançamento, em várias plataformas, a única explicação é Deus", comemorou o cantor Thalles.



Alguns pontos importantes sobre a história da dupla:

Origem:

Thalles e Júnior são de Goiás, com Thalles de Posse e Júnior de Goiânia/Iaciara.

Conhecimento:

A dupla se conheceu em um encontro de família em 2013.

Carreira:

A dupla iniciou sua carreira em 2013 e rapidamente conquistou fãs pela irreverência e criatividade em suas músicas.

Estilo:

A música de Thalles e Júnior é caracterizada pela mistura de elementos sertanejos com outros gêneros, criando um som único e divertido.

Lançamentos:

Eles lançaram diversos álbuns e músicas ao longo dos anos, com destaque para "Precipício / Dona do Hospício", "Do Nosso Jeito" e "Ao Vivo em Casa".

Em resumo: Thalles e Júnior são uma dupla sertaneja irreverente e criativa, que conquistou fãs com seu estilo único e divertido, explorando a vida e o amor em suas músicas.

A música "Precipício / Dona do Hospício" da dupla Thalles e Júnior é a mais popular e estourada, com mais de 9 milhões de reproduções no [Spotify](#). A música "Dona do Hospício" (ao vivo) também é muito popular, com mais de 1,5 milhão de reproduções na plataforma.

A música "Precipício / Dona do Hospício" é um dos sucessos da dupla e é frequentemente mencionada em contextos de sucesso e relevância. A versão ao vivo de "Dona do Hospício" também demonstra a popularidade da música e da dupla, com um número significativo de reproduções.

Outras músicas populares da dupla incluem "Deixa Eu Te Amar / Agarrado em Mim" (ao vivo), que tem mais de 300 mil reproduções no [Spotify](#).

- **Youtube:** + 18,8 mil, + 6.133.484 visualizações
- **Spotify:** + 311.637 mil de ouvintes mensais, + 9 milhões de reproduções com a música "Precipício / Dona do Hospício" da dupla Thalles e Júnior é a mais popular e estourada



- **Instagram:** + 25,6 mil de seguidores, + 1.147 publicações
- **Facebook:** + 4,4 mil de seguidores
- **TikTok:** + 19.2K curtida, + 3.018 seguidores, + 9 milhões de reproduções na música Dona do Hospício



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas

Certificado de registro de marca

Processo nº: 929913990

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial, para garantia da propriedade e do uso exclusivo, certifica que a marca abaixo reproduzida encontra-se registrada nos termos das normas legais e regularmente em vigor, mediante as seguintes características e condições:



Data de depósito: 28/03/2023
Data da concessão: 01/10/2024
Fim da vigência: 01/10/2034

Titular: VIEMAR ANTÔNIO ANDRADE JÚNIOR [BR/GO] e THALISSON
FELIPE VIEIRA DE SOUZA [BR/GO]
CPF e CPF: 01834468108 e 04728541193
Endereço: Rua Abílio de Oliveira, Qd 14 Lt 16, Setor Augusto José Valente 2,
73900-000, Posse, GOIÁS, BRASIL e Rua Ana Rodrigues de Souza
Q10 L09 Setor Guarani, 73900-000, Posse, GOIÁS, BRASIL

Apresentação: Mista
Natureza: Marca de Produto/Serviço
CFE(4): 27.5.1, 29.1.2, 29.1.6 e 29.1.8
NCL(12): 41
Especificação: Apresentação de espetáculos ao vivo; Banda de música [serviços de entretenimento]; Direção de shows; Empresário [organização e produção de espetáculos]; Gravações musicais em vhs/dvd/cd [serviços de estúdio]; Grupo musical; Organização de espetáculos [shows] [serviços de empresário]; Produção de shows; Produção musical; Serviços de composição musical; Serviços de conjunto musical [serviços de entretenimento] (da classe 41)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Instituto Nacional da Propriedade Industrial
Diretoria de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas

Certificado de registro de marca

Processo nº: 929913990

Rio de Janeiro, 01/10/2024

A stylized, handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and curves, representing the name Schmuell Lopes Cantanhêde.

Schmuell Lopes Cantanhêde
Diretor

A proteção conferida pelo presente registro de marca tem como limite o disposto no art. 124, incisos II, VI, VIII, XVIII e XXI, da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.



CPC - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

DESPACHO

Na instrução deste processo destinado à contratação de atração musical para a "47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo", foram identificadas informações contraditórias entre documentos integrantes do procedimento, notadamente entre o ofício inicial encaminhado pelo Secretário de Desporto, Cultura e Turismo, André Fiorotti, e o Termo de Referência que fundamenta a contratação.

O ofício anexado aos autos afirma expressamente que:

"Cumpre-nos esclarecer que todos os documentos e o processo de contratação foram integralmente preparados no âmbito do Gabinete, incluindo a definição da atração musical. A Secretaria de Desporto, Cultura e Turismo limitou-se ao protocolo dos documentos, atendendo à solicitação expressa do Gabinete."

Tal declaração indica que:

- A demanda, a escolha da atração, a elaboração da documentação técnica e o processo de contratação foram realizados exclusivamente pelo **Gabinete do Prefeito**;
- A **Secretaria de Desporto, Cultura e Turismo** atuou apenas como órgão protocolizador, sem participar diretamente da formulação da contratação.

Contudo, no **Termo de Referência** constante do **mesmo processo**, afirma-se que:

*"Visando atender à demanda da Administração Municipal **por meio** da Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo (Sedecult) para a realização de show artístico..."* (grifo nosso)



Esse trecho sugere que a Sedecult seria a responsável por gerenciar a contratação, o que conflita diretamente com o conteúdo do ofício.

A divergência entre os dois documentos compromete a coerência interna do processo e pode gerar dúvidas quanto à responsabilidade institucional pela contratação, à correta definição da unidade gestora do crédito orçamentário e à regularidade dos atos administrativos subsequentes.

Enquanto o ofício atribui a integralidade da responsabilidade ao Gabinete do Prefeito, o Termo de Referência formalmente indica a Sedecult como Unidade Gerenciadora, sem referência à atuação do Gabinete. Essa discrepância afeta inclusive a clareza sobre a origem da demanda e a adequada identificação da unidade orçamentária responsável pela execução da despesa.

Considerando as inconsistências identificadas nos autos do processo de contratação de atração musical para evento municipal, e tendo em vista a necessidade de se confirmar formalmente qual unidade gerenciadora (Secretaria Municipal) possui a dotação orçamentária correspondente às ações de Promoção de Festividades e Comemorações Municipais;

Solicita-se a este Setor Contábil a apresentação de documento comprobatório da vinculação orçamentária, podendo ser, conforme a prática adotada, o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), relatório de execução orçamentária ou outro instrumento equivalente, que indique:

- O programa, ação e elemento de despesa utilizados;
- A unidade orçamentária gestora do crédito;
- A finalidade para a qual os recursos estão alocados (ex: festividades, eventos culturais, datas comemorativas, entre outros).

O objetivo é assegurar o correto enquadramento da despesa pública e a adequada identificação da unidade responsável pela execução e fiscalização da contratação em curso.



Solicita-se o retorno com a informação mencionada visando atender a necessidade de saneamento técnico do processo administrativo.

Atenciosamente,

BRENO FIOROTTI MAURI

Presidente da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

EMANUEL BERGER COAN

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024



Ao: CPC - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

Remetente: Setor de Contabilidade

DESPACHO:

Segue o documento comprobatório da vinculação orçamentária, conforme o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) do orçamento, **(PROMOÇÃO DE FESTIVIDADES E COMECORAÇÕES MUNICIPAIS)** dentro da **(SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO CULTURA E TURISMO)** ação em anexo.

Liliane Sarmento

Matrícula nº006930/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ESPIRITO SANTO
27.104.363/0001-23
ANALÍTICO DA DESPESA
ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2025

Código	Descrição	Fonte de Recurso	F/S	Ficha	Valor
Órgão	100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO				
Unidade	001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO				
100001.1312200112.072 - MANUTENÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO					
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000396	10.000,00	
33504100000 - CONTRIBUIÇÕES	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000397	500,00	
33901400000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000398	500,00	
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000399	5.000,00	
33903600000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000400	500,00	
33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000401	5.000,00	
44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000402	5.000,00	
Total Projeto/Atividade:					26.500,00
100001.1339200112.073 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CULTURA					
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000403	394.000,00	
31909100000 - SENTENÇAS JUDICIAIS	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000404	5.000,00	
33503900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000405	50.000,00	
33901400000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000406	5.000,00	
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000407	30.000,00	
33903100000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÂ• STICAS, CIENTÂ• FICAS,DESPORTIVAS E OUTR	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000408	5.000,00	
33903100000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÂ• STICAS, CIENTÂ• FICAS,DESPORTIVAS E OUTR	1715000000000 - TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 5º - AUDIOVISUAL	Fiscal	0000408	30.000,00	
33903100000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÂ• STICAS, CIENTÂ• FICAS,DESPORTIVAS E OUTR	1716000000000 - TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 8º - DEMAIS SETORES DA CULTURA	Fiscal	0000408	33.000,00	
33903100000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÂ• STICAS, CIENTÂ• FICAS,DESPORTIVAS E OUTR	1719000000000 - TRANSFERÂŠNCIAS DA POLÂ• TICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO Â€CULTURA - LEI NÂ° 14.399/2022	Fiscal	0000408	96.000,00	
33903100000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÂ• STICAS, CIENTÂ• FICAS,DESPORTIVAS E OUTR	1749000000001 - TRANSF. UNIAO - LC 195/2022 - LEI PAULO GUSTAVO	Fiscal	0000408	1.000,00	
33903100000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÂ• STICAS, CIENTÂ• FICAS,DESPORTIVAS E OUTR	2719000000000 - TRANSFERÂŠNCIAS DA POLÂ• TICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO Â€CULTURA - LEI NÂ° 14.399/2022	Fiscal	0000408	0,00	
33903200000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000409	5.000,00	
33903300000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000410	3.000,00	
33903300000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1715000000000 - TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 5º - AUDIOVISUAL	Fiscal	0000410	50.000,00	
33903600000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000411	1.000,00	
33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000412	70.000,00	
33904000000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍD	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000413	3.000,00	
33904600000 - AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000414	58.000,00	
33909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000415	3.000,00	
33909300000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000416	500,00	
33909300000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2749000000001 - TRANSF. UNIAO - LC 195/2022 - LEI PAULO GUSTAVO	Fiscal	0000416	0,00	
44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000417	20.000,00	
44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000418	30.000,00	
Total Projeto/Atividade:					892.500,00
100001.1339200112.074 - PROMOÇÃO DE FESTIVIDADES E COMEMORAÇÕES MUNICIPAIS					
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000419	10.000,00	
33903100000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÂ• STICAS, CIENTÂ• FICAS,DESPORTIVAS E OUTR	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000420	3.000,00	
	1500000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000421	30.000,00	

IMPRESSÃO: LILIANE SARMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ESPIRITO SANTO
27.104.363/0001-23
ANALÍTICO DA DESPESA
ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2025

Código	Descrição	Fonte de Recurso	F/S	Ficha	Valor
Órgão	100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO				
Unidade	001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO				
33903600000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA					
33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000422	500.000,00
33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA		250000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000422	0,00
Total Projeto/Atividade:					543.000,00
100001.1339200112.075 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL					
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000423	41.000,00
33901400000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000424	500,00
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000425	500,00
33903600000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000426	500,00
33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000427	1.000,00
33904600000 - AUXILIO-ALIMENTAÇÃO		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000428	7.500,00
44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000429	3.000,00
Total Projeto/Atividade:					54.000,00
100001.1339200112.093 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC					
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000430	1.000,00
33901400000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000431	500,00
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000432	1.000,00
33903100000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÂ• STICAS, CIENTÂ• FICAS,DESPORTIVAS E OUTR		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000433	3.000,00
33903600000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000434	500,00
33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000435	2.000,00
33909300000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		289900000003 - OUTRAS TRANSF. DOS ESTADOS - FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA	Fiscal	0000472	0,00
44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000436	1.000,00
Total Projeto/Atividade:					9.000,00
100001.1339200112.110 - MANUTENÇÃO DAS DAS ATIVIDADES CULTURAIS DA PRIMEIRA INFÂNCIA					
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000460	500,00
31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000461	100,00
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000462	2.000,00
33903600000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000463	3.000,00
33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000464	2.400,00
44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000465	2.000,00
Total Projeto/Atividade:					10.000,00
100001.2781200062.076 - MANUTENÇÃO DAS PRÁTICAS DESPORTIVAS					
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000437	90.000,00
33901400000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000438	7.000,00
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000439	45.000,00
33903100000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÂ• STICAS, CIENTÂ• FICAS,DESPORTIVAS E OUTR		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000440	5.000,00
33903200000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000441	5.000,00
33903600000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000442	30.000,00
33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000443	60.000,00
33904000000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍD		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000444	3.000,00
33904600000 - AUXILIO-ALIMENTAÇÃO		150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	Fiscal	0000445	14.000,00



CPC - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

DESPACHO

Considerando os registros formais e a estrutura orçamentária vigente no âmbito da Administração Pública Municipal, conforme demonstrado pelo setor contábil, responsável pelo controle e consolidação dessas informações específicas, verifica-se que compete à **Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo (Sedecult)** a responsabilidade direta pela condução, coordenação e execução das ações vinculadas à Promoção de Festividades e Comemorações Municipais. Tal incumbência está devidamente evidenciada no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), documento integrante da peça orçamentária e que reflete o planejamento e a distribuição das ações governamentais por unidade gestora, conforme disciplinado pelas normas de contabilidade pública e os princípios da responsabilidade fiscal.

Com isso, ficam estabelecidas, de forma clara e objetiva, as competências organizacionais e orçamentárias no interior da estrutura administrativa, sendo a Sedecult a unidade gestora responsável pela execução física e financeira das despesas relacionadas a esse tipo de atividade, inclusive quanto à programação, fiscalização e respectiva prestação de contas.

Importa ressaltar que **eventuais conflitos de entendimento ou discrepâncias entre as unidades gestoras envolvidas não podem, em hipótese alguma, comprometer a formalidade, a regularidade e o adequado andamento do procedimento de contratação.** A atuação da Comissão de Planejamento das Contratações (CPC) deve pautar-se pelos elementos constantes nos autos e pela delimitação orçamentária e organizacional formalmente estabelecida, cabendo à unidade gestora requerente a devida instrução da demanda dentro de sua esfera de competência. O princípio da segregação de funções, aliado à observância da legalidade e da responsabilidade fiscal, exige que cada instância da administração atue de forma coordenada e responsável, sem prejuízo à continuidade dos trâmites administrativos regularmente instaurados.



Dessa forma, esta Comissão de Planejamento das Contratações prosseguirá com a análise técnica dos autos subsequentes, observando os parâmetros legais e administrativos aplicáveis, de modo a garantir que o trâmite do procedimento ocorra de forma célere, fundamentada e em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e legalidade que regem a atuação da Administração Pública.

Atenciosamente,

BRENO FIOROTTI MAURI

Presidente da Comissão de Planejamento das Contratações
Portaria nº 1.494/2024

ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações
Portaria nº 1.494/2024

EMANUEL BERGER COAN

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações
Portaria nº 1.494/2024



ANÁLISE TÉCNICA

CPC - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

Assunto: Inexigibilidade – Art. 74, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

DESPACHO

Nos termos do **§4º do artigo 4º da Portaria nº 1.494/2024**, os documentos elaborados pela equipe técnica da demandante, deverão ser encaminhadas para análise e aprovação da Comissão de Planejamento das Contratações.

Vale ressaltar que, os documentos elaborados pela equipe técnica da demandante, trata-se de demanda específica de alta complexidade, cuja unidade demandante possui especialidade no objeto, o qual, assim, solicita por compra não compartilhada com demais órgãos.

Por se tratar de objeto específico para o órgão demandante, os quais documentos foram elaborados por sua equipe técnica, caberá a Comissão de Planejamento das Contratações, verificar nos autos do processo, o atendimento mínimo estabelecido para elaboração de documentos na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2011/2024, não entrando no mérito do estudo do objeto e viabilidade.

Ressalta-se, também que, os documentos elaborados pela equipe da demandante, já vem assinado e aprovado pela autoridade do órgão demandante, deverá passar pelo crivo jurídico e, por fim, a autorização de abertura de compra pela autorização máxima do Município de Itarana/ES.

Diante de todo exposto acima, passamos análise dos documentos constantes nos autos do processo:

- 1) Consta nos autos do Processo Documento de Formalização de Demanda, devidamente preenchido com os requisitos mínimos para contratação;



2) Quanto ao Estudo Técnico Preliminar, segue vistas aos requisitos mínimos para sua elaboração:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	SIM	NÃO
DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO Art. 18, § 1º, I, da Lei n. 14.133/2021	X	
ALINHAMENTO ENTRE COMPRA/CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO Art. 18, § 1º, II, da Lei n. 14.133/2021	X	
DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO Art. 18, § 1º, III, da Lei n. 14.133/2021	X	
ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES Art. 18, § 1º, IV, da Lei n. 14.133/2021	X	
LEVANTAMENTO DE MERCADO Art. 18, § 1º, V, da Lei n. 14.133/2021	X	
ESTIMATIVA DO VALOR Art. 18, § 1º, VI, da Lei n. 14.133/2021	X	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO Art. 18, § 1º, VII, da Lei n. 14.133/2021	X	
JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO Art. 18, § 1º, VIII, da Lei n. 14.133/2021	X	
RESULTADOS PRETENDIDOS Art. 18, § 1º, IX, da Lei n. 14.133/2021	X	
PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS Art. 18, § 1º, X, da Lei n. 14.133/2021	X	
COMPRA/CONTRATAÇÃO CORRELATA E/OU INTERDEPENDENTE Art. 18, § 1º, XI, da Lei n. 14.133/2021	X	
POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS Art. 18, § 1º, XII, da Lei n. 14.133/2021	X	
POSICIONAMENTO CONCLUSIVO Art. 18, § 1º, XIII, da Lei n. 14.133/2021	X	
DO MAPA DE RISCO Art. 18, X da Lei n. 14.133/2021	X	
OBSERVAÇÕES FINAIS CPC: Há que se destacar, para fins de análise crítica da estimativa de preços e da razoabilidade do valor apresentado para a contratação artística da dupla "Thalles & Junior" no município de Itarana/ES, que uma das notas fiscais juntadas aos autos, especificamente a referente à apresentação realizada no município de Monte Alegre de		



Goiás, possui valor nominal inferior ao ora proposto para a contratação, registrando o montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Contudo, em nosso entendimento, essa discrepância pontual não deve, por si só, ser interpretada como um fator determinante de irregularidade ou excesso no valor estimado. Isso porque, conforme verificado, outras três notas fiscais constantes nos autos, referentes às apresentações em Posse/GO, Simolândia/GO e Divinópolis de Goiás, registram valores significativamente superior ou compatíveis ao valor que se pretende praticar nesta municipalidade, que é de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). Tal constatação reforça a necessidade de cautela e análise contextualizada antes de qualquer medida abrupta de desconsideração da viabilidade da contratação.

Adicionalmente, no que tange à nota fiscal de menor valor (R\$ 40.000,00), é pertinente considerar que fatores externos e circunstanciais podem ter influenciado diretamente na fixação daquele cachê, como, por exemplo, a logística reduzida, a proximidade entre a base operacional da equipe artística e o local do evento, a existência de parcerias locais, subsídios indiretos ou até mesmo apresentações múltiplas em um mesmo deslocamento, o que pode reduzir significativamente os custos operacionais do contratado.

Assim, ainda que a nota fiscal em questão represente um valor inferior ao estimado, sua existência não invalida os demais parâmetros de mercado utilizados na instrução processual, tampouco compromete, por ora, a razoabilidade do valor proposto para a contratação em Itarana/ES. Reforça-se, portanto, a importância de observar o conjunto probatório como um todo, destacando que a nota de menor valor deve ser compreendida dentro de seu contexto específico, e não como único balizador para definição do preço de referência.

O CNPJ 28.906.468/0001-69 pertence à empresa "Thalles & Junior", localizada em Posse/GO. Dado que Posse é a cidade-sede, shows realizados mais próximos à base (como Monte Alegre/GO, a apenas 220 km e cerca de 3h de viagem) podem demandar menos deslocamento, menos pernoite e menor custo operacional.

Distâncias entre as cidades:

- **Posse → Monte Alegre/GO:** ~220 km (3h13min);
- **Monte Alegre → Divinópolis/GO:** ~75 km (1h13min);
- **Posse → Simolândia/GO:** ~56 km (50 min).

O show de Monte Alegre pode ter sido combinado com apresentações em cidades vizinhas (como Simolândia ou mesmo Posse), permitindo um pacote operacional otimizado com equipe, logística e hospedagem compartilhada, o que justificaria um valor unitário menor.

A nota de R\$40.000,00 foi emitida por apresentação na festa junina de Monte Alegre. Considerando que o artista atua com transporte próprio (CNAE inclui transporte de carga) e presta serviços de produção, sonorização e apoio técnico, não é improvável que, em função de um pacote cultural/regional, essa apresentação tenha sido conduzida num contexto de múltiplas datas ou de apoio local (parceria municipal, estrutura já montada, patrocínios), reduzindo custos.

Os valores de R\$60.000,00 (Divinópolis) e R\$85.000,00 (Posse) foram celebrados via contratos formais e altos valores referenciados. A nota de R\$ 40.000,00 pode não refletir a totalidade do pagamento (ex. pagamentos por transportes, hospedagem e alimentação estarem registrados em outras notas ou repasses diretos). Por isso, o valor apresentado pode ser apenas uma parte do pacote contratado.

Além de outras variáveis que possam ter influenciado na fixação do valor inferior, destaca-se que o processo está amparado por outras referências relevantes, com valores consistentes e compatíveis com o mercado, as quais atendem adequadamente aos requisitos de razoabilidade e conformidade exigidos para a contratação.

Enfim, à análise do Setor Jurídico à verificação da congruência das informações apresentadas por esta Comissão, especialmente no que se refere à razoabilidade do valor constante na



nota fiscal em questão, considerando os argumentos ora expostos e os elementos constantes dos autos, a fim de emitir parecer quanto à viabilidade da contratação.

3) Quanto ao Termo de Referência, segue vistas aos requisitos mínimos para sua elaboração:

TERMO DE REFERÊNCIA	SIM	NÃO
Art. 6º, inciso XXIII, letra "a" da Lei n. 14.133/2021 Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "b" da Lei n. 14.133/2021 Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "c" da Lei n. 14.133/2021 Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "d" da Lei n. 14.133/2021 Requisitos da contratação.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "e" da Lei n. 14.133/2021 Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "f" da Lei n. 14.133/2021 Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "g" da Lei n. 14.133/2021 Critérios de medição e de pagamento.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "h" da Lei n. 14.133/2021 Forma e critérios de seleção do fornecedor.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "i" da Lei n. 14.133/2021 Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "j" da Lei n. 14.133/2021 Adequação orçamentária.	X	



Art. 40, inciso V, § 1º, I da Lei n. 14.133/2021 Especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.	X	
Art. 40, inciso V, § 1º, II da Lei n. 14.133/2021 Indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso.	-	-
Art. 40, inciso V, § 1º, III da Lei n. 14.133/2021 Especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.	X	
OBSERVAÇÕES FINAIS CPC: Sem necessidade de complemento.		

À frente da análise de atendimento aos requisitos mínimos de preenchimento dos relatórios constantes nos autos do processo, a Comissão de Planejamento das Contratações, **por unanimidade**, conclui que, **Não Há Óbice** ao Prosseguimento da Demanda.

Em ETP:

*** OBSERVAÇÕES FINAIS CPC.**

Encaminha-se o presente processo à Secretaria Municipal de Administração e Finanças (Semaf), a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis visando à formalização da contratação do show artístico da dupla Thalles & Junior, cuja apresentação está prevista para o dia 10 de outubro de 2025, durante a realização da "47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo", a ocorrer na localidade do Estádio Municipal "Domingos André Coan", conforme detalhado nos autos.

A contratação ora em tela revela-se imprescindível para o adequado atendimento da demanda institucional apresentada pela Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo (Sedecult), tendo em vista sua inclusão na programação oficial do evento e sua relevância para o fortalecimento das ações culturais/turísticas e de valorização da identidade local promovidas pela Administração Municipal.



À senhora Secretária de Administração e Finanças, Roselene Monteiro Zanetti, a análise financeira e contábil do processo, com atenção especial para os seguintes pontos:

1. **Verificação de Contratação de Despesas de Mesma Natureza:** A Secretaria de Administração e Finanças (Semaf) deve realizar a análise da compatibilidade e conformidade das despesas com a natureza da aquisição, ou seja, verificar se o que está sendo contratado corresponde exatamente à necessidade identificada nas unidades escolares.
2. **Verificação dos Recursos Orçamentários Disponíveis:** É necessário revisar os saldos das dotações orçamentárias específicas alocadas para esta aquisição, para garantir que os recursos financeiros estão disponíveis para suportar os custos previstos e que não haverá sobrecarga no orçamento da Secretaria.
3. **Aportes e Tramitações Financeiras:** A análise deve incluir a verificação dos saldos disponíveis para aportes adicionais, caso necessário, bem como o acompanhamento das tramitações financeiras do processo, para garantir que todos os pagamentos e fluxos de recursos sejam realizados de maneira regular e dentro do cronograma estabelecido.
4. **Confirmação de Dotação Orçamentária e Procedimentos Sucessivos:** Confirmar a correta alocação de recursos na dotação orçamentária apropriada. Além disso, a Secretaria de Administração e Finanças deve garantir que todas as etapas seguintes do processo, incluindo o cumprimento de requisitos legais e a execução do contrato, sejam realizadas de forma adequada, respeitando todos os normativos fiscais e orçamentários.

Caso a análise seja bem-sucedida, com o acompanhamento detalhado e rigoroso da execução financeira, o processo poderá seguir para a elaboração da minuta do edital e seus anexos, garantindo que a contratação do serviço ocorra de forma



transparente, eficiente e em conformidade com as diretrizes legais e o planejamento orçamentário da Secretaria.

Atenciosamente,

BRENO FIOROTTI MAURI

Presidente da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

EMANUEL BERGER COAN

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024



DESPACHO

À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO CULTURA E TURISMO - SEDEULT

REFERÊNCIA: Processo nº 003204/2025.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Desporto Cultura e Turismo - Sedecult.

ASSUNTO: Solicitação de contratação de atração de nível nacional com a dupla Thalles e Junior, para apresentação na 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo de Itarana/2025.

Processo Administrativo Nº 003204/2025, autuado em segunda-feira, 09 de julho de 2025, Interessado Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo - SEDECULT, referente solicitação de contratação por inexigibilidade de licitação, com base no artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, Empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, CNPJ nº 28.906.468/0001-69, que detém exclusividade e representação artística de show musical com a dupla THALLES&JUNIOR, para apresentação na 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo de Itarana/2025, que irá ocorrer entre os dias 10 e 12 de outubro de 2025, no Estádio Municipal "Domingos André Coan", localizado no município de Itarana/ES.;

Retorno o presente processo para Vossa Senhoria providenciar a Certidão de Falência e Concordata do Estado de Goiás, considerando que a atual é do Distrito federal;

Após ao Setor de Contabilidade para verificar a compatibilidade da despesa com o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e Lei Orçamentária Anual (LOA), assim como, informar dotação orçamentária, e confirmar se a ficha e a fonte indicadas no Termo de Referência, página nº 55 estão corretas;

Após, retornar à Comissão de Planejamento de Contratações - CPC para elaboração da Minuta do Contrato;

Na sequência, à PGM para análise dos Atos do processo/Minuta do Contrato e emissão do parecer jurídico;

Por fim, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para ciência do parecer jurídico, e com base no mesmo, decidir sobre a contratação.



Atenciosamente,

Itarana/ES, 18de julho de 2025

ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Portaria Nº 003/2025



Á CONTABILIDADE

Como solicitado, segue a Certidão de Falência e Concordata do Estado de Goiás.

Solicito ao Setor de Contabilidade para verificar a compatibilidade da despesa com o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e Lei Orçamentária Anual (LOA), assim como, informar dotação orçamentária, e confirmar se a ficha e a fonte indicadas no Termo de Referência, página nº 55 estão corretas;

Após, retornar à Comissão de Planejamento de Contratações - CPC para elaboração da Minuta do Contrato;

Na sequência, à PGM para análise dos Atos do processo/Minuta do Contrato e emissão do parecer jurídico;

Por fim, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para ciência do parecer jurídico, e com base no mesmo, decidir sobre a contratação.

Atenciosamente;

André Fiorotti

Secretario Municipal de Desporto, Cultura e Turismo
Portaria 007/2025





Estado de Goiás

Poder Judiciário

TODAS AS COMARCAS

Dr.(a), escrivão(ã) do Cartório
Distribuidor da Comarca de , Estado de
Goiás, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO NEGATIVA - CÍVEL

CERTIFICA a requerimento da parte interessada que, revendo os registros do banco de dados informatizado do Sistema Processual Eletrônico do TJGO, bem como consultando a distribuição de ações cíveis em geral, abrangendo fases de cumprimento, execuções, execuções fiscais, falências, concordatas e recuperações judiciais em andamento, verifica-se **NADA CONSTAR** contra:

Identificação:

Requerente : Thalisson Felipe Vieira de Souza ME
CNPJ : 28.906.468/0001-69

NADA MAIS. Era tudo o que foi pedido para **CERTIFICAR**, do que se reporta e da fé. Dada e passada nesta Cidade e Comarca, do Estado de Goiás em 24 de julho de 2025.

Valor da certidão : R\$ 55,08
Valor da taxa judiciária : R\$ 19,17
Total: : R\$ 74,25
Data da receita : 24/07/2025
Guia no : 08206036-3/50

ESTA CERTIDÃO ABRANGE AS AÇÕES QUE TRAMITAM NOS JUIZADOS ESPECIAIS.

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

10:09:14

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**

Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2025 10:09:14

Localizar pelo código: 104499986574, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>

PRAZO DE VALIDADE: 30 DIAS



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2025 10:09:14

Localizar pelo código: 104499986574, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>



Ao: Comissão de Planejamento de Contratações - CPC

Remetente: Setor de Contabilidade

DESPACHO:

Informo que a ficha está de acordo com a despesa requerida e que a fonte de recursos está contemplada no orçamento 2025, de acordo com o ppa e as diretrizes orçamentárias, conforme dotação orçamentária em anexo.

Após, retornar à comissão de planejamento de contratações - cpc para elaboração da minuta do contrato;

Na sequência, à pgm para análise dos atos do processo/minuta do contrato e emissão do parecer jurídico;

Por fim, ao excelentíssimo senhor prefeito municipal, para ciência do parecer jurídico, e com base no mesmo, decidir sobre a contratação.

Atenciosamente

Liliane Sarmento

Matrícula nº006930/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ESPIRITO SANTO
27.104.363/0001-23
SALDO DAS DOTAÇÕES
EXERCÍCIO DE 2025

Emissão: 24/07/2025 13:29:46



DESCRIÇÃO	Ficha	Fonte de Recurso	Autorizada	Empenhado	Saldo a Empenhar	Reservado a Empenhar	Valor Bloqueado	Aut. Empenho em Aberto	RH Folha	Saldo Real
			Atualizada							
100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO										
001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO										
100001.1339200112.074 - PROMOÇÃO DE FESTIVIDADES E COMEMORAÇÕES MUNICIPAIS										
33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	0000422	500000000000	500.000,00	328.293,00	171.707,00					171.707,00
Total do Projeto/Atividade :			500.000,00	328.293,00	171.707,00					171.707,00
Total da Unidade Orçamentária:			500.000,00	328.293,00	171.707,00					171.707,00
Total do Órgão:			500.000,00	328.293,00	171.707,00					171.707,00
Total do Geral:			500.000,00	328.293,00	171.707,00					171.707,00



CPC - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

Assunto: Inexigibilidade – Art. 74, Inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

DESPACHO

Inicialmente é imprescindível verificar a regularidade do processo administrativo em conformidade com a legislação pertinente. Deve-se observar se foram analisados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Em suma, ao analisar a minuta do edital, é imperativo assegurar que todas as cláusulas obrigatórias estipuladas pela legislação aplicável, bem como as disposições do edital e do termo de referência, estejam devidamente contempladas, garantindo assim a validade e eficácia do instrumento contratual.

Segue processo à Procuradoria Municipal para análise e parecer prévio da minuta do aviso de dispensa de licitação e seus anexos, com posterior encaminhamento à autoridade máxima do órgão para manifestação e autorização quanto à abertura do procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente, para efeitos de cumprimento do art. 53, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Atenciosamente,

BRENO FIOROTTI MAURI

Presidente da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024



ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

EMANUEL BERGER COAN

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024



MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº _____/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº _____/ 2025.

Processo nº 003204/2025 de 05 de maio de 2025
Origem: Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo - SEDECULT
ID CidadES Contratação nº 2024.036EXX00001.

O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Elias Estevão Colnago, nº 65, Itarana/ES, CEP 29.620-000, inscrito no CNPJ sob o nº 27.104.363/0001-23, neste ato representado por seu Excelentíssimo Prefeito Municipal, **Senhor Vander Patrício**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**, CNPJ Nº **28.906.468/0001-69**, estabelecida na Rua 19 De Julho, nº S/N, Quadra 33; Lote 07, Augusto Jose Valente I, CEP 73900-000, Posse - GO, neste ato representado pelo **Sr THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este Termo de Contrato decorrente de contratação por inexigibilidade, em observância às disposições do art. 74, inciso II, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demais legislações aplicáveis, e ainda, nos casos omissos aplicar-se-á o art. 89 do mesmo diploma legal. Este Contrato será regido mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste Instrumento a contratação da empresa Mundo Paralelo Produções Artísticas Ltda., detentora da representação exclusiva da dupla **Thalles & Junior**, visando à realização de apresentação artística durante as festividades da "47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo" de Itarana, a ocorrer entre os dias 10 e 12 de outubro de 2025, no Estádio Municipal "Domingos André Coan", localizado no município de Itarana/ES;
1.2 - A descrição, condições, data, hora, duração do show, quantidades e demais exigências estão descritas no item 1.2 do Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	Show artístico, com duração mínima de 01h40 (uma hora e quarenta minutos), da dupla Thalles & Junior, no dia 10 de outubro de 2025.	Serviço	01	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO

2.1 - Vinculam esta contratação, independente de transcrição, os documentos e instruções que compõem o Processo em referência, em especial, o Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR GLOBAL

- 3.1 - O valor global do presente contrato é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil) reais.
3.2 - No preço já estão inclusos todos os custos e despesas, inclusive transportes,



taxas, impostos, seguros, licenças e outros relacionados ao serviço, bem como garantia, quando for o caso, ressalvado o que for de responsabilidade do Contratante conforme Cláusula 8ª.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias** contados do **dia seguinte ao da publicação** do seu extrato no Diário Oficial Dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), sendo permitida prorrogação conforme limites e condições previstas no art. 107 da Lei nº 14.133/21, ou em caso de eventual necessidade de prorrogação, decorrente de acordo entre as partes, sempre mediante a formalização do respectivo Aditivo contratual.

CLÁUSULA QUINTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

5.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão, de execução e de fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 - O prazo para pagamento a CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Item 7 do Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1 - Os preços são fixos e irredutíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 – As obrigações da CONTRATANTE e CONTRATADA encontram-se definidas no do Item 4.4 do Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

9.2 - A garantia de execução é independente de eventual garantia da prestação de serviço prevista especificamente no Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - As Infrações e Sanções Administrativas constam no item 18 do Termo de Referência anexo I a este instrumento, aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação pertinente;

11.2 - Na apuração das infrações e na aplicação de sanções administrativas deverão ser observadas as disposições dos artigos 246 a 259 do Decreto Municipal nº 2011/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL



12.1 - O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto e independente de termo de rescisão.

12.2 - Caso ocorra qualquer tipo de fenômeno meteorológico que impossibilite a realização do evento ou qualquer fato que fuja à vontade das PARTES e que não possa ser imputada responsabilidade a nenhuma delas, logo, caso o evento não possa ser executado por questões sanitárias e/ou qualquer outro fato imprevisível - caso fortuito ou de força maior - deverá a CONTRATANTE de qualquer forma honrar com os pagamentos acordados no presente instrumento e a CONTRATADA obriga-se a realizar o evento em nova data previamente acordada entre as partes, podendo ser definida pela CONTRATANTE, desde que previamente informado à CONTRATADA, e desde que não haja show anteriormente agendado que gere conflito de agenda e impossibilidade da apresentação em ambos, devendo o CONTRATANTE, nesta hipótese, providenciar o pagamento, bem como as licenças e demais documentos para a realização do novo evento; ou obriga-se a devolver o valor total recebido à CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do respectivo distrato

12.3 - Aplicar-se-ão os arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021, nas situações de extinção contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas para a contratação dos serviços decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

a) 100001.1339200112.074 - PROMOÇÃO DE FESTIVIDADES E COMEMORAÇÕES MUNICIPAIS - 33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA - Ficha: 00422 – Fonte: 150000000000

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 - Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 - O referido Contrato será publicado, em resumo, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo (DOM/ES), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

16.1 - Do Tratamento dos Dados Pessoais constam no item 17 do Termo de Referência anexo I a este instrumento, aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação pertinente;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. - Fica eleito o foro da cidade de Itarana/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Itarana/ES, _____ de _____ de 2025.

CONTRATANTE: _____
MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
Sr. Vander Patricio
Prefeito Municipal

CONTRATADA: _____
THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA
Sr THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA

Testemunhas: _____



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação da empresa Thalisson Felipe Vieira de Souza-ME, detentora da representação exclusiva da dupla **Thalles e Junior**, visando à realização de apresentação artística durante as festividades da “47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo” de Itarana, a ocorrer entre os dias 10 à 12 de outubro de 2025, no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, localizado no município de Itarana/ES.

1.2 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

1.2.1. A contratação será realizada por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão da notória exclusividade da empresa para a intermediação da atração artística referida.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	Show artístico, com duração mínima de 01h40 (uma hora e quarenta minutos), da dupla Thalles & Junior, no dia 10 de outubro de 2025.	01	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00

1.3. DA NATUREZA DO OBJETO

1.3.1. O objeto desta contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente



encontradas no mercado, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar;

1.3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de consumo de luxo, conforme artigo 35 do Decreto Municipal nº 2011/2024.

1.4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.4.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias contados do(a) primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES).

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar que fundamenta a presente contratação, constatou-se que a solução mais adequada para atendimento da demanda consiste na formalização de contrato administrativo com o representante exclusivo da dupla Thalles e Junior, para a futura realização de apresentação artística ao vivo, conforme proposta previamente apresentada à Administração Pública.

2.2. A contratação se mostra imprescindível para o atendimento da programação oficial do evento municipal a ser promovido pela Prefeitura de Itarana/ES, cujo objetivo é fomentar a cultura, incentivar o turismo local, promover lazer à população e valorizar as festividades populares. A escolha de atração nacionalmente reconhecida, como a dupla Thalles e Junior, busca garantir a atratividade do evento, o fortalecimento da identidade cultural e a ampliação da participação popular, resultando em benefícios diretos e indiretos à economia local, especialmente para os setores de comércio e serviços.

2.3. A fundamentação para a contratação direta, bem como a definição dos quantitativos, justificativas técnicas e escolha da solução, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar anexo a este Termo de Referência, elaborado em conformidade com as diretrizes legais e considerando a viabilidade técnica, jurídica e orçamentária da contratação.

2.4. A presente contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seus dispositivos que tratam da contratação por inexigibilidade de licitação, tendo em vista a natureza singular do objeto e a notória especialização do artista contratado. Também se observará o Decreto Municipal nº



2011/2024 e as demais disposições normativas estabelecidas neste Termo de Referência.

3 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Visando atender à demanda da Administração Municipal por meio da Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo (Sedecult) para a realização de show artístico para a desta da cidade, foi elaborado Estudo Técnico Preliminar (ETP), com a devida justificativa da inviabilidade de competição, nos termos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a contratação ser feita por meio de representante exclusivo da atração artística, conforme documentação comprobatória apresentada pela empresa.

3.2. Considerando a natureza singular do objeto – apresentação artística de atração consagrada pela crítica especializada ou pela opinião pública – e a inviabilidade de competição decorrente da exclusividade da representação, a solução mais adequada para o atendimento da necessidade administrativa é a formalização direta do contrato, por inexigibilidade de licitação.

3.3. O contrato será firmado com prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados do primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), conforme previsto neste Termo de Referência, período considerado suficiente para garantir a realização do objeto dentro das condições operacionais, administrativas e legais.

3.4. A celebração do contrato administrativo por inexigibilidade de licitação apresenta vantagens à Administração, tais como:

- a) **Segurança jurídica**, com respaldo legal na Lei nº 14.133/2021;
- b) **Eficiência e economicidade**, evitando custos com processos licitatórios inviáveis para o caso;
- c) **Responsabilidade contratual** definida, com atribuições claras entre as partes;
- d) **Planejamento adequado**, com prazo contratual compatível com os preparativos e execução do evento;
- e) **Controle e fiscalização**, permitindo o acompanhamento da execução conforme as cláusulas contratuais pactuadas.



3.5. Ressalta-se que, por se tratar de contratação por inexigibilidade voltada à execução de evento único e previamente agendado, não há previsão de prorrogação automática da vigência contratual, sendo eventual extensão condicionada às hipóteses legais previstas nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa formal da Administração.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa estará encarregada a cumprir as especificações deste Termo de Referência, para plena execução do objeto contratado.

4.2. QUANTO AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE DEVEM SER OBSERVADOS OS SEGUINTE REQUISITOS:

- a) Adotar, sempre que possível, práticas que minimizem impactos ambientais durante a execução do show, tais como a redução de resíduos, uso consciente de energia elétrica e água, e descarte adequado de materiais;
- b) Estimular condutas de responsabilidade socioambiental no escopo de suas atividades, especialmente quanto ao tratamento adequado de resíduos gerados no backstage, camarins e demais áreas sob sua responsabilidade;
- c) Evitar qualquer conduta discriminatória ou que possa violar direitos humanos no tratamento de seus colaboradores, artistas e equipe de apoio.

No caso específico da contratação de show artístico por inexigibilidade, os critérios de sustentabilidade previstos na Lei 14.133/2021 (art. 11, §1º) podem ser observados de forma limitada, uma vez que o objeto não envolve bens ou serviços que tenham impacto ambiental direto e mensurável como em fornecimentos contínuos, obras ou logística operacional complexa.

4.3. DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS PARA A CONTRATAÇÃO DO SHOW ARTÍSTICO

- a) Carta de exclusividade emitida pelo empresário ou agente exclusivo da atração artística, contendo autorização expressa para negociação e contratação do show;
- b) Documentação que comprove a consagração pela crítica especializada e pelo público, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a exemplo de:
 - Certificados, reportagens, prêmios ou reconhecimentos de público;



- Registros de apresentações em eventos de grande porte ou participação em mídia nacional;
- Presença em rankings de popularidade, plataformas de streaming ou premiações artísticas relevantes.

c) Declaração do proponente de que assumirá total responsabilidade pela execução da apresentação, incluindo aspectos técnicos, logísticos e contratuais.

d) Proposta comercial detalhada, contendo valor global, condições de pagamento e todos os itens incluídos (cachê, transporte, hospedagem, alimentação, tributos, etc.), devidamente assinada pelo representante legal.

4.4. DAS OBRIGAÇÕES

4.4.1. DA CONTRATADA:

- a) Assegurar a realização do show artístico na data, horário e local definidos pelo Município de Itarana, com todos os elementos necessários para a apresentação, incluindo deslocamento, logística de palco, de som e de iluminação e demais condições acordadas;
- b) Fornecer, previamente à execução do serviço, documentação que comprove a exclusividade da representação da dupla artística, bem como material promocional, ficha técnica e demais informações solicitadas pela Administração;
- c) Responsabilizar-se integralmente pelos custos relacionados à logística e execução do show, incluindo transporte aéreo e terrestre até o local do evento e quaisquer outras despesas correlatas;
- d) Garantir que o espetáculo ocorra dentro dos padrões de segurança, qualidade e pontualidade previamente definidos, sob pena de responsabilização por eventuais falhas ou cancelamentos não justificados;
- e) Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 horas, qualquer imprevisto que possa comprometer a execução do show, apresentando documentação comprobatória e propondo solução viável para readequação, se possível;
- f) Reparar, sem ônus para o Município, qualquer dano causado a bens públicos ou a terceiros em decorrência de sua atuação, bem como responder por eventuais ações civis, administrativas ou penais decorrentes da execução contratual;
- g) Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de regularidade



jurídica, fiscal e técnica exigidas para a contratação.

4.4.2. DA CONTRATANTE:

- a) Garantir as condições mínimas para a realização do evento, tais como infraestrutura física adequada no local da apresentação, som, palco, iluminação, painel de Led, alimentação, hospedagem, abastecimento de camarim, apoio operacional, carregadores, direitos autorais, segurança pública, liberação de licenças e autorizações necessárias;
- b) Fornecer à contratada todas as informações e documentos necessários à execução do objeto;
- c) Realizar o pagamento conforme as condições estabelecidas no contrato, mediante apresentação de nota fiscal válida e após a devida conferência da execução do objeto;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados, lavrando relatórios e registros de conformidade ou eventual não conformidade, para controle e responsabilização, quando for o caso.

4.5. SUBCONTRATAÇÃO:

4.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto da contratação.

4.6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1.1. O show de Thalles e Junior será realizado de acordo com a agenda previamente acordada entre as partes, garantindo que todas as condições operacionais estejam alinhadas. A execução será feita conforme o cronograma estabelecido na proposta, respeitando os horários definidos e as exigências logísticas acordadas entre o representante exclusivo e a Prefeitura Municipal de Itarana.

5.1.2. O serviço poderá ser rejeitado, total ou parcialmente, caso não atenda às



especificações técnicas e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às condições previstas na proposta apresentada, cabendo à contratada promover, às suas expensas, as correções ou substituições necessárias no prazo estipulado pela Administração.

5.1.3. A contratada será responsável pela montagem, execução e desmontagem de toda a estrutura do show, incluindo a coordenação das equipes técnicas e artísticas envolvidas. A Prefeitura Municipal de Itarana não terá nenhuma responsabilidade por custos adicionais relacionados à infraestrutura, transporte ou equipamentos, salvo quando expressamente acordado em cláusulas específicas do contrato.

5.1.4. O show será realizado no local previamente estabelecido, com datas e horários ajustados de acordo com a disponibilidade das partes. Caso haja necessidade de alteração de data ou local, a contratada deve comunicar à Prefeitura com antecedência mínima de 10 dias, para que ajustes logísticos sejam feitos, sem prejuízo da execução do contrato.

5.1.5. Caso seja necessário a execução do show fora do horário previamente estipulado, como em eventos especiais ou exigências da Administração Municipal, a contratada deverá estar disponível para atender a essas condições, mediante ajuste de valores e prazos, de acordo com a natureza da solicitação.

5.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA O SHOW

5.2.1. A contratada deverá garantir que os artistas estejam vestidos de acordo com as normas e expectativas do evento, respeitando o padrão de imagem do show e da Prefeitura Municipal. A produção do evento deverá incluir todos os aspectos relacionados à apresentação pública, como vestuário, maquiagem e acessórios, conforme acordado entre as partes.

5.2.2. A apresentação deverá respeitar os valores sociais, culturais e educativos da festividade, sendo vedada a exibição de conteúdo que contenha conotação ofensiva, discriminatória, obscena ou que contrarie os princípios da moralidade administrativa.

5.2.3. A equipe da contratada, incluindo os artistas, deverá manter conduta profissional, cordial e compatível com o ambiente institucional do evento, sob pena de registro de ocorrência e aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

5.3. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES



5.3.1. A contratada será responsável pela coordenação e execução dos serviços de transporte de artistas, equipamentos e demais itens necessários para a realização do show. A logística de transporte deve ser planejada com antecedência, garantindo que todos os itens sejam entregues no local com segurança e no prazo estipulado. Quaisquer custos adicionais relacionados ao transporte, que não estejam previstos no orçamento do contrato, devem ser informados com antecedência.

5.3.2. A contratada será responsável por providenciar, instalar e operar, por meios próprios e às suas expensas, todos os equipamentos, estruturas e serviços técnicos complementares indispensáveis à realização do show, de forma a preservar o padrão técnico e artístico característico da apresentação. Isso inclui, entre outros, a montagem e desmontagem de sistemas de painéis de LED, efeitos especiais, e demais itens desde que não fornecidos diretamente pela Prefeitura como parte da estrutura básica do evento.

5.3.3. A contratada deve garantir que as condições de alimentação e descanso para os artistas e equipe estejam em conformidade com as necessidades do evento.

5.3.4. A contratada deverá garantir que o local do evento esteja limpo e organizado antes, durante e após o show. Isso inclui serviços de limpeza do espaço, remoção de lixo e cuidados gerais com a manutenção do ambiente. A contratada deverá disponibilizar uma equipe de limpeza para agir de maneira eficiente e ágil, mantendo o local seguro e apresentável para o público.

5.3.5. A contratada deverá providenciar a segurança específica voltada à apresentação artística, especialmente no que se refere ao controle rigoroso de acesso à área do palco durante a realização do show, permitindo a entrada apenas de pessoas devidamente autorizadas pela equipe técnica e de produção do artista. Caberá à contratada garantir o monitoramento constante da área, prevenindo situações que possam comprometer a integridade física dos artistas, da equipe técnica e do público presente, podendo solicitar o auxílio da segurança desarmada contratada pela Prefeitura Municipal de Itarana.

5.3.6. Durante a execução do show, a contratada deverá manter uma equipe técnica de suporte no local para resolver problemas que possam surgir com a infraestrutura ou equipamentos. Caso haja falhas no sistema de som, iluminação ou outros itens técnicos essenciais para a realização do evento, a contratada se compromete a junto a contratante solucionar o problema de maneira rápida e eficaz, sem prejudicar o andamento da apresentação.



5.5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DO SHOW DE THALLES E JUNIOR

5.5.1. O pagamento referente à contratação do show de Thalles e Junior será realizado conforme as condições específicas acordadas entre as partes, em consonância com as disposições legais aplicáveis. A proposta de pagamento estipula uma antecipação de 50% do valor total do contrato até 10 (dez) dias após a assinatura e publicação do contrato, com o saldo remanescente de 50% a ser pago até 10 (dez) dias úteis após a execução do show, conforme os termos acordados pela contratante e a contratada.

5.5.2. A antecipação de 50% do valor contratual, como previsto na proposta de pagamento, é justificada pela contratada com base na negociação do valor do show, que ficou abaixo da média praticada em contratações públicas recentes de artistas de renome. Esse valor reduzido, somado à solicitação da antecipação, tem como finalidade garantir o compromisso financeiro da contratante, permitindo à contratada cobrir custos antecipados com a preparação e logística do evento, como transporte de equipamentos, contratação de equipe técnica e contratação de serviços auxiliares necessários para a execução do show.

5.5.3. A antecipação de valores no contexto de contratações públicas está regulamentada pelo art. 145 da Lei nº 14.133/2021. O pagamento antecipado, de acordo com o referido artigo, é admitido em caráter excepcional, desde que haja uma justificativa formal no processo licitatório, demonstrando a indispensabilidade do adiantamento para a boa execução do contrato e a otimização do uso de recursos públicos. No caso específico da contratação do show de Thalles e Junior, o adiantamento se justifica pela necessidade de garantir a realização do evento conforme os requisitos acordados, incluindo a contratação de toda a infraestrutura técnica e logística necessária para a apresentação.

5.5.4. A Lei nº 14.133/2021 exige que, para a prática de antecipação de pagamento, a cláusula de pagamento esteja expressamente prevista no contrato. No caso do show de Thalles e Junior, essa cláusula já foi acordada entre as partes e está devidamente formalizada no contrato, conforme as especificações do item 7.4 do Estudo Técnico Preliminar (ETP). A antecipação de 50% será paga conforme o cronograma estabelecido, desde que todas as condições formais de execução do contrato sejam atendidas pela contratada, com a devida entrega dos serviços e cumprimento das obrigações acordadas.

5.5.5. O art. 145 da Lei nº 14.133/2021 também prevê que, caso haja a antecipação de pagamento, o gestor público deve avaliar a exigência de garantia adicional para a



mitigação de riscos relacionados ao inadimplemento por parte da contratada. No caso da contratação do show, a Prefeitura Municipal de Itarana, em consulta com a assessoria jurídica, poderá avaliar a necessidade de exigir uma garantia adicional da contratada, como caução, seguro ou fiança bancária, para assegurar que o valor antecipado será utilizado conforme o planejamento acordado, e que o show será executado de acordo com as condições pactuadas no contrato.

5.5.6. O saldo remanescente de 50% será pago até 10 (dez) dias úteis após a execução do show, conforme estipulado no contrato. Este pagamento será realizado após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais pela contratada, incluindo a execução do show e o cumprimento das condições de infraestrutura e serviços complementares acordados. A Prefeitura Municipal de Itarana se compromete a realizar o pagamento do saldo remanescente de forma célere, desde que todas as condições previstas no contrato tenham sido atendidas e que o show tenha sido executado de acordo com as especificações técnicas e operacionais previstas.

5.5.7. Caso ocorra qualquer atraso no pagamento das parcelas acordadas, será aplicada a penalidade prevista no contrato, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. O atraso poderá gerar juros, multa e outras penalidades que garantam a execução do contrato de maneira eficiente e a proteção dos interesses da Administração Pública.

5.5.8. As condições de pagamento para a contratação do show de Thalles e Junior estão em conformidade com as normas da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à transparência, à justificativa formal para a antecipação de pagamento e à proteção dos recursos públicos. A estrutura contratual foi desenhada para garantir que a execução do show ocorra sem prejuízos financeiros à Administração Pública, com os devidos controles e procedimentos legais estabelecidos.

5.6. COMUNICAÇÃO FORMAL

5.6.1. Toda comunicação entre as partes deverá ser formalizada por escrito, e será considerada válida se enviada para os endereços eletrônicos ou físicos fornecidos no contrato. A Administração poderá notificar o fornecedor sobre qualquer descumprimento das cláusulas contratuais, e o fornecedor deverá tomar as providências necessárias dentro do prazo estabelecido, que não poderá ultrapassar 5 (cinco) dias úteis após a notificação.

5.7. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR



5.7.1. Para garantir a perfeita execução deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990.

6 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. As condições contratuais deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas previstas, no Edital de Licitação e seus anexos e dentro das normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura da ARP ou contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) indicado(s) pela(s) Unidade(s) Requisitante(s), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput; Decreto Municipal nº 2011/2024, em especial os artigos 223 a 225).

6.6. Os responsáveis por impulsionar o processo de contratação foram os membros da Comissão de Planejamento das Contratações (CPC), instituída através da Portaria nº 1.494/2024.

6.7. Para a fiscalização teremos a figura do Fiscal Administrativo, cujas atribuições estão descritas na Instrução Normativa SCL nº 06/2015.

6.7.1. Para garantir o adequado acompanhamento e fiscalização das atividades, a designação dos fiscais administrativos e técnicos responsáveis por cada área de atuação, foi formalmente elaborado e encontra-se anexado a este documento o **Termo de**



Indicação/Designação de Gestor e Fiscal de Contrato. O referido termo define as responsabilidades e atribuições de cada fiscal designado, visando assegurar o cumprimento das diretrizes e obrigações estabelecidas.

6.8. Os responsáveis pela gestão do contrato serão os secretários municipais, que terão a incumbência de supervisionar sua execução, assegurar o cumprimento das cláusulas estabelecidas e garantir que todas as obrigações sejam atendidas até sua vigência final.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma, sendo 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato até 10 (dez) dias após a assinatura e publicação do contrato, com o saldo remanescente de 50% (cinquenta por cento) a ser pago até 10 (dez) dias úteis após a execução do show mediante a emissão da nota fiscal que deverá ser enviada via e-mail sedecult@itarana.es.gov.br ou entregue à Secretaria requerente, juntamente com os documentos de regularidades fiscais e tributárias exigidas no procedimento de contratação. Estes documentos depois de conferidos e revisados, serão encaminhados para pagamento;

7.1.1. A CONTRATANTE realizará o pagamento nos prazos estipulados e da apresentação do documento fiscal correspondente.

7.1.2. Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF * \frac{0,33}{100} * ND$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira;

VF = Valor da Nota Fiscal;

ND = Número de dias em atraso.

7.2. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), ou outra circunstância impeditiva, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à empresa CONTRATADA para correção, sendo que o recebimento definitivo será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo



documento fiscal, devidamente corrigido;

7.3. A NOTA FISCAL ELETRÔNICA deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados quando na proposta, assim como, o número da contratação, o (s) objeto (s), os valores unitários e totais;

7.4. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto deverá ser comunicado ao Município de Itarana/ES, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

7.5. Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições relativas à proposta de preço e a habilitação;

7.6. O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL ELETRÔNICA será feito, preferencialmente, por Ordem Bancária.

7.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato;

7.8. É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste contrato.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, por meio de **INEXIGIBILIDADE**.

8.2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.2.1. Será verificado se a empresa detentora da exclusividade atende às condições de participação da contratação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedora - SICAF;

II - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

III - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



8.3. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- b) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- d) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- f) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



8.3.1.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do prestador, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste termo de referência;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do prestador, relativa à atividade em cujo exercício credencia ou concorre;
 - f.1) Caso o prestador seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto deste termo de referência, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - f.2) O prestador enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.



123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, e inciso II) ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, conforme Acórdão de Relação TCU 8271/2011-Segunda Câmara;

8.3.1.3.1. Fica dispensada apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, nas circunstâncias previstas no art. 70, III da Lei n.º 14.133 de 2021 e à luz do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

8.3.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Carta de exclusividade emitida pelo empresário ou agente exclusivo da atração artística, contendo autorização expressa para negociação e contratação do show;

b) Documentação que comprove a consagração pela crítica especializada e pelo público, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a exemplo de:

- Certificados, reportagens, prêmios ou reconhecimentos de público;
- Registros de apresentações em eventos de grande porte ou participação em mídia nacional;
- Presença em rankings de popularidade, plataformas de streaming ou premiações artísticas relevantes.

c) Declaração do proponente de que assumirá total responsabilidade pela execução da apresentação, incluindo aspectos técnicos, logísticos e contratuais

8.3.1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES / DECLARAÇÕES

8.3.1.5.1. Declaração subscrita atestando que:

a) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da



- obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
 - c) Que a proposta foi elaborada de forma independente;
 - d) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - e) Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991

9 - ESTIMATIVA(S) DO VALOR(ES)

9.1. A contratação da dupla Thalles e Junior está proposta pelo valor total de **R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)**, considerado compatível com os preços usualmente praticados em contratações similares por entes da Administração Pública, conforme evidenciado na pesquisa de mercado realizada. O valor ofertado contempla todos os encargos e despesas inerentes à apresentação artística, tais como cachê, deslocamentos terrestre e aéreo, efeitos de palco, equipamentos técnicos, serviços de montagem e operação, insumos, tributos e remuneração da equipe técnica e artística envolvida.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Ficha/Fonte: 422/1500

17 - DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

17.1. Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a



envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

17.1.1. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

17.1.2. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

17.1.2.1. Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

17.1.2.2. Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

17.1.2.3. Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

17.2. Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

17.2.1. As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

17.2.2. A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

17.3. Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais



ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.3.1. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

17.3.2. As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

17.4. Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

17.5. Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

17.5.1. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

17.5.2. A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

17.5.3. A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.



17.5.4. Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

17.6. Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

18 - DAS SANÇÕES

18.1. As falhas de execução, a inexecução parcial ou total da presente aquisição está sujeita às sanções administrativas estabelecidas nos arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- b) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do instrumento de contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do instrumento de contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução do instrumento de contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as



seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Instrumento de contratação, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);

d) Multa:

1. Moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo:

1.1 - 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

1.2 - 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

1.3 - 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

1.4 - Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 18.2, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.

3. Compensatória, para a inexecução total do instrumento de contratação prevista na alínea “c” do subitem 18.2, de 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.



4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 18.2, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Instrumento de contratação.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 18.2, a multa será de 5 % (cinco por cento) do valor do Instrumento de contratação.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 18.2, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Instrumento de contratação.
7. Compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
 - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
 - c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
 - e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
 - f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
 - g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
 - h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
 - i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
 - k) deixar de repor funcionários faltosos;
 - l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;



n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

18.4. A aplicação das sanções previstas neste Instrumento de contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

18.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 18.3 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

18.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

18.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

18.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

18.9.1. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

18.9.2. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da



penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

18.9.3. O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea “a” do subitem 18.2 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

18.9.4. O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do instrumento de contratação, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

18.9.5. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021.

18.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e instrumento de contratação da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Instrumento de contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos



aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

18.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.15. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do instrumento de contratação;

18.16. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

18.17. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do instrumento de contratação, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

19 - DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1. Nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa TCEES 68/2020, detalhamos informativo dos atos de responsabilidades pela elaboração deste instrumento, como segue:

Elaboração:



JHEFFILY DE SOUZA ZEQUINI

Chefe de Serviço
Matrícula n ° 006934.

Autoridade responsável:

ANDRÉ FIOROTTI

Secretário Municipal de Desporto, Cultura e Turismo
Portaria n ° 007/2025.



PARECER

Processo Administrativo: nº 003204/2025

Requerente: Secretaria Municipal de Desporto Cultura e Turismo (SEDECULT)

Assunto: Análise da MINUTA DE CONTRATO a ser celebrado com a empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, CNPJ nº 28.906.468/0001-69, detentora da representação de exclusividade da DUPLA THALLES & JUNIOR, no dia 10 de outubro de 2025, para a 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo, a ser realizada no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, no município de Itarana/ES.

EMENTA: Parecer Jurídico. Direito administrativo. Licitação. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Da 47ª CONCENTRAÇÃO COMUNITÁRIA, FESTA DOS ITARANENSES AUSENTES E FEIRA DO AGROTURISMO, a ser realizada no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, no município de Itarana/ES. Base legal no art. 74, II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 2011/2024 e Decreto Municipal nº 2013/2024. Cabimento. Parecer neste sentido.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SEDECULT) para análise da minuta de contrato a ser celebrado entre o Município de Itarana-ES e a empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, CNPJ nº 28.906.468/0001-69, detentora da representação de exclusividade da DUPLA THALLES & JUNIOR, no dia 10 de outubro de 2025, para a 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo, a ser realizada no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, no município de Itarana/ES.

Constam dos autos o Estudo Técnico Preliminar, o Documento de Formalização de Demanda e o Termo de Referência.

A Comissão de Planejamento e Contratações realizou análise técnica da documentação e verificou a inexistência de irregularidades na tramitação do procedimento, opinando pela inexistência de óbices para prosseguimento da contratação por inexigibilidade de licitação, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.





Ainda, encontram-se nos autos as certidões de regularidade fiscal da contratada, bem como a indicação correta da dotação orçamentária e ficha fonte.

O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados do dia seguinte à publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), conforme expressa previsão contida na Lei nº 14.133/2021.

Todas as cláusulas contratuais estão devidamente indicadas na Minuta do Contrato, conforme indicado pela Comissão de Planejamento e Contratações, preenchendo assim, as regras estabelecidas na nova legislação sobre contratação pública.

Os documentos para fins de habilitação estão previstos no Termo de Referência anexo I, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

A contratação será realizada por meio de inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, inciso II, da Lei 14.133/2021, considerando que o serviço a ser prestado exige a contratação de um profissional ou empresa com notória especialização na área em que atua.

É o relatório. Segue o parecer.

Primeiramente, cumpre salientar que o presente parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Destarte, à luz do artigo 53, da Lei nº 14.133/21, incumbe a este órgão de Assessoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo imiscuir acerca da conveniência ou da oportunidade dos atos praticados pelo órgão gestor.

Cuida-se de análise jurídica acerca da legalidade da contratação direta, com fundamento na inexigibilidade de licitação, da empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, CNPJ nº 28.906.468/0001-69, detentora da representação de exclusividade da DUPLA THALLES & JUNIOR, no dia 10 de outubro de 2025, para a 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo, a ser realizada no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, no município de Itarana/ES.

O valor global do presente contrato é de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil) reais.

A justificativa para a contratação baseia-se no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a inexigibilidade de licitação nos seguintes termos:





“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

II – contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

A contratação de artistas para festividades públicas é reconhecida como hipótese de inviabilidade de competição, quando presentes os seguintes requisitos legais:

- profissional do setor artístico;
- consagrado pela crítica especializada ou opinião pública;
- contratação direta ou por intermédio de empresário exclusivo.

No caso sob exame, a empresa contratada apresentou documentação apta a demonstrar a exclusividade na representação da DUPLA THALLES & JUNIOR, além da notoriedade do artista, consagrados pelo público nacional e por mídias especializadas.

A apresentação de declaração de exclusividade com firma reconhecida, combinada com evidências da projeção pública do cantor. A contratação da atração artística se mostra imprescindível para o atendimento da programação oficial do evento municipal a ser promovido pela Prefeitura de Itarana/ES, inserido no calendário cultural do município.

Trata-se de uma iniciativa pública voltada à valorização das manifestações culturais e ao fortalecimento das tradições locais, em consonância com os princípios constitucionais da promoção da cultura (art. 215 da CF/88) e do estímulo ao turismo como vetor de desenvolvimento econômico e social.

Nesse contexto, a escolha da DUPLA THALLES & JUNIOR, artista de reconhecimento nacional, visa assegurar a atratividade do evento, ampliar o alcance do público e fortalecer o sentimento de pertencimento da comunidade.

A presença de uma atração de renome contribui significativamente para a mobilização regional em torno do evento, incentivando o fluxo de visitantes, estimulando a economia local — em especial os setores de comércio, alimentação, hospedagem e serviços — e promovendo o lazer, a integração social e o desenvolvimento cultural.

A medida também se coaduna com os objetivos da Administração Pública de fomentar políticas públicas culturais, valorizar as festividades populares e promover ações que impactem positivamente a vida dos cidadãos, consolidando o evento como referência regional e instrumento de valorização da identidade cultural itaranense.

O entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU) respalda a contratação de artistas por inexigibilidade de licitação, conforme exemplifica o Acórdão TCU nº 1.501/2006 – Plenário, que estabelece:





“É legítima a contratação de artistas por inexigibilidade de licitação, desde que atendidos os requisitos da inviabilidade de competição e da consagração do artista pela crítica especializada ou opinião pública, sendo imprescindível a apresentação de documentos que comprovem a exclusividade da representação e a notoriedade do contratado.”

No mesmo sentido, o Acórdão TCU nº 2.062/2015 – Plenário reforça:

“A contratação de artista por inexigibilidade de licitação exige documentação que comprove: (i) a consagração pela crítica ou opinião pública; (ii) a contratação direta ou por empresário exclusivo; e (iii) a compatibilidade de valores com os praticados no mercado.”

<https://www.tcu.gov.br>

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES), no Acórdão nº 1.234/2020, firmou posição semelhante:

“É legal a contratação direta de artistas para festividades públicas, desde que demonstrada a inviabilidade de competição, a exclusividade na representação e a notoriedade do artista contratado.”

<https://www.tcu.gov.br>

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) também reconhece a inexigibilidade de licitação para contratação de artistas consagrados, quando presentes os requisitos legais. No julgamento do Recurso Especial nº 1.183.825/SP, a Corte afirmou:

“É inexigível a licitação na contratação de artista consagrado pela crítica ou opinião pública, sendo irrelevante a existência de outros artistas com estilo semelhante. A singularidade do objeto decorre da identidade artística do contratado, que não pode ser substituído por outro, ainda que do mesmo gênero musical.”

(REsp 1.183.825/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 03/06/2010)

A doutrina igualmente reconhece a legalidade da contratação direta de artistas notoriamente conhecidos, por meio de empresário exclusivo, em razão da inviabilidade de competição. A professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina:

“A inexigibilidade de licitação é cabível quando o objeto contratado possui singularidade e a competição é inviável, desde que demonstrada a notória especialização do prestador de serviços.”

(DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.)





A regra é a exigência do procedimento licitatório, como decorrência do princípio da legalidade (art. 37, *caput*, da Constituição Federal), que impõe à Administração Pública a estrita observância da lei em todos os seus atos.

Nesse sentido, embora a inexigibilidade de licitação esteja prevista no art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021, é imprescindível que o processo administrativo esteja devidamente instruído com documentos que comprovem a inviabilidade de competição e a notória especialização do artista contratado.

O presente parecer tem por objetivo analisar a legalidade da contratação direta da empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, CNPJ Nº 28.906.468/0001-69, detentora da representação de exclusividade da DUPLA THALLES & JUNIOR, no dia 10 de outubro de 2025, para a 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil) reais. O contrato, no referido valor, fundamenta-se na inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos.

O art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que a licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição, em razão da singularidade do objeto a ser contratado, desde que demonstrada a notória especialização do prestador de serviços.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; (GRIFO NOSSO)

No caso em análise, a contratação da DUPLA THALLES & JUNIOR, no dia 10 de outubro de 2025, configura-se como um serviço de natureza artística, técnico-especializado e de singularidade, atendendo aos requisitos legais para a dispensa de licitação.

A jurisprudência dos Tribunais de Contas tem consolidado o entendimento de que a contratação de artistas para eventos culturais e festividades públicas pode ser realizada por inexigibilidade de licitação, desde que comprovada a notoriedade e a especialização do profissional, bem como a inviabilidade de competição. Nesse sentido, destacam-se os seguintes julgados:

Acórdão TCU nº 2.345/2019: Reconheceu a inexigibilidade de licitação para contratação de artistas em eventos culturais, desde que demonstrada a singularidade do serviço e a notória especialização do contratado.

<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/jurisprudencia-selecionada/singularidade/>





Acórdão TCE/ES nº 1.234/2020: Entendeu que a contratação direta de artistas para festividades públicas é legítima quando atendidos os requisitos legais e comprovada a inviabilidade de competição.

O **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, por sua vez, já decidiu que:

“A contratação direta de artista consagrado é medida excepcional que depende da demonstração concreta da inviabilidade de competição, devendo a Administração Pública instruir o processo com documentos que evidenciem a exclusividade e a notoriedade artística” (TJSP, Apelação Cível nº 1001283-76.2020.8.26.0073, Rel. Des. Eduardo Gouvêa, j. 02/06/2021).

Dessa forma, é imprescindível que conste nos autos:

- o **instrumento de representação exclusiva** firmado entre a empresa contratada e os artistas;
- **declaração do empresário exclusivo**, com firma reconhecida, afirmando que a contratação só pode ser realizada por meio da referida empresa;
- **comprovações de consagração pública e crítica especializada**, por meio de reportagens, mídias oficiais, ranking de execuções em plataformas de streaming e outros documentos hábeis;
- e **pesquisa de preços** que demonstre a compatibilidade do valor contratado com os valores praticados para o mesmo artista em outros eventos similares.

A contratação da DUPLA THALLES & JUNIOR justifica-se pela sua notória especialização e singularidade artística, características que o tornam com exclusividade no mercado musical.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pela equipe técnica da Prefeitura de Itarana demonstrou que o artista atende às expectativas do público e contribui para o sucesso do evento, reforçando os aspectos culturais, sociais e econômicos **FESTIVIDADES DA 47ª CONCENTRAÇÃO COMUNITÁRIA, FESTA DOS ITARANENSES AUSENTES E FEIRA DO AGROTURISMO DE ITARANA, A OCORRER ENTRE OS DIAS 10 E 12 DE OUTUBRO DE 2025.**

A doutrina especializada também reforça que a contratação direta de artistas é cabível quando o serviço possui características únicas e insubstituíveis. Nesse sentido, destacam-se os ensinamentos de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que afirma:

"A inexigibilidade de licitação é cabível quando o objeto contratado possui singularidade e a competição é inviável, desde que demonstrada a notória especialização do prestador de serviços."

A contratação direta do artista atende ao interesse público, uma vez que garante a qualidade do evento e a satisfação do público, além de otimizar os recursos públicos ao evitar os custos e a morosidade de um processo licitatório.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 74, II, reforça que a inexigibilidade de licitação deve ser utilizada para garantir a eficiência e a economicidade na administração pública.





A minuta de contrato apresentada está em conformidade com os requisitos legais, estabelecendo cláusulas que garantem a transparência e a legalidade do procedimento.

O prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias nos termos da Lei nº 14.133/2021, está adequado às necessidades do evento.

É imprescindível, no entanto, que constem nos autos do processo administrativo:

- cópia da declaração de exclusividade firmada pelo empresário com firma reconhecida;
- documentação que comprove a notoriedade do artista (mídia especializada, histórico de apresentações, popularidade, etc.);
- pesquisa de preços que comprove a compatibilidade do valor contratado com os praticados no mercado.

DIANTE DO EXPOSTO, conclui-se que a contratação da empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, CNPJ Nº 28.906.468/0001-69, detentora da representação de exclusividade da DUPLA THALLES & JUNIOR, no dia 10 de outubro de 2025, no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, durante as **FESTIVIDADES DA 47ª CONCENTRAÇÃO COMUNITÁRIA, FESTA DOS ITARANENSES AUSENTES E FEIRA DO AGROTURISMO DE ITARANA, A OCORRER ENTRE OS DIAS 10 E 12 DE OUTUBRO DE 2025**, pelo valor total de R\$ 60.000,00 (Cento mil) reais, enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, prestado por profissional de notória especialização e singularidade artística.

Recomenda-se, contudo, que a **Administração Pública comprove**, por meio de **documentação adequada, a notoriedade e a especialização do artista, bem como a inviabilidade de competição**, a fim de resguardar a **legalidade e a transparência** do procedimento.

O **agente público deverá cumprir o disposto na Instrução Normativa nº 68/2020** do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, no que se refere às publicações e remessas de contratações ao referido anexo VI, **quanto ao código CIDADES**, para que surtam os efeitos legais de controle externo.

Itarana/ES, 30 de julho de 2025.

PAULO SÉRGIO RIZZO





Procurador Municipal - OAB/ES 8.330





DESPACHO

ASSUNTO: Solicitação de contratação de atração de nível nacional com a dupla Thalles e Junior, para apresentação na 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo de Itarana/2025.

De: Prefeito Municipal

Para: Contratação Cidades – Código

Requerente: Secretaria Municipal de Desporto Cultura e Turismo

Requerimento: 003204/2025

Prezados,

Segue processo para gerar o código de identificação do modulo contratações, da plataforma cidades TCEES, nos termos da IN 068/2020 TCEES. Após retornar o processo para publicação do ato de inexigibilidade.

Itarana/ES, 31 de julho de 2025.

VANDER PATRICIO

Prefeito Municipal





DESPACHO

DE: CIDADES CONTRATAÇÕES - CÓDIGO

PARA: PREFEITO MUNICIPAL - SEDECULT

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO nº: 2025.036E0700001.10.0024.

O código de identificação deverá constar em **todas** as publicações pertinentes a este processo.

Segue processo para publicação do ato de inexigibilidade conforme solicitado.

ATENCIOSAMENTE,

LARA REGINA FIOROTTI RIZZI
Matrícula 006891



[Início](#) > [Contratação](#) > [Gerir contratações](#) > Prefeitura Municipal de Itarana

> 2025.036E0700001.10.0024 ▾

Identificação: 2025.036E0700001.10.0024

Valor estimado: R\$ 60.000,00


Processo administrativo: 003204/2025

Autuação: 09/07/2025

Natureza: 10 - Inexigibilidade de Licitação

Tipo: 01 - Serviços

Objeto: Contrato a ser celebrado com a empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, CNPJ N° 28.906.468/0001-69, detentora da representação de exclusividade da DUPLA THALLES & JUNIOR, no dia 10 de outubro de 2025, para a 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo, a ser realizada no Estádio Municipal "Domingos André Coan", no município de Itarana/ES.

 **Detalhes** [Itens retificados](#)

Não há dados enviados para esta contratação.



DESPACHO

ASSUNTO: Solicitação de contratação de atração de nível nacional com a dupla Thalles e Junior, para apresentação na 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo de Itarana/2025.

De: Prefeito Municipal

Para: CPC – Comissão de Planejamento e Contratações

Requerente: Secretaria Municipal de Desporto Cultura e Turismo

Requerimento: 003204/2025

Prezados,

Encaminho o processo a processo a CPC – Comissão de Planejamento e Contratações para acerto na minuta do contrato devido está com o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e a proposta é de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil). Após a Comissão Permanente de Licitações – CPL contendo a Autorização por Inexigibilidade de Licitação e o comprovante de publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/ES, para realizar a integralização dos sistemas de Compras e Contabilidade. Em seguida encaminhar ao Setor de Contratos Públicos para confecção do Contrato, conforme Minuta elaborada pela Comissão de Planejamento e Contratações (CPC) e aprovada pelo Setor Jurídico e lançamento dos Fiscais, conforme foram indicados por meio do Termo de Designação de Gestor e Indicação/Designação de Fiscais.

Após o acolhimento das assinaturas e publicação do contrato encaminhar à Secretaria Municipal de Desporto Cultura e Turismo para Autorização de Empenho e envio ao Setor de Contabilidade para Empenho. Por fim, retornar a Secretaria Municipal de Desporto Cultura e Turismo para emissão da Autorização de Fornecimento.

Itarana/ES, 12 de agosto de 2025.

VANDER PATRICIO

Prefeito Municipal





AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Itarana/ES, respaldado pelos termos do **Processo nº 003204/2025** e pela orientação expressa no Parecer da Procuradoria Municipal, vem a público anunciar e **AUTORIZAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** com base no **Art. 74, II, da Lei Federal nº. 14.133/21**. Tal decisão visa a contratação da empresa **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA – CNPJ Nº 28.906.468/0001-69**, visando atender à Programação do 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranense Ausente e Feira do Agroturismo. O evento está agendado para os dias 10, 11, e 12 de outubro do corrente ano, a ser realizado no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, nesta municipalidade, sede do CONTRATANTE. O valor total estipulado para esta contratação é de **R\$ 65.000,00 (SESSENTA E CINCO MIL REAIS)**, com a respectiva dotação orçamentária alocada em **100001.1339200112.074 - Promoções de Festividades e Comemorações Municipais - 33903900000- Outros Serviços de Terceiro e Pessoa Jurídica, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo**. A decisão de inexigibilidade de licitação fundamenta-se na singularidade e na especificidade do serviço artístico demandado, alinhado com os dispositivos legais mencionados, que permitem tal exceção quando comprovada a inviabilidade de competição. Nesse sentido, o Município de Itarana/ES reafirma seu compromisso com o fomento da cultura, do turismo e do lazer, buscando sempre promover eventos de qualidade que fortaleçam a identidade e o orgulho da nossa comunidade. Por fim, torna-se pública esta decisão, garantindo transparência e conformidade com os princípios que regem a administração pública, e reiterando o comprometimento com a promoção do desenvolvimento cultural e social de Itarana/ES.

ID: 2025.036E0700001.10.0024

Itarana, 11 de agosto de 2025.

VANDER PATRICIO
Prefeito Municipal de Itarana

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3911/2025

A Secretaria Municipal de Agricultura, em cumprimento ao disposto no art. 5 e art. 9 do Decreto Municipal nº 030/2024, na competência de Órgão Gerenciador, torna público que realizará registro de preço pelo prazo de 12 meses, para o seguinte objeto: aquisição de buffet de alimentação para eventos das secretarias.

Na modalidade CONCORRÊNCIA, tipo menor preço por item/ lote.

Os demais órgãos interessados em participar dos referidos registros de preços, deverão acessar o site da prefeitura <https://www.jaguare.es.gov.br/> na guia licitações para ter acesso à relação completa de itens/ lotes, ETP e TR, e encaminhar, sua solicitação de participante, nos termos do art.9 do Decreto Municipal nº 030/2024, para o e-mail: agricultura@jaguare.es.gov.br do órgão Gerenciador, em até 8 (oito) dias úteis após esta publicação, referente a adesão manifestada no prazo indicado acima.

Esclarecimentos poderão ser obtidos na Secretaria de Agricultura, situada na Avenida 09 de Agosto, nº 2454, Centro, Jaguaré-ES e pelo telefone 27 99599-0446, no e-mail agricultura@jaguare.es.gov.br.

Jaguaré-ES, 11 de agosto de 2025.

Jordano Sossai Groberio
Secretário Municipal de Agricultura

Protocolo 1610694

Itarana

Dispensa de Licitação

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Itarana/ES, respaldado pelos termos do **Processo nº 003309/2025** e pela orientação expressa no Parecer da Procuradoria Municipal, vem a público autorizar a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** com base no **Art. 75, com fulcro no inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21**. Tal decisão visa a contratação da empresa: **COOPERATIVA DE TRANSPORTE DA REGIAO SUDOESTE SERRANA COOPTAC, CNPJ: 05.694.832/0001-79**. Tendo como objeto a prestação serviço de transporte escolar da Rede Estadual de Ensino, em caráter emergencial, para o atendimento de alunos da EEEEFM Prof. Aleyde Cosme, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação. O valor total estipulado para esta contratação é **R\$15.412,80 (quinze mil quatrocentos e doze reais e oitenta centavos)**, com as respectivas Dotações Orçamentárias alocadas em: 090001.1236100072.065 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL-33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA - Ficha 00333 - Fonte de Recurso 157500000002, **sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação**. A decisão de dispensa de licitação fundamenta-se na singularidade e na especificidade do serviço demandado, alinhado com os dispositivos legais mencionados, que permitem tal exceção quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos. Portanto, torna-se pública esta decisão,

garantindo transparência e conformidade com os princípios que regem a administração pública, haja vista, que o processo atende a todos os demais requisitos elencados no Artigo 72 da Lei 14.133/2021. Por fim, ADJUDICO e HOMOLOGO a Dispensa de Licitação, nos termos do Artigo 71, inciso IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação do Agente de Contratação e Equipe de Apoio que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas na fase de habilitação.

ID: 2025.036E0700001.09.0014

Itarana/ES, 11 de agosto de 2025.

VANDER PATRICIO

Prefeito Municipal de Itarana

Protocolo 1610804

Inexigibilidade de Licitação**AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

O Município de Itarana/ES, respaldado pelos termos do **Processo nº 003204/2025** e pela orientação expressa no Parecer da Procuradoria Municipal, vem a público anunciar e **AUTORIZAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** com base no **Art. 74, II, da Lei Federal nº. 14.133/21**. Tal decisão visa a contratação da empresa **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA - CNPJ Nº 28.906.468/0001-69**, visando atender à Programação do 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranense Ausente e Feira do Agroturismo. O evento está agendado para os dias 10, 11, e 12 de outubro do corrente ano, a ser realizado no Estádio Municipal "Domingos André Coan", nesta municipalidade, sede do CONTRATANTE. O valor total estipulado para esta contratação é de **R\$ 65.000,00 (SESSENTA E CINCO MIL REAIS)**, com a respectiva dotação orçamentária alocada em **100001.1339200112.074 - Promoções de Festividades e Comemorações Municipais - 33903900000- Outros Serviços de Terceiro e Pessoa Jurídica, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo**. A decisão de inexigibilidade de licitação fundamenta-se na singularidade e na especificidade do serviço artístico demandado, alinhado com os dispositivos legais mencionados, que permitem tal exceção quando comprovada a inviabilidade de competição. Nesse sentido, o Município de Itarana/ES reafirma seu compromisso com o fomento da cultura, do turismo e do lazer, buscando sempre promover eventos de qualidade que fortaleçam a identidade e o orgulho da nossa comunidade. Por fim, torna-se pública esta decisão, garantindo transparência e conformidade com os princípios que regem a administração pública, e reiterando o comprometimento com a promoção do desenvolvimento cultural e social de Itarana/ES.

ID: 2025.036E0700001.10.0024

Itarana, 11 de agosto de 2025.

VANDER PATRICIO

Prefeito Municipal de Itarana

Protocolo 1610734



CPC - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

DESPACHO

Encaminho o processo para retificação no modulo contratações, da plataforma cidades TCEES, para acerto do valor da contratação que está com o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e a proposta é de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil).

Após encaminhar o processo para o Setor Jurídico para avaliação da minuta do contrato.

Em seguida a Comissão Permanente de Licitações – CPL contendo a Autorização por Inexigibilidade de Licitação e o comprovante de publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/ES, para realizar a integralização dos sistemas de Compras e Contabilidade.

Por último encaminhar ao Setor de Contratos Públicos para confecção do Contrato, conforme Minuta elaborada pela Comissão de Planejamento e Contratações (CPC) e aprovada pelo Setor Jurídico e lançamento dos Fiscais, conforme foram indicados por meio do Termo de Designação de Gestor e Indicação/Designação de Fiscais.

Itarana/ES, 13 de agosto de 2025

BRENO FIOROTTI MAURI

Presidente da Comissão de Planejamento das Contratações
Portaria nº 1.494/2024

ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações
Portaria nº 1.494/2024

EMANUEL BERGER COAN

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações
Portaria nº 1.494/2024







MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº _____/2025

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº _____/ 2025.

Processo nº 003204/2025 de 05 de maio de 2025

Origem: Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo - SEDECULT

ID CidadES Contratação nº 2025.036E0700001.10.0024.

O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Elias Estevão Colnago, nº 65, Itarana/ES, CEP 29.620-000, inscrito no CNPJ sob o nº 27.104.363/0001-23, neste ato representado por seu Excelentíssimo Prefeito Municipal, **Senhor Vander Patrício**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**, CNPJ Nº **28.906.468/0001-69**, estabelecida na rua Antonio Barbosa de Souza, nº s/n, quadra 17 lote 7, bairro Augusto Jose Valente II, CEP: 73906-042, Posse - GO, neste ato representado pelo **Sr THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este Termo de Contrato decorrente de contratação por inexigibilidade, em observância às disposições do art. 74, inciso II, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demais legislações aplicáveis, e ainda, nos casos omissos aplicar-se-á o art. 89 do mesmo diploma legal. Este Contrato será regido mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste Instrumento a contratação da empresa Mundo Paralelo Produções Artísticas Ltda., detentora da representação exclusiva da dupla **Thalles & Junior**, visando à realização de apresentação artística durante as festividades da "47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo" de Itarana, a ocorrer entre os dias 10 e 12 de outubro de 2025, no Estádio Municipal "Domingos André Coan", localizado no município de Itarana/ES;

1.2 - A descrição, condições, data, hora, duração do show, quantidades e demais exigências estão descritas no item 1.2 do Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	Show artístico, com duração mínima de 01h40 (uma hora e quarenta minutos), da dupla Thalles & Junior, no dia 10 de outubro de 2025.	Serviço	01	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO

2.1 - Vinculam esta contratação, independente de transcrição, os documentos e instruções que compõem o Processo em referência, em especial, o Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR GLOBAL

3.1 - O valor global do presente contrato é de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil)



reais.

3.2 - No preço já estão inclusos todos os custos e despesas, inclusive transportes, taxas, impostos, seguros, licenças e outros relacionados ao serviço, bem como garantia, quando for o caso, ressalvado o que for de responsabilidade do Contratante conforme Cláusula 8ª.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 - O prazo de vigência da contratação é de **180 (cento e oitenta) dias** contados do **dia seguinte ao da publicação** do seu extrato no Diário Oficial Dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), sendo permitida prorrogação conforme limites e condições previstas no art. 107 da Lei nº 14.133/21, ou em caso de eventual necessidade de prorrogação, decorrente de acordo entre as partes, sempre mediante a formalização do respectivo Aditivo contratual.

CLÁUSULA QUINTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

5.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão, de execução e de fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 - O prazo para pagamento a CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Item 7 do Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1 - Os preços são fixos e irredutíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - As obrigações da CONTRATANTE e CONTRATADA encontram-se definidas no do Item 4.4 do Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

9.2 - A garantia de execução é independente de eventual garantia da prestação de serviço prevista especificamente no Termo de Referência, Anexo I deste Instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - As Infrações e Sanções Administrativas constam no item 18 do Termo de Referência anexo I a este instrumento, aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação pertinente;

11.2 - Na apuração das infrações e na aplicação de sanções administrativas deverão ser observadas as disposições dos artigos 246 a 259 do Decreto Municipal nº 2011/2024.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 - O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto e independente de termo de rescisão.

12.2 - Caso ocorra qualquer tipo de fenômeno meteorológico que impossibilite a realização do evento ou qualquer fato que fuja à vontade das PARTES e que não possa ser imputada responsabilidade a nenhuma delas, logo, caso o evento não possa ser executado por questões sanitárias e/ou qualquer outro fato imprevisível - caso fortuito ou de força maior - deverá a CONTRATANTE de qualquer forma honrar com os pagamentos acordados no presente instrumento e a CONTRATADA obriga-se a realizar o evento em nova data previamente acordada entre as partes, podendo ser definida pela CONTRATANTE, desde que previamente informado à CONTRATADA, e desde que não haja show anteriormente agendado que gere conflito de agenda e impossibilidade da apresentação em ambos, devendo o CONTRATANTE, nesta hipótese, providenciar o pagamento, bem como as licenças e demais documentos para a realização do novo evento; ou obriga-se a devolver o valor total recebido à CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do respectivo distrato

12.3 - Aplicar-se-ão os arts. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021, nas situações de extinção contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas para a contratação dos serviços decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

a) 100001.1339200112.074 - PROMOÇÃO DE FESTIVIDADES E COMEMORAÇÕES MUNICIPAIS - 33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA - Ficha: 00422 - Fonte: 150000000000

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 - Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 - O referido Contrato será publicado, em resumo, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo (DOM/ES), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

16.1 - Do Tratamento dos Dados Pessoais constam no item 17 do Termo de Referência anexo I a este instrumento, aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação pertinente;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. - Fica eleito o foro da cidade de Itarana/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Itarana/ES, _____ de _____ de 2025.

CONTRATANTE: _____
MUNICÍPIO DE ITARANA/ES
Sr. Vander Patricio
Prefeito Municipal

CONTRATADA: _____
THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA
Sr THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA

Testemunhas: _____



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação da empresa Thalisson Felipe Vieira de Souza-ME, detentora da representação exclusiva da dupla **Thalles e Junior**, visando à realização de apresentação artística durante as festividades da “47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo” de Itarana, a ocorrer entre os dias 10 à 12 de outubro de 2025, no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, localizado no município de Itarana/ES.

1.2 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

1.2.1. A contratação será realizada por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão da notória exclusividade da empresa para a intermediação da atração artística referida.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
001	Show artístico, com duração mínima de 01h40 (uma hora e quarenta minutos), da dupla Thalles & Junior, no dia 10 de outubro de 2025.	01	R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00

1.3. DA NATUREZA DO OBJETO

1.3.1. O objeto desta contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente



1.3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de consumo de luxo, conforme artigo 35 do Decreto Municipal nº 2011/2024.

1.4.1. O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias contados do(a) primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES).

2.1. A partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar que fundamenta a presente contratação, constatou-se que a solução mais adequada para atendimento da demanda consiste na formalização de contrato administrativo com o representante exclusivo da dupla Thalles e Junior, para a futura realização de apresentação artística ao vivo, conforme proposta previamente apresentada à Administração Pública.

2.2. A contratação se mostra imprescindível para o atendimento da programação oficial do evento municipal a ser promovido pela Prefeitura de Itarana/ES, cujo objetivo é fomentar a cultura, incentivar o turismo local, promover lazer à população e valorizar as festividades populares. A escolha de atração nacionalmente reconhecida, como a dupla Thalles e Junior, busca garantir a atratividade do evento, o fortalecimento da identidade cultural e a ampliação da participação popular, resultando em benefícios diretos e indiretos à economia local, especialmente para os setores de comércio e serviços.

2.3. A fundamentação para a contratação direta, bem como a definição dos quantitativos, justificativas técnicas e escolha da solução, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar anexo a este Termo de Referência, elaborado em conformidade com as diretrizes legais e considerando a viabilidade técnica, jurídica e orçamentária da contratação.

2.4. A presente contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente em seus dispositivos que tratam da contratação por inexigibilidade de licitação, tendo em vista a natureza singular do objeto e a notória especialização do artista contratado. Também se observará o Decreto Municipal nº



3 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.2. Considerando a natureza singular do objeto – apresentação artística de atração consagrada pela crítica especializada ou pela opinião pública – e a inviabilidade de competição decorrente da exclusividade da representação, a solução mais adequada para o atendimento da necessidade administrativa é a formalização direta do contrato, por inexigibilidade de licitação.

3.3. O contrato será firmado com prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados do primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), conforme previsto neste Termo de Referência, período considerado suficiente para garantir a realização do objeto dentro das condições operacionais, administrativas e legais.

3.4. A celebração do contrato administrativo por inexigibilidade de licitação apresenta vantagens à Administração, tais como:

- a) **Segurança jurídica**, com respaldo legal na Lei nº 14.133/2021;
- b) **Eficiência e economicidade**, evitando custos com processos licitatórios inviáveis para o caso;
- c) **Responsabilidade contratual** definida, com atribuições claras entre as partes;
- d) **Planejamento adequado**, com prazo contratual compatível com os preparativos e execução do evento;
- e) **Controle e fiscalização**, permitindo o acompanhamento da execução conforme as cláusulas contratuais pactuadas.



3.5. Ressalta-se que, por se tratar de contratação por inexigibilidade voltada à execução de evento único e previamente agendado, não há previsão de prorrogação automática da vigência contratual, sendo eventual extensão condicionada às hipóteses legais previstas nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa formal da Administração.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa estará encarregada a cumprir as especificações deste Termo de Referência, para plena execução do objeto contratado.

4.2. QUANTO AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE DEVEM SER OBSERVADOS OS SEGUINTE REQUISITOS:

- a) Adotar, sempre que possível, práticas que minimizem impactos ambientais durante a execução do show, tais como a redução de resíduos, uso consciente de energia elétrica e água, e descarte adequado de materiais;
- b) Estimular condutas de responsabilidade socioambiental no escopo de suas atividades, especialmente quanto ao tratamento adequado de resíduos gerados no backstage, camarins e demais áreas sob sua responsabilidade;
- c) Evitar qualquer conduta discriminatória ou que possa violar direitos humanos no tratamento de seus colaboradores, artistas e equipe de apoio.

No caso específico da contratação de show artístico por inexigibilidade, os critérios de sustentabilidade previstos na Lei 14.133/2021 (art. 11, §1º) podem ser observados de forma limitada, uma vez que o objeto não envolve bens ou serviços que tenham impacto ambiental direto e mensurável como em fornecimentos contínuos, obras ou logística operacional complexa.

4.3. DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS PARA A CONTRATAÇÃO DO SHOW ARTÍSTICO

- a) Carta de exclusividade emitida pelo empresário ou agente exclusivo da atração artística, contendo autorização expressa para negociação e contratação do show;
- b) Documentação que comprove a consagração pela crítica especializada e pelo público, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a exemplo de:
 - Certificados, reportagens, prêmios ou reconhecimentos de público;





jurídica, fiscal e técnica exigidas para a contratação.

4.4.2. DA CONTRATANTE:

- a) Garantir as condições mínimas para a realização do evento, tais como infraestrutura física adequada no local da apresentação, som, palco, iluminação, painel de Led, alimentação, hospedagem, abastecimento de camarim, apoio operacional, carregadores, direitos autorais, segurança pública, liberação de licenças e autorizações necessárias;
- b) Fornecer à contratada todas as informações e documentos necessários à execução do objeto;
- c) Realizar o pagamento conforme as condições estabelecidas no contrato, mediante apresentação de nota fiscal válida e após a devida conferência da execução do objeto;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados, lavrando relatórios e registros de conformidade ou eventual não conformidade, para controle e responsabilização, quando for o caso.

4.5. SUBCONTRATAÇÃO:

4.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto da contratação.

4.6. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1.1. O show de Thalles e Junior será realizado de acordo com a agenda previamente acordada entre as partes, garantindo que todas as condições operacionais estejam alinhadas. A execução será feita conforme o cronograma estabelecido na proposta, respeitando os horários definidos e as exigências logísticas acordadas entre o representante exclusivo e a Prefeitura Municipal de Itarana.

5.1.2. O serviço poderá ser rejeitado, total ou parcialmente, caso não atenda às



especificações técnicas e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às condições previstas na proposta apresentada, cabendo à contratada promover, às suas expensas, as correções ou substituições necessárias no prazo estipulado pela Administração.

5.1.3. A contratada será responsável pela montagem, execução e desmontagem de toda a estrutura do show, incluindo a coordenação das equipes técnicas e artísticas envolvidas. A Prefeitura Municipal de Itarana não terá nenhuma responsabilidade por custos adicionais relacionados à infraestrutura, transporte ou equipamentos, salvo quando expressamente acordado em cláusulas específicas do contrato.

5.1.4. O show será realizado no local previamente estabelecido, com datas e horários ajustados de acordo com a disponibilidade das partes. Caso haja necessidade de alteração de data ou local, a contratada deve comunicar à Prefeitura com antecedência mínima de 10 dias, para que ajustes logísticos sejam feitos, sem prejuízo da execução do contrato.

5.1.5. Caso seja necessário a execução do show fora do horário previamente estipulado, como em eventos especiais ou exigências da Administração Municipal, a contratada deverá estar disponível para atender a essas condições, mediante ajuste de valores e prazos, de acordo com a natureza da solicitação.

5.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA O SHOW

5.2.1. A contratada deverá garantir que os artistas estejam vestidos de acordo com as normas e expectativas do evento, respeitando o padrão de imagem do show e da Prefeitura Municipal. A produção do evento deverá incluir todos os aspectos relacionados à apresentação pública, como vestuário, maquiagem e acessórios, conforme acordado entre as partes.

5.2.2. A apresentação deverá respeitar os valores sociais, culturais e educativos da festividade, sendo vedada a exibição de conteúdo que contenha conotação ofensiva, discriminatória, obscena ou que contrarie os princípios da moralidade administrativa.

5.2.3. A equipe da contratada, incluindo os artistas, deverá manter conduta profissional, cordial e compatível com o ambiente institucional do evento, sob pena de registro de ocorrência e aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

5.3. EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES



5.3.1. A contratada será responsável pela coordenação e execução dos serviços de transporte de artistas, equipamentos e demais itens necessários para a realização do show. A logística de transporte deve ser planejada com antecedência, garantindo que todos os itens sejam entregues no local com segurança e no prazo estipulado. Quaisquer custos adicionais relacionados ao transporte, que não estejam previstos no orçamento do contrato, devem ser informados com antecedência.

5.3.2. A contratada será responsável por providenciar, instalar e operar, por meios próprios e às suas expensas, todos os equipamentos, estruturas e serviços técnicos complementares indispensáveis à realização do show, de forma a preservar o padrão técnico e artístico característico da apresentação. Isso inclui, entre outros, a montagem e desmontagem de sistemas de painéis de LED, efeitos especiais, e demais itens desde que não fornecidos diretamente pela Prefeitura como parte da estrutura básica do evento.

5.3.3. A contratada deve garantir que as condições de alimentação e descanso para os artistas e equipe estejam em conformidade com as necessidades do evento.

5.3.4. A contratada deverá garantir que o local do evento esteja limpo e organizado antes, durante e após o show. Isso inclui serviços de limpeza do espaço, remoção de lixo e cuidados gerais com a manutenção do ambiente. A contratada deverá disponibilizar uma equipe de limpeza para agir de maneira eficiente e ágil, mantendo o local seguro e apresentável para o público.

5.3.5. A contratada deverá providenciar a segurança específica voltada à apresentação artística, especialmente no que se refere ao controle rigoroso de acesso à área do palco durante a realização do show, permitindo a entrada apenas de pessoas devidamente autorizadas pela equipe técnica e de produção do artista. Caberá à contratada garantir o monitoramento constante da área, prevenindo situações que possam comprometer a integridade física dos artistas, da equipe técnica e do público presente, podendo solicitar o auxílio da segurança desarmada contratada pela Prefeitura Municipal de Itarana.

5.3.6. Durante a execução do show, a contratada deverá manter uma equipe técnica de suporte no local para resolver problemas que possam surgir com a infraestrutura ou equipamentos. Caso haja falhas no sistema de som, iluminação ou outros itens técnicos essenciais para a realização do evento, a contratada se compromete a junto a contratante solucionar o problema de maneira rápida e eficaz, sem prejudicar o andamento da apresentação.



5.5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DO SHOW DE THALLES E JUNIOR

5.5.1. O pagamento referente à contratação do show de Thalles e Junior será realizado conforme as condições específicas acordadas entre as partes, em consonância com as disposições legais aplicáveis. A proposta de pagamento estipula uma antecipação de 50% do valor total do contrato até 10 (dez) dias após a assinatura e publicação do contrato, com o saldo remanescente de 50% a ser pago até 10 (dez) dias úteis após a execução do show, conforme os termos acordados pela contratante e a contratada.

5.5.2. A antecipação de 50% do valor contratual, como previsto na proposta de pagamento, é justificada pela contratada com base na negociação do valor do show, que ficou abaixo da média praticada em contratações públicas recentes de artistas de renome. Esse valor reduzido, somado à solicitação da antecipação, tem como finalidade garantir o compromisso financeiro da contratante, permitindo à contratada cobrir custos antecipados com a preparação e logística do evento, como transporte de equipamentos, contratação de equipe técnica e contratação de serviços auxiliares necessários para a execução do show.

5.5.3. A antecipação de valores no contexto de contratações públicas está regulamentada pelo art. 145 da Lei nº 14.133/2021. O pagamento antecipado, de acordo com o referido artigo, é admitido em caráter excepcional, desde que haja uma justificativa formal no processo licitatório, demonstrando a indispensabilidade do adiantamento para a boa execução do contrato e a otimização do uso de recursos públicos. No caso específico da contratação do show de Thalles e Junior, o adiantamento se justifica pela necessidade de garantir a realização do evento conforme os requisitos acordados, incluindo a contratação de toda a infraestrutura técnica e logística necessária para a apresentação.

5.5.4. A Lei nº 14.133/2021 exige que, para a prática de antecipação de pagamento, a cláusula de pagamento esteja expressamente prevista no contrato. No caso do show de Thalles e Junior, essa cláusula já foi acordada entre as partes e está devidamente formalizada no contrato, conforme as especificações do item 7.4 do Estudo Técnico Preliminar (ETP). A antecipação de 50% será paga conforme o cronograma estabelecido, desde que todas as condições formais de execução do contrato sejam atendidas pela contratada, com a devida entrega dos serviços e cumprimento das obrigações acordadas.

5.5.5. O art. 145 da Lei nº 14.133/2021 também prevê que, caso haja a antecipação de pagamento, o gestor público deve avaliar a exigência de garantia adicional para a



mitigação de riscos relacionados ao inadimplemento por parte da contratada. No caso da contratação do show, a Prefeitura Municipal de Itarana, em consulta com a assessoria jurídica, poderá avaliar a necessidade de exigir uma garantia adicional da contratada, como caução, seguro ou fiança bancária, para assegurar que o valor antecipado será utilizado conforme o planejamento acordado, e que o show será executado de acordo com as condições pactuadas no contrato.

5.5.6. O saldo remanescente de 50% será pago até 10 (dez) dias úteis após a execução do show, conforme estipulado no contrato. Este pagamento será realizado após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais pela contratada, incluindo a execução do show e o cumprimento das condições de infraestrutura e serviços complementares acordados. A Prefeitura Municipal de Itarana se compromete a realizar o pagamento do saldo remanescente de forma célere, desde que todas as condições previstas no contrato tenham sido atendidas e que o show tenha sido executado de acordo com as especificações técnicas e operacionais previstas.

5.5.7. Caso ocorra qualquer atraso no pagamento das parcelas acordadas, será aplicada a penalidade prevista no contrato, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. O atraso poderá gerar juros, multa e outras penalidades que garantam a execução do contrato de maneira eficiente e a proteção dos interesses da Administração Pública.

5.5.8. As condições de pagamento para a contratação do show de Thalles e Junior estão em conformidade com as normas da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à transparência, à justificativa formal para a antecipação de pagamento e à proteção dos recursos públicos. A estrutura contratual foi desenhada para garantir que a execução do show ocorra sem prejuízos financeiros à Administração Pública, com os devidos controles e procedimentos legais estabelecidos.

5.6. COMUNICAÇÃO FORMAL

5.6.1. Toda comunicação entre as partes deverá ser formalizada por escrito, e será considerada válida se enviada para os endereços eletrônicos ou físicos fornecidos no contrato. A Administração poderá notificar o fornecedor sobre qualquer descumprimento das cláusulas contratuais, e o fornecedor deverá tomar as providências necessárias dentro do prazo estabelecido, que não poderá ultrapassar 5 (cinco) dias úteis após a notificação.

5.7. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR



5.7.1. Para garantir a perfeita execução deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990.

6 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. As condições contratuais deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas previstas, no Edital de Licitação e seus anexos e dentro das normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura da ARP ou contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) indicado(s) pela(s) Unidade(s) Requisitante(s), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput; Decreto Municipal nº 2011/2024, em especial os artigos 223 a 225).

6.6. Os responsáveis por impulsionar o processo de contratação foram os membros da Comissão de Planejamento das Contratações (CPC), instituída através da Portaria nº 1.494/2024.

6.7. Para a fiscalização teremos a figura do Fiscal Administrativo, cujas atribuições estão descritas na Instrução Normativa SCL nº 06/2015.

6.7.1. Para garantir o adequado acompanhamento e fiscalização das atividades, a designação dos fiscais administrativos e técnicos responsáveis por cada área de atuação, foi formalmente elaborado e encontra-se anexado a este documento o **Termo de**



Indicação/Designação de Gestor e Fiscal de Contrato. O referido termo define as responsabilidades e atribuições de cada fiscal designado, visando assegurar o cumprimento das diretrizes e obrigações estabelecidas.

6.8. Os responsáveis pela gestão do contrato serão os secretários municipais, que terão a incumbência de supervisionar sua execução, assegurar o cumprimento das cláusulas estabelecidas e garantir que todas as obrigações sejam atendidas até sua vigência final.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma, sendo 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato até 10 (dez) dias após a assinatura e publicação do contrato, com o saldo remanescente de 50% (cinquenta por cento) a ser pago até 10 (dez) dias úteis após a execução do show mediante a emissão da nota fiscal que deverá ser enviada via e-mail sedecult@itarana.es.gov.br ou entregue à Secretaria requerente, juntamente com os documentos de regularidades fiscais e tributárias exigidas no procedimento de contratação. Estes documentos depois de conferidos e revisados, serão encaminhados para pagamento;

7.1.1. A CONTRATANTE realizará o pagamento nos prazos estipulados e da apresentação do documento fiscal correspondente.

7.1.2. Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF * \frac{0,33}{100} * ND$$

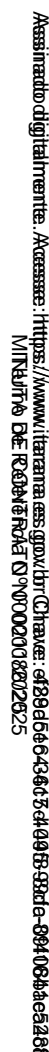
Onde:

VM = Valor da Multa Financeira;

VF = Valor da Nota Fiscal;

ND = Número de dias em atraso.

7.2. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), ou outra circunstância impeditiva, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à empresa CONTRATADA para correção, sendo que o recebimento definitivo será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo



7.8. É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste contrato.

III - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



8.3. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- b) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- d) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- f) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



8.3.1.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do prestador, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste termo de referência;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do prestador, relativa à atividade em cujo exercício credencia ou concorre;
 - f.1) Caso o prestador seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto deste termo de referência, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - f.2) O prestador enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.



123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, e inciso II) ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, conforme Acórdão de Relação TCU 8271/2011-Segunda Câmara;

8.3.1.3.1. Fica dispensada apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, nas circunstâncias previstas no art. 70, III da Lei n.º 14.133 de 2021 e à luz do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

8.3.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Carta de exclusividade emitida pelo empresário ou agente exclusivo da atração artística, contendo autorização expressa para negociação e contratação do show;

b) Documentação que comprove a consagração pela crítica especializada e pelo público, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a exemplo de:

- Certificados, reportagens, prêmios ou reconhecimentos de público;
- Registros de apresentações em eventos de grande porte ou participação em mídia nacional;
- Presença em rankings de popularidade, plataformas de streaming ou premiações artísticas relevantes.

c) Declaração do proponente de que assumirá total responsabilidade pela execução da apresentação, incluindo aspectos técnicos, logísticos e contratuais

8.3.1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES / DECLARAÇÕES

8.3.1.5.1. Declaração subscrita atestando que:

a) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da



- obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
 - c) Que a proposta foi elaborada de forma independente;
 - d) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - e) Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991

9 - ESTIMATIVA(S) DO VALOR(ES)

9.1. A contratação da dupla Thalles e Junior está proposta pelo valor total de **R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais)**, considerado compatível com os preços usualmente praticados em contratações similares por entes da Administração Pública, conforme evidenciado na pesquisa de mercado realizada. O valor ofertado contempla todos os encargos e despesas inerentes à apresentação artística, tais como cachê, deslocamentos terrestre e aéreo, efeitos de palco, equipamentos técnicos, serviços de montagem e operação, insumos, tributos e remuneração da equipe técnica e artística envolvida.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Ficha/Fonte: 422/1500

17 - DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

17.1. Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a



envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

17.1.1. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

17.1.2. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

17.1.2.1. Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

17.1.2.2. Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

17.1.2.3. Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

17.2. Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

17.2.1. As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

17.2.2. A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

17.3. Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais



ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

17.3.1. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

17.3.2. As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

17.4. Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

17.5. Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

17.5.1. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

17.5.2. A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

17.5.3. A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.



17.5.4. Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

17.6. Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

18 - DAS SANÇÕES

18.1. As falhas de execução, a inexecução parcial ou total da presente aquisição está sujeita às sanções administrativas estabelecidas nos arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- b) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do instrumento de contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do instrumento de contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução do instrumento de contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as



seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Instrumento de contratação, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);

d) Multa:

1. Moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo:

1.1 - 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

1.2 - 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

1.3 - 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

1.4 - Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 18.2, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.

3. Compensatória, para a inexecução total do instrumento de contratação prevista na alínea “c” do subitem 18.2, de 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.



4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 18.2, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Instrumento de contratação.
5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 18.2, a multa será de 5 % (cinco por cento) do valor do Instrumento de contratação.
6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 18.2, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Instrumento de contratação.
7. Compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
 - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
 - c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
 - e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
 - f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
 - g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
 - h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
 - i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
 - k) deixar de repor funcionários faltosos;
 - l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
 - m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;



o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

18.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 18.3 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

18.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

18.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

18.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

18.9.1. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia:

18.9.2. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da



penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

18.9.3. O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea “a” do subitem 18.2 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

18.9.4. O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do instrumento de contratação, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

18.9.5. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021.

18.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e instrumento de contratação da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Instrumento de contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos



aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

18.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

18.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

18.15. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do instrumento de contratação;

18.16. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

18.17. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do instrumento de contratação, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

19 - DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

19.1. Nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa TCEES 68/2020, detalhamos informativo dos atos de responsabilidades pela elaboração deste instrumento, como segue:

Elaboração:



Assinado por JHEFFILY DE SOUZA ZEQUINI
143.***.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
09/07/2025 13:31:08

JHEFFILY DE SOUZA ZEQUINI
Chefe de Serviço
Matrícula n ° 006934.

Autoridade responsável:

Assinado por ANDRE FIOROTTI 111.***.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
09/07/2025 13:32:04

ANDRÉ FIOROTTI
Secretário Municipal de Desporto, Cultura e Turismo
Portaria n ° 007/2025.

Assinado digitalmente. Assinatura: https://www.itarana.es.gov.br/Chave: a189d5e6-436c-5d-090b-93da-0940b4e5268
MUNICÍPIO DE ITARANA 09/07/2025



DECLARAÇÃO UNIFICADA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA-ES

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, estabelecida na Rua Antônio Barbosa de Souza, s/n – Quadra 17 Lote 7 – bairro Augusto Jose Valente II – Posse/GO - CEP 73.906-042, inscrita no CNPJ sob nº: 28.906.468/0001-69, neste ato representada legalmente pelo Senhor Thalisson Felipe Vieira de Souza, no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, sob as penas da Lei e para fins de participação no presente certame, que:

a) a empresa recebeu cópias de todos os instrumentos que compõem a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** em epígrafe, bem como possui todas as informações necessárias à formulação da proposta, e, ainda, que tem conhecimento das condições locais, necessárias à execução do objeto ora licitado, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

b) cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências estabelecidos no instrumento convocatório.

c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima

d) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

e) que inexistente fato impeditivo a sua participação na **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** em epígrafe e, ainda, que não está impedida de participar de licitações de quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública.

f) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III d art. 5º da Constituição Federal;

h) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

i) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, d 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o



propósito de execução e acompanhamento do objeto licitado, não podendo divulgar, revelar, produzir utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

j) que a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante / Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

k) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

l) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;


m) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

n) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

o) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Por ser verdade assina a presente.

Posse/GO, 09 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**
Data: 09/07/2025 09:43:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA

CNPJ sob nº 28.906.468/0001-69



DECLARAÇÃO UNIFICADA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA-ES

THALISSON FELIPE VIERA DE SOUZA ME, estabelecida na RUA ANTONIO BARBOSA DE SOUZA, S/N, QD 17 LT 07 – POSSE – GO - inscrita no CNPJ sob nº 28.906.468/0001-69, neste ato representada pelo seu THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA no uso de suas atribuições legais, vem: **DECLARAR**, sob as penas da Lei e para fins de participação no presente contratação, que:

a) Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

b) Não possuir no quadro de pessoal empregado(s) menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988;

c) Que não utilizamos de trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) Que conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação;

e) Que até a presente data inexistem fato(s) superveniente impeditivo(s), bem como não nos encontramos em estado de inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública;

f) Não possuímos em nosso quadro societário servidor público ou dirigente do poder executivo do Município de Itarana, Fundos e/ou Fundações municipais, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

g) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la. Por ser verdade assina a presente.

Posse /GO, 29 de maio de 2025

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA
Data: 29/05/2025 14:36:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA

THALLES E JUNIOR

CNPJ: 28.906.468/0001-69



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 13/08/2025 13:11:04

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA**
CNPJ: **28.906.468/0001-69**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



**ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITO**

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 54422548

IDENTIFICAÇÃO:

NOME: THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA	CNPJ 28.906.468/0001-69
---	--

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do art. 68 da Leinr. 14.133, de 01 de abril de 2021.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.
A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:
<https://goias.gov.br/economia/>
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.635.998.560	EMITIDA VIA INTERNET
-------------------------------------	-----------------------------

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 28.906.468/0001-69
Razão Social: THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA 04728541193
Endereço: RUA ANA RODRIGUES DE SOUZA SN QUADRA 10 LOTE 09 / SETOR GUARANI / POSSE / GO / 73900-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/08/2025 a 11/09/2025

Certificação Número: 2025081309444980543439

Informação obtida em 13/08/2025 12:59:49



A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**




DESPACHO


DE: CIDADES CONTRATAÇÕES - CÓDIGO
PARA: PROCURADORIA


FEITA A RETIFICAÇÃO CONFORME SOLICITADO NO PÁG. 192;
SEGUE PROCESSO PARA O SETOR JURÍDICO.





128.185.837-48
036E0700001 - PMI


**Contratações**



Remessa de dados



Retificação





Transferências


Consultas




Painel de contratações


Dúvidas



 Início >  Contratação >  Contratações > Prefeitura Municipal de Itarana > 2025.036E0700001.10.0024

Identificação: 2025.036E0700001.10.0024
Valor estimado: R\$ 65.000,00
Processo administrativo: 003204/2025
Autuação: 09/07/2025
Natureza: 10 - Inexigibilidade de Licitação
Tipo: 01 - Serviços
Objeto: Contrato a ser celebrado com a empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, CNPJ Nº 28.906.468/0001-69, detentora da representação de exclusividade da DUPLA THALLES & JUNIOR, no dia 10 de outubro de 2025, para a 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo, a ser realizada no Estádio Municipal "Domingos André Coan", no município de Itarana/ES.

 Detalhes  Itens retificados

Não há dados enviados para esta contratação.

ATENCIOSAMENTE,

LARA REGINA FIOROTTI RIZZI
Matrícula 006891





PARECER

Processo Administrativo: nº 003204/2025

Requerente: Secretaria Municipal de Desporto Cultura e Turismo (SEDECULT)

Assunto: Análise da MINUTA DE CONTRATO a ser celebrado com a empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, CNPJ nº 28.906.468/0001-69, detentora da representação de exclusividade da DUPLA THALLES & JUNIOR, no dia 10 de outubro de 2025, para a 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo, a ser realizada no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, no município de Itarana/ES.

RETIFICAÇÃO DO PARECER (EVENTO 31)

EMENTA: Parecer Jurídico. Direito administrativo. Licitação. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Da 47ª CONCENTRAÇÃO COMUNITÁRIA, FESTA DOS ITARANENSES AUSENTES E FEIRA DO AGROTURISMO, a ser realizada no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, no município de Itarana/ES. Base legal no art. 74, II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 2011/2024 e Decreto Municipal nº 2013/2024. Cabimento. Parecer neste sentido.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SEDECULT) para análise da minuta de contrato a ser celebrado entre o Município de Itarana-ES e a empresa Thalisson Felipe Vieira de Souza, inscrita no CNPJ sob o nº 28.906.468/0001-69, detentora da representação de exclusividade da dupla Thalles & Júnior, visando à apresentação artística no dia 10 de outubro de 2025, por ocasião da 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo, a ser realizada no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, no município de Itarana/ES.

Os autos retornaram a esta Procuradoria Municipal para manifestação acerca da necessidade de correção do valor da contratação, tendo em vista que, na primeira minuta do contrato, constava o montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), enquanto na nova minuta apresenta-se o valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), este sim correspondente ao valor correto constante da proposta inicial da



banda, estando em plena conformidade com os demais instrumentos técnicos que compõem o presente procedimento licitatório.

Constam dos autos o Estudo Técnico Preliminar, o Documento de Formalização de Demanda e o Termo de Referência.

A Comissão de Planejamento e Contratações realizou análise técnica da documentação e verificou a inexistência de irregularidades na tramitação do procedimento, opinando pela inexistência de óbices para prosseguimento da contratação por inexigibilidade de licitação, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Ainda, encontram-se nos autos as certidões de regularidade fiscal da contratada, bem como a indicação correta da dotação orçamentária e ficha fonte.

O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados do dia seguinte à publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), conforme expressa previsão contida na Lei nº 14.133/2021.

Todas as cláusulas contratuais estão devidamente indicadas na Minuta do Contrato, conforme indicado pela Comissão de Planejamento e Contratações, preenchendo assim, as regras estabelecidas na nova legislação sobre contratação pública.

Os documentos para fins de habilitação estão previstos no Termo de Referência anexo I, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

A contratação será realizada por meio de inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, inciso II, da Lei 14.133/2021, considerando que o serviço a ser prestado exige a contratação de um profissional ou empresa com notória especialização na área em que atua.

É o relatório. Segue o parecer.

Primeiramente, cumpre salientar que o presente parecer tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe.

Destarte, à luz do artigo 53, da Lei nº 14.133/21, incumbe a este órgão de Assessoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo imiscuir acerca da conveniência ou da oportunidade dos atos praticados pelo órgão gestor.



Cuida-se de análise jurídica acerca da legalidade da contratação direta, com fundamento na inexigibilidade de licitação, da empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, CNPJ Nº 28.906.468/0001-69, detentora da representação de exclusividade da DUPLA THALLES & JUNIOR, no dia 10 de outubro de 2025, para a 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo, a ser realizada no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, no município de Itarana/ES.

O valor global do presente contrato é de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil) reais.

A justificativa para a contratação baseia-se no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a inexigibilidade de licitação nos seguintes termos:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
(...)
II – contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

A contratação de artistas para festividades públicas é reconhecida como hipótese de inviabilidade de competição, quando presentes os seguintes requisitos legais:

- profissional do setor artístico;
- consagrado pela crítica especializada ou opinião pública;
- contratação direta ou por intermédio de empresário exclusivo.

No caso sob exame, a empresa contratada apresentou documentação apta a demonstrar a exclusividade na representação da DUPLA THALLES & JUNIOR, além da notoriedade do artista, consagrados pelo público nacional e por mídias especializadas.

A apresentação de declaração de exclusividade com firma reconhecida, combinada com evidências da projeção pública do cantor. A contratação da atração artística se mostra imprescindível para o atendimento da programação oficial do evento municipal a ser promovido pela Prefeitura de Itarana/ES, inserido no calendário cultural do município.

Trata-se de uma iniciativa pública voltada à valorização das manifestações culturais e ao fortalecimento das tradições locais, em consonância com os princípios constitucionais da promoção da cultura (art. 215 da CF/88) e do estímulo ao turismo como vetor de desenvolvimento econômico e social.

Nesse contexto, a escolha da DUPLA THALLES & JUNIOR, artista de reconhecimento nacional, visa assegurar a atratividade do evento, ampliar o alcance do público e fortalecer o sentimento de pertencimento da comunidade.

A presença de uma atração de renome contribui significativamente para a mobilização regional em torno do evento, incentivando o fluxo de visitantes, estimulando a



economia local — em especial os setores de comércio, alimentação, hospedagem e serviços — e promovendo o lazer, a integração social e o desenvolvimento cultural.

A medida também se coaduna com os objetivos da Administração Pública de fomentar políticas públicas culturais, valorizar as festividades populares e promover ações que impactem positivamente a vida dos cidadãos, consolidando o evento como referência regional e instrumento de valorização da identidade cultural itaranense.

O entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU) respalda a contratação de artistas por inexigibilidade de licitação, conforme exemplifica o Acórdão TCU nº 1.501/2006 – Plenário, que estabelece:

“É legítima a contratação de artistas por inexigibilidade de licitação, desde que atendidos os requisitos da inviabilidade de competição e da consagração do artista pela crítica especializada ou opinião pública, sendo imprescindível a apresentação de documentos que comprovem a exclusividade da representação e a notoriedade do contratado.”

No mesmo sentido, o Acórdão TCU nº 2.062/2015 – Plenário reforça:

“A contratação de artista por inexigibilidade de licitação exige documentação que comprove: (i) a consagração pela crítica ou opinião pública; (ii) a contratação direta ou por empresário exclusivo; e (iii) a compatibilidade de valores com os praticados no mercado.”

<https://www.tcu.gov.br>

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES), no Acórdão nº 1.234/2020, firmou posição semelhante:

“É legal a contratação direta de artistas para festividades públicas, desde que demonstrada a inviabilidade de competição, a exclusividade na representação e a notoriedade do artista contratado.”

<https://www.tcu.gov.br>

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) também reconhece a inexigibilidade de licitação para contratação de artistas consagrados, quando presentes os requisitos legais. No julgamento do Recurso Especial nº 1.183.825/SP, a Corte afirmou:

“É inexigível a licitação na contratação de artista consagrado pela crítica ou opinião pública, sendo irrelevante a existência de outros artistas com estilo semelhante. A singularidade do objeto decorre da identidade artística do contratado, que não pode ser substituído por outro, ainda que do mesmo gênero musical.”

(REsp 1.183.825/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 03/06/2010)



A doutrina igualmente reconhece a legalidade da contratação direta de artistas notoriamente conhecidos, por meio de empresário exclusivo, em razão da inviabilidade de competição. A professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina:

“A inexigibilidade de licitação é cabível quando o objeto contratado possui singularidade e a competição é inviável, desde que demonstrada a notória especialização do prestador de serviços.”

(DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.)

A regra é a exigência do procedimento licitatório, como decorrência do princípio da legalidade (art. 37, *caput*, da Constituição Federal), que impõe à Administração Pública a estrita observância da lei em todos os seus atos.

Nesse sentido, embora a inexigibilidade de licitação esteja prevista no art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021, é imprescindível que o processo administrativo esteja devidamente instruído com documentos que comprovem a inviabilidade de competição e a notória especialização do artista contratado.

O presente parecer tem por objetivo analisar a legalidade da contratação direta da empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, CNPJ Nº 28.906.468/0001-69, detentora da representação de exclusividade da DUPLA THALLES & JUNIOR, no dia 10 de outubro de 2025, para a 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil) reais. O contrato, no referido valor, fundamenta-se na inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos.

O art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que a licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição, em razão da singularidade do objeto a ser contratado, desde que demonstrada a notória especialização do prestador de serviços.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; (GRIFO NOSSO)

No caso em análise, a contratação da DUPLA THALLES & JUNIOR, no dia 10 de outubro de 2025, configura-se como um serviço de natureza artística, técnico-especializado e de singularidade, atendendo aos requisitos legais para a dispensa de licitação.

A jurisprudência dos Tribunais de Contas tem consolidado o entendimento de que a contratação de artistas para eventos culturais e festividades públicas pode ser realizada por inexigibilidade de licitação, desde que comprovada a notoriedade e a



especialização do profissional, bem como a inviabilidade de competição. Nesse sentido, destacam-se os seguintes julgados:

Acórdão TCU nº 2.345/2019: Reconheceu a inexigibilidade de licitação para contratação de artistas em eventos culturais, desde que demonstrada a singularidade do serviço e a notória especialização do contratado.
<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/jurisprudencia-selecionada/singularidade/>

Acórdão TCE/ES nº 1.234/2020: Entendeu que a contratação direta de artistas para festividades públicas é legítima quando atendidos os requisitos legais e comprovada a inviabilidade de competição.

O **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, por sua vez, já decidiu que:

“A contratação direta de artista consagrado é medida excepcional que depende da demonstração concreta da inviabilidade de competição, devendo a Administração Pública instruir o processo com documentos que evidenciem a exclusividade e a notoriedade artística” (TJSP, Apelação Cível nº 1001283-76.2020.8.26.0073, Rel. Des. Eduardo Gouvêa, j. 02/06/2021).

Dessa forma, é imprescindível que conste nos autos:

- o **instrumento de representação exclusiva** firmado entre a empresa contratada e os artistas;
- **declaração do empresário exclusivo**, com firma reconhecida, afirmando que a contratação só pode ser realizada por meio da referida empresa;
- **comprovações de consagração pública e crítica especializada**, por meio de reportagens, mídias oficiais, ranking de execuções em plataformas de streaming e outros documentos hábeis;
- e **pesquisa de preços** que demonstre a compatibilidade do valor contratado com os valores praticados para o mesmo artista em outros eventos similares.

A contratação da DUPLA THALLES & JUNIOR justifica-se pela sua notória especialização e singularidade artística, características que o tornam com exclusividade no mercado musical.

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pela equipe técnica da Prefeitura de Itarana demonstrou que o artista atende às expectativas do público e contribui para o sucesso do evento, reforçando os aspectos culturais, sociais e econômicos **FESTIVIDADES DA 47ª CONCENTRAÇÃO COMUNITÁRIA, FESTA DOS ITARANENSES AUSENTES E FEIRA DO AGROTURISMO DE ITARANA, A OCORRER ENTRE OS DIAS 10 E 12 DE OUTUBRO DE 2025.**

A doutrina especializada também reforça que a contratação direta de artistas é cabível quando o serviço possui características únicas e insubstituíveis. Nesse sentido, destacam-se os ensinamentos de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que afirma:



"A inexigibilidade de licitação é cabível quando o objeto contratado possui singularidade e a competição é inviável, desde que demonstrada a notória especialização do prestador de serviços."

A contratação direta do artista atende ao interesse público, uma vez que garante a qualidade do evento e a satisfação do público, além de otimizar os recursos públicos ao evitar os custos e a morosidade de um processo licitatório.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 74, II, reforça que a inexigibilidade de licitação deve ser utilizada para garantir a eficiência e a economicidade na administração pública.

A minuta de contrato apresentada está em conformidade com os requisitos legais, estabelecendo cláusulas que garantem a transparência e a legalidade do procedimento.

O prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias nos termos da Lei nº 14.133/2021, está adequado às necessidades do evento.

É imprescindível, no entanto, que constem nos autos do processo administrativo:

- cópia da declaração de exclusividade firmada pelo empresário com firma reconhecida;
- documentação que comprove a notoriedade do artista (mídia especializada, histórico de apresentações, popularidade, etc.);
- pesquisa de preços que comprove a compatibilidade do valor contratado com os praticados no mercado.

DIANTE DO EXPOSTO, conclui-se que a contratação da empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, CNPJ Nº 28.906.468/0001-69, detentora da representação de exclusividade da DUPLA THALLES & JUNIOR, no dia 10 de outubro de 2025, no Estádio Municipal "Domingos André Coan", durante as **FESTIVIDADES DA 47ª CONCENTRAÇÃO COMUNITÁRIA, FESTA DOS ITARANENSES AUSENTES E FEIRA DO AGROTURISMO DE ITARANA, A OCORRER ENTRE OS DIAS 10 E 12 DE OUTUBRO DE 2025**, pelo valor total de R\$ 65.000,00 (Cento e cinco mil) reais, enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, prestado por profissional de notória especialização e singularidade artística.

Recomenda-se, contudo, que a **Administração Pública comprove**, por meio de **documentação adequada**, a **notoriedade e a especialização do artista**, bem como a **inviabilidade de competição**, a fim de resguardar a **legalidade e a transparência** do procedimento.

O **agente público deverá cumprir o disposto na Instrução Normativa nº 68/2020** do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, no que se refere às publicações e



remessas de contratações ao referido anexo VI, **quanto ao código CIDAES**, para que surtam os efeitos legais de controle externo.

Itarana/ES, 14 de agosto de 2025.

PAULO SÉRGIO RIZZO

Procurador Municipal - OAB/ES 8.330



DESPACHO

ASSUNTO: Contratação show musical com a dupla Thalles&Junior para apresentação na 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo de Itarana.

Do: Prefeito Municipal

Para: CPL – Comissão Permanente de Licitação

Processo de origem: Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo

Requerimento nº: 003204/2025

Prezados,

Segue processo para que seja realizado o lançamento no sistema, após ao setor de contratos públicos para que seja feito o contrato com a empresa **THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA – CNPJ Nº 28.906.468/0001-69**, no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

Após a publicação do contrato encaminhar o processo a Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo para emissão da Autorização de Empenho AE, em seguida ao setor de contabilidade para empenho e posterior pagamento.

Itarana/ES, 20 de agosto de 2025.

VANDER PATRICIO

Prefeito do Município de Itarana





DESPACHO

DE: Setor de Licitações

PARA: Procuradoria Municipal

Assunto: Esclarecimento

Processo encaminhado para lançamento no Sistema Compras contratação e integralização com demais sistemas de gestão desse ente e, para futura transmissão de remessa de dados ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento a Instrução Normativa nº 68/2020-TCEES.

Ao lançar no sistema, campo “Parecer Jurídico”, parecer, com as opções de “Favorável” ou “Desfavorável”, não soube qual opção preencher, pois, ao final do documento (parecer), este não trouxe a conclusão final, ou seja, **aprovando ou não**, apenas que o processo enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021, bem como **RECOMENDA** que a **Administração Pública comprove**, por meio de **documentação adequada, a notoriedade e a especialização do artista e a inviabilidade de competição**, a fim de resguardar a **legalidade e a transparência** do procedimento.

A questão de “Aprovação” e/ou “desaprovação”, neste caso, é fundamental para o correto seguimento do processo, pois, se não for comprovada a notória especialização do artista, deverá ser este credenciado e não contrato diretamente.

Um artista que não demonstra notória especialização, mas cuja contratação se faz necessária, pode ser contratado por meio de credenciamento, que é um procedimento administrativo que reúne interessados sem compromisso de contratar, buscando formar uma rede de fornecedores. A inexigibilidade de licitação para notória especialização, segundo a Lei 14.133/2021, exige que o artista seja profissional de notória especialização, que o serviço seja de natureza técnica e intelectual, e que haja um objeto singular.

Encaminho a Vossa senhoria o processo para análise e emissão do parecer jurídico conclusivo, aprovando ou desaprovando o que consta nos autos do processo, em atendimento ao artigo 53 da Lei 14.133/2021.





Após, caso seja pela aprovação na forma que está, retorne o processo para seguimento da integralização; ou, caso seja necessário cumprimento das recomendações postas, retorne os autos a requerente e demais retificações.

Atenciosamente,

MARCELO RIGO MAGNAGO

Agente Contratação

Portaria nº 070/2025





Compras Diretas

- Pedidos em Aberto...
- Não Há Pedidos em Aberto
- Compras Repassadas...
- Há 95 Repassadas
- Itens...
- Não Há Itens Inseridos
- Ordenação de Despesa...
- Não Houve Ordenação de Despesa
- Documentos Exigidos...
- Não Há Documento(s) Exigido(s)
- Documento...
- Documento Não Preparado
- Parecer Jurídico...
- Não Há Parecer(es) Informado(s)
- Fornecedores...
- Não Há Fornecedor(es) Inserido(s)
- Avisos e Publicações...
- Não Há Aviso(s) ou Publicação(ões)
- Habilitação...
- Informe os Documentos
- Respostas Técnicas
- Técnica Não Disponível
- Preços...
- Informe os Itens
- Utilitários de In...
- Informe os Itens
- Registros...
- Não Há Registro(s) E...
- Julgamento...
- Informe os Itens
- Documentos Diver...
- Não Há Documento(s)
- Situação...
- Compra em Andame...

<Ctrl + P> localiza registros <Ctrl + R> relaciona relatório

Consultando

Procedimento: Inexigibilidade Sequência: 00000157
Número: 000028 2025 Abertura: 12/08/2025 09:00 Expedição: 09/07/2025
Processo: 003204 2025 Data: 09/07/2025
Identificação: 2025.036E0700001.10.0024 Natureza: Inexigibilidade de Licitação
Texto: Objeto Justificativa Razão
Contratação da dupla THALLES&JUNIOR, visando à realização de apresentação artística durante as festividades da 147ª Concentração Comunitária, Festa dos taranenses

Compras Diretas - Parecer Jurídico

<Ctrl + P> localiza registros <Ctrl + R> relaciona relatório

Alterando Registro

Modalidade: Inexigibilidade Número: 000028 / Ano: 2025
Nº: 001
Responsável: 0009177 PAULO SÉRGIO RIZZO
Data: 30/07/2025 Tipo: Jurídico - Inexigibilidade Parecer: Desfavorável
Descrição:
Modelo:

Obrigatório

CidadES

Membros...

Total

Fechar



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo: nº 003204/2025

Requerente: Secretaria Municipal de Desporto Cultura e Turismo (SEDECULT)

Assunto: Análise da MINUTA DE CONTRATO a ser celebrado com a empresa THALISSON FELIPE VIEIRA DE SOUZA, CNPJ Nº 28.906.468/0001-69, detentora da representação de exclusividade da DUPLA THALLES & JUNIOR, no dia 10 de outubro de 2025, para a 47ª Concentração Comunitária, Festa dos Itaranenses Ausentes e Feira do Agroturismo, a ser realizada no Estádio Municipal “Domingos André Coan”, no município de Itarana/ES.

Ao Setor de Licitações,

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para análise da possibilidade de contratação direta de banda musical para apresentação artística, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Nos autos (evento 17) constam documentos comprobatórios da notoriedade da banda, consistentes em folders de grandes eventos nacionais nos quais o grupo se apresentou, matérias jornalísticas publicadas em portais de notícias de circulação nacional e regional, bem como números expressivos de visualizações em plataformas de áudio e vídeo, além de elevado engajamento em redes sociais.

O agente de contratação, no evento 44, solicitou manifestação jurídica acerca da possibilidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação, destacando a necessidade de lançamento no Sistema Compras, a integralização com os sistemas de gestão do Município e a futura remessa de dados ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em atendimento à Instrução Normativa nº 68/2020 – TCEES.

É o relatório. Segue o parecer.

A Carta Magna, em seu art. 37, XXI, estabelece como regra a obrigatoriedade da licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

A doutrina de José Afonso da Silva leciona que a licitação é um procedimento destinado a assegurar igualdade entre os interessados e garantir a escolha da proposta mais vantajosa, constituindo princípio instrumental de moralidade e isonomia.

Todavia, como ensina Sidney Bittencourt, a licitação pressupõe a viabilidade de competição. Havendo inviabilidade de disputa, a licitação perde a razão de ser, admitindo-se a contratação direta pela via da inexigibilidade.





O art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021 prevê:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.”

Neste sentido, o § 2º do mesmo dispositivo legal dispõe que o empresário exclusivo deve comprovar representação permanente e contínua do artista, não se admitindo exclusividade restrita a evento ou local específico.

No tocante à comprovação da consagração, a doutrina de Marçal Justen Filho esclarece que basta o reconhecimento da crítica especializada ou da opinião pública, não sendo exigida a presença simultânea dos dois requisitos.

É de extrema importância ressaltar que o disposto acima não exige a presença simultânea de consagração pela opinião pública e pela crítica especializada, bastando apenas uma delas, como explica Marçal Justen Filho: **“(...) deverá haver um requisito outro, consistente na consagração em face da opinião pública ou da crítica especializada. (...) Exige-se que ou a crítica especializada ou a opinião pública reconheçam que o sujeito apresenta virtudes no desempenho de sua arte.”**

O Doutrinador Jacoby Fernandes⁵ esclarece que a consagração artística pela opinião pública pode ser comprovada por participações em eventos, matérias jornalísticas, dentre outras formas:

“O fato notório da “consagração pela opinião pública” necessita ser demonstrado nos autos. É obvio que não se pretende que o agente faça juntar centenas de recortes de jornal, por exemplo, sobre o artista, mas que identifique sucintamente por que se convenceu do atendimento desse requisito para promover a contratação direta, como citar o número de discos gravados, obras de artes importantes, referência a dois ou três famosos eventos. No mundo com predominância da divulgação por meios de comunicação à distância e virtual, a comprovação ficou bastante simplificada.” Não se pode confundir expressões distintas atinentes à mera qualificação profissional, ainda que erudita ou superior, como frequência a conservatórios de música, com consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública. Aqui só a fama notoriedade do artista permitem a contratação direta.”





Já Jorge Ulisses Jacoby Fernandes aponta que a consagração pela opinião pública pode ser atestada por participações em eventos de renome, matérias jornalísticas e indicadores de repercussão em meios de comunicação e plataformas digitais.

A análise dos documentos acostados (evento 17) demonstra a consagração da banda pela opinião pública, haja vista:

- participações em eventos de grande porte em âmbito nacional;
- ampla divulgação em matérias jornalísticas e portais de notícias;
- números expressivos de visualizações e audições em plataformas de áudio e vídeo;
- significativo alcance e engajamento em redes sociais.

Tais elementos configuram prova robusta de consagração pela opinião pública, atendendo ao requisito do art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021.

Registre-se que a contratação deve ocorrer diretamente com o artista ou por intermédio de empresário exclusivo, mediante apresentação de contrato, carta ou declaração que ateste a exclusividade permanente e contínua, conforme determina o § 2º do art. 74 da referida lei.

Assim, não se aplica ao caso a modalidade de credenciamento, porquanto a inexigibilidade se funda na inviabilidade de competição e no caráter singular da contratação artística, não havendo pluralidade de fornecedores que justifique tal procedimento.

O procedimento está regularmente instruído, com juntada de todos os documentos comprobatórios, além do devido registro no Sistema Compras, possibilitando a integralização nos sistemas de gestão e a futura remessa ao TCE/ES, nos termos da Instrução Normativa nº 68/2020 – TCEES, garantindo-se a publicidade e a transparência da contratação.

Diante do exposto, **opino FAVORAVELMENTE pela contratação direta da banda musical por inexigibilidade de licitação**, nos termos do art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que restou comprovada nos autos a consagração pela opinião pública.

A contratação deverá ser formalizada diretamente com o artista ou por intermédio de empresário exclusivo, devidamente comprovado, afastando-se a hipótese de credenciamento.

Por fim, recomenda-se que o procedimento seja lançado no Sistema Compras e integralizado aos sistemas de gestão, com remessa posterior ao TCE/ES, em atenção à Instrução Normativa nº 68/2020.

Itarana/ES, 27 de agosto de 2025.





PAULO SÉRGIO RIZZO
Procurador Municipal - OAB/ES 8.330

